

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

**O PAPEL DE UM EMPREENDIMENTO PRIVADO
AGRÍCOLA NO REASSENTAMENTO DE POPULAÇÃO
DESLOCADA DE GUERRA: O CASO DE CHIBONZANE
EM MOÇAMBIQUE**

INÊS MENDES BATALHA CABRAL CARDOSO

Orientação: Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira

Júri:

Presidente: Professor Doutor Adelino Torres

Vogais: Professor Doutor Eduardo Costa Dias

Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira

Julho/2009

Índice

Agradecimentos	4
Lista de Abreviaturas	5
Lista de Quadros	6
Lista de Figuras.....	7
Introdução.....	8
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	15
Capítulo I.....	16
OS DESLOCADOS INTERNOS NAS MALHAS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	16
1. Evolução dos movimentos migratórios forçados.....	16
1.1 O avolumar da literatura sobre o tema.....	17
1.2 As implicações do novo paradigma do desenvolvimento.....	18
2. Deslocados internos – definições e causas.....	19
2.1 Soberania em causa.....	20
2.2 Deslocados e refugiados numa dança de gigantes.....	22
2.3 A protecção internacional concedida aos deslocados internos.....	24
2.4 O enquadramento institucional possível.....	27
2.5 Panorama actual dos deslocados internos no mundo – uma descrição qualitativa e quantitativa das últimas tendências.....	29
Capítulo II.....	32
O REGRESSO ÀS ORIGENS.....	32
1. O que dizem os documentos oficiais sobre o reassentamento?.....	32
1.1 Modelos de reassentamento.....	34
1.2 Factores para o sucesso dos processos de reassentamento.....	37
PARTE II - GUERRA CIVIL E DESLOCAÇÕES EM MOÇAMBIQUE.....	41
Capítulo III.....	42
GUERRA CIVIL EM MOÇAMBIQUE.....	42
1. Caracterização do País: do pré-guerra aos dias de hoje.....	42
2. Indicadores sociais.....	46
3. As principais explicações (opostas) para o despoletar da guerra no país.....	48
3.1 Conjuntura política no pós-independência e surgimento da Renamo.....	50
3.2 Projecto falhado da Frelimo.....	52
3.3 Simpatia para com a Renamo. O deslumbramento juvenil.....	55
3.4 Uma grande desilusão.....	56
3.5 As negociações de paz.....	58
Capítulo IV.....	59
UM PAÍS EM FUGA: AS DESLOCAÇÕES QUE A GUERRA IMPLICOU.....	59
1. Périplo bibliográfico.....	60
2. Panorama das manchas de deslocação no pós-guerra.....	61
3. Os padrões de deslocação durante a guerra e a ajuda refractada.....	62
3.1 Rural-urbano: fluxos de um só sentido. Um problema já antigo.....	63
3.2 A Resposta humanitária.....	64
3.2.1 - Interna.....	64
3.2.2 -Externa.....	65
3.3 Assistência ao repatriamento dos refugiados.....	67
3.4 Assistência aos deslocados internos.....	69
3.5 A teia orgânica do apoio local em todo o território nacional.....	69

4. Sufrágio desejado	71
5. Crítica à compartimentação da ajuda e à negligência da capacitação	72
Capítulo V	74
O SECTOR AGRÍCOLA	74
1. O papel dos pequenos proprietários rurais no pós-guerra	74
2. Evolução das políticas agrícolas	75
3. A distribuição dos recursos fundiários	77
3.1 Direitos de propriedade e nova legislação – a questão da privatização	78
PARTE III - ESTUDO DE CASO	83
Capítulo VI	84
APRESENTAÇÃO DO OBJECTO E METODOLOGIA DE ESTUDO	84
1. O nascimento do empreendimento	85
2 - Os primeiros passos	86
3. O contacto com as estruturas locais	87
4. Modelo de Análise	88
5. O porquê das abordagens micro	89
6. Opções e limitações metodológicas	90
6.1 Caracterização da amostra e descrição dos momentos de entrevista	93
Capítulo VII	97
ENQUADRAMENTO REGIONAL DO EMPREENDIMENTO EM ESTUDO	97
1. A província de Gaza	97
2. O distrito de Manjakaze	102
Capítulo VIII	115
A FASE INICIAL DE IMPLEMENTAÇÃO	115
1. A antecipação ao Estado	116
2. A integração das especificidades sociais locais e o espaço aberto à participação dos beneficiários	117
3. O acesso à terra	118
4. A troca de comida por trabalho	119
5. A cantina	122
6. Cheia de 2000 e mudança de cultura do bananal para o caju	123
Capítulo IX	125
O DESENROLAR DOS ACONTECIMENTOS	125
1. O despoletar do conflito na região	125
2. Contextualização dos modos de vida	126
3. Os padrões de deslocamento encontrados em Chibonzane	130
3.1 Os matizes do género nos padrões de deslocamento	132
3.2 As cidades como núcleos de atracção dos deslocados	132
3.3 O sentimento de pertença à terra de origem	134
4. O regresso	134
5. O envolvimento dos inquiridos no projecto	136
5.1 A perspectiva singular daqueles que ainda trabalham na propriedade	138
6. Alguma desmobilização dos trabalhadores que atingiam um certo nível de subsistência	139
7. O papel actual do empreendimento e os planos futuros – a gambiarra que ilumina o caminho	142
7.1 O momento presente	142
7.2 Prognósticos de um sonho	143
Conclusões	145
ANEXOS	152

Anexo 1 – Localização da propriedade e dispersão das aldeias	153
Anexo 2 – Modelo de Análise	154
Anexo 3 – Guião das entrevistas original.....	155
Anexo 4 – Esquema da propriedade	159
Anexo 5 – A evolução do sector do caju e o seu reflexo em Manjakaze.....	160
Bibliografia.....	165

Agradecimentos

Estes agradecimentos não servem apenas para cumprir uma regra protocolar, mas resultam da vontade real de agradecer a todas as pessoas que me apoiaram ao longo deste percurso. E são muitas!

Em primeiro lugar, como não podia deixar de ser, refiro o Professor Manuel Ennes Ferreira, meu orientador, que me sugeriu o objecto desta tese, após ter tido conhecimento dele e se ter apercebido que teria potencial para a realização de uma pesquisa original, sabendo também de antemão o meu interesse pelo estudo de populações deslocadas. O professor acompanhou todo o meu processo criativo, incentivou a minha escrita e deu-me sempre um grande ânimo, o qual foi decisivo nos momentos de incerteza quanto à pertinência do trabalho.

Em segundo lugar e não menos importante, remeto os meus sinceros agradecimentos ao Dr. Pedro Bule e a toda a sua família, os quais me acolheram em Moçambique e me fizeram sentir em casa, do outro lado do Mundo. A todos sem excepção fico muito grata pela calorosa hospitalidade, pelo interesse demonstrado pela minha investigação e por todo o esforço empreendido para criar todas as condições necessárias ao desenvolvimento do meu trabalho.

Dirijo também uma palavra de apreço ao Chefe do Posto Administrativo de Chibonzane e ao primeiro secretário do partido Frelimo da zona, que organizaram todos os encontros com a população das várias aldeias onde realizei o trabalho de terreno e me proporcionaram uma agradável introdução e aproximação aos interlocutores das minhas entrevistas. A recepção dos vários chefes das aldeias foi muito calorosa e motivadora.

Estou também profundamente agradecida à Tia Tina, que me acompanhou durante todo o trabalho de terreno, me ajudou nas traduções e me acalmou nos momentos de maior ebulição emocional resultantes da intensidade das experiências vividas e do choque cultural. O António, outro entusiástico ajudante nas traduções, foi também incansável na sua tarefa de repetir vezes sem conta as perguntas que ia colocando aos vários grupos com quem tive oportunidade de conversar. E ainda o Bento, motorista sempre a postos para me conduzir nas estradas de terra batida, a caminho das várias aldeias

A minha gratidão direcciona-se também para todas as populações que me receberam com honras de visita, segundo as tradições locais e me fizeram sentir bem-vinda. E um especial agradecimento às pessoas que responderam às minhas perguntas de forma receptiva e me contaram as suas experiências de guerra com uma comovente franqueza.

À minha família e amigos que nunca desistiram de acreditar que eu seria capaz, que colocaram questões, atiraram palpites e foram revigorando a minha inspiração. Agradeço finalmente a todos aqueles que se ofereceram para fazer a revisão dos textos.

A todos muito obrigada!

Lista de Abreviaturas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

BM – Banco Mundial

CENE – Comissão Executiva Nacional de Emergência

CICV – Comité Internacional da Cruz vermelha

CNUDH – Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos

CONSAS – Constellation of Southern African States

CPE – Comissões Provinciais para a Emergência

CSE – Comunidade de Santo Egídio

DPCCN – Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades

ERP – Programa de Reabilitação Económica
 FMI – Fundo Monetário Internacional
 FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
 IASC – Inter-Agency Standing Committee
 ICRC – International Committee of the Red Cross
 IDE – Investimento Directo Estrangeiro
 INCAJU – Instituto de Fomento do Caju
 NARML – Núcleo de Apoio aos Refugiados e Movimentos de Libertação
 NPD – Novo Paradigma de Desenvolvimento
 OCHA – Office for the Coordination of Humanitarian Affairs
 OIM – Organização Internacional das Migrações
 ONU – Organização das Nações Unidas
 ONUMOZ – Componente Humanitária das Operações das Nações Unidas em
 Moçambique
 PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
 RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
 RNM – Resistência Nacional Moçambicana
 UNHCR – United Nations High Commissionair for Refugees
 UNOHAC – United Nations Office for Humanitarian Assistance Coordination

Lista de Quadros

Quadro 1. Número de deslocados internos no Mundo (estimativa final de 2003)	31
Quadro 2. Indicadores sociais em Moçambique no pós-guerra	47
Quadro 3. Distribuição dos assentos parlamentares na Assembleia Nacional	71
Quadro 4. Distribuição dos inquiridos por local e sexo	93
Quadro 5. Distribuição dos inquiridos por idade	94
Quadro 6. Distribuição dos inquiridos por local e idade	94
Quadro 7: Indicadores populacionais por província	99
Quadro 8: População a reassentar por província 1993-1996	101
Quadro 9: Indicadores populacionais por Distrito na Província de Gaza	104

Quadro 10. População por grupos etários no Distrito de Manjakaze e no Posto Administrativo de Chibonzane	105
Quadro 11: Serviços de Agricultura, Abastecimento de Água e Comércio por Distrito na Província de Gaza, 1992	107
Quadro 12. População com 5 ou mais anos e alfabetização, 1997	108
Quadro 13. População com 5 anos ou mais, e frequência escolar (percentagem)	109
Quadro 14: Cobertura de Serviços de Educação Secundária, por Distrito na Província de Gaza, 1992	109
Quadro 15: Cobertura de Serviços de Saúde, por Distrito na Província de Gaza, 1992	110
Quadro 16. Comparação da incidência da pobreza absoluta usando dados do IAF96/97 e o Censo da População de 1997 ao nível da Província	112
Quadro 17: Situação de Emergência na Província de Gaza por Distrito, Setembro 1993	112
Quadro 18: População a Reassentar por Distrito na Província de Gaza 1993-1996	113

Lista de Figuras

Figura 1. Mapa da Província de Gaza	98
Figura 2. Mapa da localização do Distrito de Manjakaze	103
Figura 3. Fotografia do trabalho de campo em Magaiza	113
Figura 4. Fotografia do trabalho de campo em Xikwatzu	114
Figura 5. Fotografia da reunião do Conselho Consultivo	114
Figura 6. Fotografia das estufas de cajueiros da propriedade	114
Figura 7. Fotografia de um poço em Chibonzane	115
Figura 8. Fotografia de uma habitação em Chibonzane	115

Introdução

Este trabalho pretende complementar o conhecimento sobre o momento concreto do reassentamento de populações deslocadas, dentro da problemática mais abrangente das migrações forçadas. No sentido de entender a experiência prática dos processos de reassentamento após uma fuga forçada pela guerra, será apresentado, na parte final deste documento, um estudo de caso relativo ao papel de um empreendimento privado agrícola e que se refere ao regresso dos residentes de uma zona rural de Moçambique – Chibonzane – situada numa das províncias do Sul do país – Gaza – após a assinatura do Acordo de Paz em 1992. Trata-se de uma iniciativa de um moçambicano que desempenhou vários cargos de alto nível na administração pública, o Dr. Pedro Bule, e membro do partido Frelimo

A questão que guiou a pesquisa foi a de perceber de que forma esse empreendimento se distingue dos esquemas formais de reassentamento protagonizados pelas organizações internacionais de ajuda humanitária.

Para que tal desiderato fosse atingido, efectuámos um trabalho de campo durante o mês de Abril de 2008, com permanência em Chibonzane onde efectuámos as entrevistas junto da população e das autoridades locais, e em Maputo, onde contactámos diversas instituições moçambicanas ligadas ao processo de reassentamento das populações. Este trabalho de campo, metodologicamente vital para o estudo de caso, foi complementado com a leitura documental relativa a esta temática, quer de cariz teórica quer prática.

Assim, a estrutura desta dissertação começa por, numa primeira parte, apresentar o estado da arte dedicada à temática das migrações forçadas, dando-se particular ênfase à categoria dos “deslocados internos” – que constituem o objecto do nosso estudo de caso – cujo aumento substancial é fruto dos inúmeros conflitos intra-Estados e que começou a tornar-se um problema nas décadas que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial. No continente

africano, onde têm sido accionados grandes dispositivos de assistência humanitária, ganhou relevância particular sobretudo desde a década de 80.

Deste modo, no **Capítulo I** é reforçada a ideia da necessidade de uma investigação sistemática sobre o fenómeno das migrações forçadas, o qual tem ganho uma crescente visibilidade a nível mundial devido não só à intensidade do seu crescimento, como também à devastação dos direitos humanos que nesse tipo de situações tem vindo a ser cometida. Pesa ainda nessa explosão de notoriedade do fenómeno, a cada vez mais vincada exigência pela defesa e criação de condições condignas para as pessoas que são obrigadas a abandonar as suas casas e a partir em busca da segurança, que muitas vezes lhes é negada pelos seus próprios Estados, tendendo estes últimos, por vezes, a dificultar a assistência a estes deslocados.

Para melhor concebermos a noção de “deslocados internos”, impôs-se o paralelismo com a situação dos refugiados, em termos do enquadramento legal e da protecção que é concedida a nível mundial pelas organizações humanitárias, particularmente o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Através da interpretação das semelhanças e diferenças entre as duas categorias, é equacionada a necessidade ou não de uma distinção rígida na hora de prestar assistência. Veremos como, na ausência de uma agência própria e mandatada para tratar as questões específicas dos deslocados internos, se assistiu à nomeação de um Representante das Pessoas Deslocadas Internamente em 1992, à formulação dos *Guiding Principles on Internal Displacement* em 1998 e à adopção de uma *Collaborative approach*, que integra os esforços dos vários actores que actuam neste domínio.

Passamos a colocar a tónica no momento concreto do regresso às origens, no **Capítulo II**. O reassentamento das populações deslocadas, enquanto ponto fulcral da análise dos trajectos migratórios coercivos e também enquanto ponto de partida para a estabilidade social e económica que se quer sustentável, é uma componente muitas vezes esquecida pela literatura a qual tende a centrar-se no próprio deslocamento, sendo a disseminação de boas práticas normalmente preterida relativamente à divulgação das falhas. Não

obstante, é-nos permitido avançar com alguns modelos teóricos que têm vindo a ser produzidos para o efeito, desde a década de 70, destacando o modelo de Cernea (2000), o qual visa um combate rigoroso contra o empobrecimento, através de uma abordagem holística das várias variáveis que contribuem para o seu surgimento. É ainda examinado o discurso oficial que é veiculado pela comunidade internacional, na condução dos programas de reassentamento de populações que regressam após um exílio forçado por factores adversos e são referidos os aspectos reconhecidos como factores chave para um reassentamento bem sucedido.

Numa segunda parte, deixamos a perspectiva mais abrangente e entramos já numa óptica mais restrita, do ponto de vista espacial, dedicando-nos à análise das idiossincrasias moçambicanas.

A caracterização do país constitui o primeiro ponto do **Capítulo III**. Aqui é exposta a evolução das políticas económicas nacionais, desde a chegada da independência até à actualidade, referindo de permeio o recurso às instituições de Bretton Woods e a implementação dos programas de ajustamento estrutural. É pois aqui pertinente a evocação dos vários Congressos da Frelimo, que se foram “metamorfoseando” ao longo do tempo, em sintonia com esses desenvolvimentos económicos. Seguidamente, procederemos à avaliação da conjuntura social, através da enumeração de alguns indicadores que nos projectam uma radiografia do país, no imediato pós-guerra e mais recentemente, em 2005. Começamos então a desenhar a malha da guerra civil que assolou o país desde o final da década de 70, marcando o compasso com o ritmo dos avanços e recuos do apoio que foi sendo dado, quer às forças governamentais, quer ao exército rebelde. São discutidas as várias explicações normalmente apresentadas para o despoletar do conflito armado – que defendem posições ideologicamente opostas mas, como constataremos, complementares - e é feita uma interpretação mais detalhada das causas que estão por detrás de uma relativamente forte adesão da população à Renamo, contra uma Frelimo que, apesar de empunhar a bandeira da luta contra a opressão colonialista, na sua busca pelo “homem novo”, tendia

depois a esquecer os elementos culturais enraizados localmente e que constituíam a identidade social de um povo, que desejava o respeito pelas autoridades tradicionais e o direito de habitar fora de aldeias comunais (Geffray, 1991). Descobriremos aliás, que o projecto das ‘aldeia comunais’ foi efectivamente um dos principais motes da revolta popular, tendo semeado o descontentamento em muitas zonas do país, por forçar o alojamento colectivo de populações com identidades históricas e culturais muito diversas. Na tentativa de penetrar nos meandros das intenções da Renamo, somos conduzidos ao contexto político do seu surgimento (primeiro com o apoio da Rodésia e depois da África do Sul) e às inquietações sobre a orientação política do governo (de índole marxista-leninista) que estavam por detrás desta força de desestabilização dirigida externamente.

Renovamos, no **Capítulo IV**, a insistência na necessidade do estudo das deslocações forçadas por conflito, sobretudo em África e particularmente no caso de Moçambique, onde ficamos a conhecer a evolução dos enfoques da pesquisa realizada sobre este tema no país. É ainda desenvolvida a análise dos movimentos populacionais que ocorreram no país durante o conflito e no período imediatamente posterior à Assinatura do Acordo de Paz. Identificaremos os diferentes padrões de deslocamento durante a guerra e veremos que os mesmos privilegiaram as cidades (e neste caso originaram alguns problemas ao nível das condições habitacionais nas zonas peri-urbanas) ou os países vizinhos, consoante tivessem origem em áreas mais ou menos afastadas das fronteiras. Divisaremos como o governo moçambicano se organizou e coordenou a resposta humanitária (com o comando da Comissão Executiva Nacional de Emergência), conjuntamente com as organizações internacionais, nomeadamente a componente humanitária das Operações das Nações Unidas (ONUMOZ).

No **Capítulo V** é enfatizada a importância da terra enquanto factor de riqueza, particularmente nos contextos rurais, onde constituiu um recurso muito cobiçado no pós-guerra, disputada entre os pequenos proprietários e os interesses privados comerciais. Na senda da análise do sector rural, são ainda

alinhas cronologicamente as políticas agrícolas em Moçambique, desde a primazia das grandes propriedades estatais, centralmente planificadas, até à reorientação para o sector familiar.

Na Parte III do trabalho pretendemos descer do plano teórico das discussões conceptuais para uma abordagem aprofundada do estudo de caso, o qual será esmiuçado através da análise dos dados qualitativos resultantes da observação empírica. Seguindo uma lógica de afunilamento, mergulhamos na análise da informação proveniente da pesquisa de terreno, resultantes da estadia em Chibonzane.

No **Capítulo V** é feito o enquadramento territorial, através da localização da província de Gaza e do Distrito de Manjakaze no mapa do país e da exposição das características sócio-económicas e políticas dominantes dessas duas unidades territoriais. Ao nível do Distrito, deteremos a nossa atenção na estrutura administrativa, no sector da agricultura, nos serviços, nos equipamentos educativos e hospitalares e conheceremos os níveis de pobreza.

Iniciaremos o relato sobre o surgimento do empreendimento no **Capítulo VI**, onde serão narradas as motivações do empreendedor para a edificação do mesmo, as quais, num momento inicial, se revestiram de um carácter mais social do que económico. São descritas as primeiras visitas ao local e a percepção da total ausência de qualquer infra-estrutura, tal como do desespero de uma população faminta e sem oportunidades. Veremos que, nesse cenário, a mensagem da existência de trabalho não demorou a multiplicar-se de boca em boca e foi também difundida nas reuniões com as estruturas locais.

O modelo de análise no qual baseamos a interpretação dos dados empíricos e do qual vertem os nossos instrumentos de pesquisa é exposto no **Capítulo VII**. É um modelo que tem como pano de fundo o ensejo de perceber se esta iniciativa privada teve sucesso e porquê. Adicionalmente, será aqui fundamentado o recurso e a relevância de uma abordagem micro e serão justificadas as opções metodológicas adoptadas, admitindo as potencialidades e limitações das mesmas. Por último, será caracterizada a amostra e feita a

descrição dos procedimentos da realização dos *focus groups* nas várias aldeias visitadas.

No **Capítulo VIII** são revelados os elementos, que conferem ao projecto características que o distinguem dos esquemas formais de reassentamento, na medida em que alegadamente permitem ultrapassar algumas das falhas que encontramos apontadas na literatura crítica sobre o tema. Esses elementos passam pela antecipação ao Estado no cumprimento de funções básicas; a integração das especificidades locais, reflectida no zelo pela não contaminação de conceitos estranhos à cultura local; a abertura ao diálogo com os beneficiários, para perceber as suas reais necessidades; a possibilidade de os trabalhadores poderem cultivar algumas porções de terra da propriedade; a troca de comida por trabalho num contexto de total ausência de comercialização de bens alimentares, estradas, ou outras fontes de salário. Todos estes aspectos apontam para uma visão de longo prazo e promotora de capacitação, cujo poder atractivo, como teremos oportunidade de conferir, transparece na quantidade de mão-de-obra que conseguiu aliciar. A introdução do salário e a criação da cantina são os aspectos abordados em seguida, enquanto símbolos de uma fase posterior do projecto, quando as estratégias de sobrevivência estavam mais estabilizadas.

O **Capítulo IX** congrega a análise das várias dimensões contidas nos instrumentos de pesquisa. Começaremos por perceber que a segunda metade da década de oitenta terá sido o período de maior intensidade de violência na região e terá provocado as maiores vagas de fuga. Para uma fiel percepção dos modos de vida daquelas populações, intrometemo-nos nas estratégias de sobrevivência das famílias, drasticamente dependentes de uma agricultura de subsistência. Seguiremos o rasto dos padrões de deslocação dos inquiridos durante a fuga, que priorizaram o mato, o quartel mais próximo, ou as cidades, consoante a sua aldeia de residência, os seus recursos materiais e o seu capital social. Será seguidamente contemplado o momento do regresso dos inquiridos, objectivo incorruptível que estaria presente na mente de todos eles durante o exílio, envolto em crenças culturais e indispensável para a manutenção das suas

redes e da sua identidade. Posteriormente acompanharemos os relatos na primeira pessoa, daqueles inquiridos que se envolveram directamente no trabalho do projecto e interpretaremos a percepção que estes têm da evolução das suas condições de vida e da estabilidade que atingiram graças a ele. Faremos simultaneamente a ponte com as experiências de participação daqueles que ainda lá trabalham. Acompanharemos ainda o aumento gradual da rotatividade dos trabalhadores, quando conseguiram ir recuperando as suas machambas familiares e foram começando a dedicar-se somente a elas, preferindo a estratégia do auto-sustento, até novo momento de crise, quando procurarão uma nova fonte de rendimento, para fazer face a despesas inesperadas. Impõe-se, finalmente, uma alusão ao papel que o empreendimento agrícola detém na actualidade, cujo desejo de manutenção e crescimento é manifestado nos discursos dos inquiridos, principalmente daqueles que ainda possuem aí o seu ganha-pão e que nos contam os benefícios que aquele salário lhes proporciona, evocando os bens que conseguiram obter através dele. São ainda mencionados os planos futuros, que passam pela industrialização e pela acalmia económica da zona, face à crescente instabilidade mundial, através de várias estratégias de produção.

As conclusões surgem em jeito de reflexão acerca de todas as problemáticas apresentadas e também em molde de balanço das venturas e desventuras da investigação. São derradeiramente sugeridas algumas pistas para novas investigações, que podem ser desenvolvidas a partir do estudo de dimensões que não tiveram oportunidade de ser aqui exploradas.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I

OS DESLOCADOS INTERNOS NAS MALHAS DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

1. Evolução dos movimentos migratórios forçados

Contrariamente às previsões que indiciavam um mundo cada vez mais estável e pacífico, continuam a irromper inúmeras guerras entre países, guerras civis, perseguições étnicas e religiosas para além das calamidades naturais que continuam a criar ondas sucessivas de deslocados (Cernea and McDowell, 2000), sendo o deslocamento físico a face mais evidente da vulnerabilidade humana (Weiss, 1999, p.363).

Os movimentos populacionais involuntários massivos sofreram um *volte face* com o final da II Guerra Mundial. Se, até aí, estes movimentos eram predominantemente originários da Europa, posteriormente começaram fazer-se notar de forma drástica nos países mais pobres do Mundo.

Não deixa de ser curioso lembrar que, entre as décadas de 60 e 80, o continente Africano era consensualmente associado a um espaço caracterizado por uma forte tradição de hospitalidade, onde os refugiados eram tratados de uma forma generosa, recebendo terras e encorajamento para se tornarem auto-suficientes. À época, a relativa prosperidade de muitos Estados africanos e as dimensões modestas dos movimentos de refugiados contribuía para apaziguar os ânimos dos países receptores, que distribuía benefícios, naturalmente, a quem ali se refugiava. O financiamento canalizado pelo ACNUR, tendo em vista essa protecção, não era de somenos importância, constituindo uma fonte muito bem-vinda por sinal, de moeda estrangeira, emprego e oportunidades comerciais para os governos e elites africanas. Devido a essa facilidade de movimento e ao aparente espírito solidário, esses anos foram mesmo apelidados de “época dourada” do asilo em África. A escalada dos movimentos

de refugiados, a introdução de políticas neo-liberais e a consequente contracção da despesa pública, concomitantemente à diminuição da assistência para o desenvolvimento, atribuída pelos países industrializados, dissiparam a generosidade (Crisp, 2006, p. 2-5).

A conjuntura actual, que nos brinda, de forma crónica, com avultados números associados a deslocações forçadas nos países economicamente mais dependentes da comunidade de doadores internacional, tem chamado a palco um alargado dispositivo de organizações humanitárias, a que não pode ficar indiferente qualquer pesquisa dedicada ao tema das migrações (Harrell-Bond, 1988).

1.1 O avolumar da literatura sobre o tema

Para perceber como o tema das migrações forçadas esteve arredado da literatura académica durante vários anos, basta-nos recordar que Harrell-Bond (1988) se queixava da negligência com que a temática era tratada até aos finais da década de 80 pelos académicos. Afirmava que muito do trabalho que tinha sido produzido sobre refugiados, havia sido conduzido pela mera necessidade de dados, por parte das agências humanitárias, no sentido de melhorar a sua logística, assumindo portanto até aí um carácter instrumental.

O trabalho de Harrell-Blond constituiu uma primeira tentativa de apresentação das tendências gerais dos estudos sociológicos nesta linha de pesquisa. A inexistência de publicação e de tradução (para a língua inglesa) de alguns trabalhos e a inacessibilidade de um grande corpo de relatórios classificados e comissionados por agências humanitárias e governos, eram, segundo a autora, limitações que se espelhavam nos vários textos até então produzidos e que confirmavam o estado embrionário deste campo de investigação. Não era tampouco possível, à data, a apresentação de inquéritos aplicados nas várias regiões do mundo. (Harrell-Bond, 1988, p. 3).

Actualmente sabemos que o cenário se alterou e vemos emergir uma vasta panóplia de documentação sobre o tema. O Banco Mundial e o ACNUR

têm desenvolvido programas conjuntos de apoio aos refugiados e, também, várias investigações e conferências, procurando melhor diagnosticar a realidade, para actuar de forma mais eficiente sobre ela. Esses estudos juntam-se à crescente literatura que versa sobre o assunto, recentemente surgida no seio do mundo académico.

1.2 As implicações do novo paradigma do desenvolvimento

A recente explosão de literatura sobre o fenómeno das migrações forçadas ganha raízes, entre outros, no debate que se trava, ao nível teórico, em torno do “novo paradigma do desenvolvimento”(NPD), o qual “*irá não apenas aumentar o PIB per capita, como também os níveis de vida,... a saúde e a educação, reduzirá a pobreza,... será sustentável, protegendo o ambiente e assegurando uma verdadeira transformação societal*” (Stiglitz, 1998)¹.

O NPD é alimentado por um discurso impregnado de conceitos como “direitos humanos”, “justiça social”, “inclusão social” e tem conseguido marcar presença na arena política, onde são cada vez mais vincadas as referências à preocupação relativamente à garantia de condições condignas para as pessoas que são obrigadas a abandonar as suas casas e os seus modos de vida, por razões alheias à sua vontade.

Existe, pois, pelos motivos já adiantados, uma tendência geral que concorre para o objectivo de se verem ultrapassadas as limitações do *Washington Consensus*, acusado de se centrar demasiado na dimensão económica, nomeadamente nas suas vertentes monetária e financeira, colocando, desta vez, a tónica na necessidade da expansão das liberdades individuais enquanto definidoras do desenvolvimento (Sen, 1997)² e, portanto, completamente contrárias a qualquer forma de exclusão.

¹ STIGLITZ, J. E. (1998), “Towards a new paradigm for development: strategies, policies and processes”, Prebisch Lecture given at the United Nations Conference on Trade and Developments (UNCTAD), Geneva, October, 19 in *CERNEA, Michael e Christopher McDowell (2000)*, p. 2. Tradução livre da autora.

² SEN, A. (1997), *Social Exclusion: A Critical Assessment of the Concept and its Relevance*, Paper prepared for the Asian Development Bank in *CERNEA, Michael (2000)*, p. 12

2. Deslocados internos – definições e causas

Dentro da complexa área do conhecimento dedicada ao estudo das migrações, interessa-nos esmiuçar a realidade específica dos “deslocados internos”, que são o objecto da nossa análise empírica.

As populações deslocadas, muitas das vezes, atravessam as fronteiras nacionais e tornam-se refugiados num outro país, beneficiando da Convenção Internacional de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e o seu Protocolo de 1967 (Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights). Recentemente contudo, em alguns casos, como as fronteiras, contrariando a tendência global, têm vindo a tornar-se menos porosas (Cernea and McDowell, 2000, p.1), muitos dos indivíduos permanecem dentro do território do seu país, designando-se de “deslocados internos”. Não tendo atravessado uma fronteira, não beneficiam de nenhuma lei internacional específica, nem de uma organização mandatada para responder exclusivamente às suas necessidades.

Os deslocados internos surgem nos trilhos dos conflitos internos ou regionais que têm grassado em quase todos os continentes, desde o final da Guerra-Fria. O armamento que os Estados Unidos e a União Soviética haviam distribuído aos seus aliados de ocasião, vem sendo utilizado nas guerras entre clãs e grupos étnicos que despontaram nessa altura. (Cohen e Deng, 1998). Estes conflitos infra-estatais, podem assumir diversos registos: por vezes, são apenas uma consequência de lutas intestinas pelo poder, outras vezes, tentativas de ter sucesso em processos de “secessão”. Os actores presentes neste tipo de conflito, muitas das vezes, usam como estratégia a expulsão de diferentes tribos ou grupos étnicos, sem distinção entre combatentes e não combatentes (Hashimoto, 2003, p. 78).

A decisão de não ter incluído os deslocados internos nos beneficiários da Convenção de 1951 repousa sobre vários motivos que nada devem aos contornos do conceito: recursos limitados; vontade de impedir que os Estados se desresponsabilizassem pelo bem-estar das suas populações, delegando esse

imperativo noutros Estados; e, particularmente, o receio de que a interferência nos assuntos dos deslocados internos pudesse constituir uma ingerência nos assuntos internos dos Estados onde os deslocados residiam, mutilando assim a soberania nacional dos mesmos (Rutinwa, 1999).

O facto de serem as autoridades nacionais a assumir a responsabilidade primária pelo bem-estar dos deslocados internos, coloca, por vezes, sérios entraves à protecção física e à assistência material concedida a estes migrantes. Na realidade, podem ser os próprios governos a expulsar e a causar a fuga destas populações – muitas vezes confundidas com os grupos rebeldes – ou podem, simplesmente, não ter capacidade ou vontade de as apoiar.

Devido a estas contradições e ao reconhecimento de que estas inquinavam o enquadramento analítico que vigorava, tradicionalmente, na explicação da violência dentro dos Estados, têm surgido vozes defensoras de um conceito mais abrangente de segurança humana, imbuído de preocupações com as ameaças à dignidade humana, e que se centra na protecção dos indivíduos, por contraste à protecção exclusiva do Estado.

2.1 Soberania em causa

A questão da soberania constitui, efectivamente, um rastilho para o estalar de grandes controvérsias com as quais as Nações Unidas se vêem envolvidas frequentemente, quando o que está em causa é a assistência internacional prestada dentro dos limites de um Estado que não conseguiu assegurar as suas responsabilidades no que toca a protecção dos deslocados internos.

Os governos não gostam que entidades externas venham interferir nos seus assuntos internos, sobretudo no caso de guerras civis, pois temem que a assistência possa quebrar a sua autoridade, ao legitimar seus oponentes, afugentando, por isso, a ajuda humanitária.

Corre-se, assim, o risco de gerar situações dúbias, nas quais se aguarda que um Estado, num cenário de emergência, julgue e decida o momento a partir

do qual a comunidade internacional pode entrar no território e começar a trabalhar com os deslocados internos (Hashimoto, 2003, p. 89-90).

Essa situação torna-se ainda mais gravosa quando sabemos que prevalecem muitos casos em que a insegurança ou considerações políticas impedem que as agências internacionais cheguem perto dos deslocados de metade dos países afectados. Isto quer dizer que quase um terço do número total de deslocados internos, em 2003, foi parcial ou inteiramente excluído da assistência e monitorização fornecidas pelo sistema das Nações Unidas (Norwegian Refugee Council, 2004). Destaca-se, nesses casos, o papel fundamental que as organizações não governamentais nacionais e internacionais desempenham na ajuda aos deslocados.

No ano 2003, em 13 dos 52 países afectados pelo deslocamento interno, os deslocados não puderam contar com nenhuma protecção por parte dos seus governos, o que significa que mais de dez milhões de deslocados internos, privados de qualquer auxílio, foram confrontados com autoridades hostis (ou, no melhor dos casos, indiferentes), sendo obrigados a procurar alojamento e comida por conta própria (Norwegian Refugee Council, 2004).

Certos autores (Cernea, 2000) chegam mesmo a acusar os Estados de uma má utilização do conceito de deslocados internos, não os registando na sua totalidade, para assim serem ilibados de responsabilidades.

Para que os princípios de soberania, integridade territorial e não interferência nos assuntos internos dos Estados deixem de constituir obstáculos à intervenção das Organizações Internacionais, há quem advogue que a definição de soberania deveria ser alargada de forma a incluir a noção de responsabilidade. Nesta óptica, a ausência de responsabilidade, reconhecida internacionalmente, traduzida na incapacidade de proteger os deslocados internos, e a obstrução deliberada do acesso a estes, deveria ser suficiente para legitimar o envolvimento da comunidade internacional, cuja acção poderá oscilar entre o diálogo diplomático e as sanções, prevendo a possibilidade de desencadeamento de acções militares (Crisp, 2006, p. 20).

Durante a década de 90 aprovaram-se várias resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas que autorizaram o uso da força (Iraque, Somália, Bosnia, Rwanda) para facilitar a entrega de ajuda e proteger os deslocados internos.

Tem-se assistido, contudo, a uma mudança na operacionalização dos programas das Nações Unidas e, sem nunca desrespeitar o princípio da soberania, os governos têm autorizado o estabelecimento de corredores de ajuda e operações que atravessam fronteiras, para alcançar as pessoas que precisam de assistência.

2.2 Deslocados e refugiados numa dança de gigantes

As Organizações Internacionais tornaram-se particularmente conscientes da seriedade do problema dos deslocados internos desde o final da década de 80 e, desde aí, intensificaram a sua resposta *vis-à-vis* o combate ao flagelo.

Quando os números foram compilados pela primeira vez, em 1982, estimava-se que existissem 1,2 milhões de pessoas deslocadas em 11 países. Quatro anos mais tarde esse valor tinha subido para 14 milhões. (Cohen e Deng, 1998)

Enquanto o número total de refugiados tem vindo a diminuir desde o final dos anos 90, o número de deslocados internos tem aumentado (ACNUR 1999³, US Committee for Refugees 1998, 1999⁴, Hampton 1998⁵), aumento que tem colocado, estes últimos, num lugar de destaque na agenda pública das questões humanitárias, a nível global. Desde o início dos anos 90 os valores têm flutuado entre os 20 e os 25 milhões de deslocados, num grupo de 35 a 40 países (Cohen e Deng, 1998).

A magnitude do fenómeno e o reconhecimento da necessidade de uma resposta sistemática, têm levado a comunidade internacional a prestar uma

³ ACNUR (1999), *Refugees and Others of Concern to UNHCR: 1998 Statistical Overview*, UNHCR, Geneva in *HEAR, Nicholas Van (2000)*.

⁴ US Committee for Refugees (1998/1999), *World Refugee Survey*, USCR, Washington D.C. in *HEAR, Nicholas Van (2000)*.

⁵ HAMPTON, J. (ed.) (1998), *Internally Displaced People: A Global Survey*, Earthscan, London in *HEAR, Nicholas Van (2000)*.

crescente atenção a estas massas populacionais, forçadas a abandonar os seus territórios de origem, sem meios para procurar protecção exterior.

Convém aqui reiterar que o interesse pelos deslocados internos não deriva apenas da explosão numérica, mas também da nova vontade política de estancar os pedidos de asilo (a chamada *asylum fatigue* por parte dos países do Ocidente, que sofrem uma crescente pressão para dar prioridade aos seus cidadãos nos seus sistemas de *welfare state*⁶, num contexto de compressão deste) e manter os migrantes dentro do seu país de origem. Para esgotar uma das vias (a dos refugiados), incrementa-se a outra (a dos deslocados internos).

Há quem defenda que o conceito de “deslocado interno”, por apenas implicar a natureza coerciva ou involuntária da fuga e que esta tenha ocorrido dentro das fronteiras nacionais, é bem mais inclusivo do que o de refugiado, que obedece a uma série de critérios muito rigorosos. Enquanto que no caso do deslocado interno existem quatro razões para ele se movimentar - conflito armado, situações de violência generalizada, violação dos direitos humanos e desastres naturais ou causados pelo homem - para alguém ser qualificado de refugiado tem de, para além de atravessar a fronteira para outro país, provar um medo bem fundamentado de perseguição. Esta perseguição tem de encaixar em pelo menos um dos seguintes invólucros: perseguição por raça, religião, nacionalidade, pertença a um determinado grupo social ou afiliação a determinada opinião política (Hashimoto, 2003, p. 87-89). Além disso, enquanto a Convenção de 1951 apenas dá ao refugiado o direito de trabalhar, o princípio 22 dos *Guiding Principles on Internal Displacement* (que serão apresentados adiante) estende aos deslocados internos um direito sem restrições para “*procurar livremente oportunidades de trabalho e participar em actividades económicas*” (Rutinwa, 1999, p. 4).

Todavia, enquanto a habitação, por exemplo, é uma componente básica da protecção aos refugiados por parte das agências, no caso dos deslocados

⁶ HASHIMOTO, Naoko (2003), p. 80.

internos, este é “*um dos aspectos mais negligenciados*”⁷. Muitos deslocados internos vivem durante anos em vagões de comboios, contentores, edifícios abandonados, quartos de hospital vazios, centros colectivos ou zonas degradadas das cidades (Cohen, s.d., p. 10).

Muito se tem debatido sobre a pertinência, na hora de intervir numa situação de emergência, de estabelecer uma distinção rígida entre os refugiados e os deslocados internos. Esgrimem-se argumentos, ora sobre a preponderância do critério da categoria, ora sobre o premente critério da vulnerabilidade, que apaga as diferenças. Há autores que defendem a ultrapassagem das abordagens compartimentadas e a expansão da definição, com base nas evidentes dinâmicas e conexões entre todo o tipo de migrantes (Hear, 2000, p. 95). Outros autores expressam a opinião contrária, ou seja, que “*a intervenção humanitária e o asilo são duas áreas distintas que merecem ser claramente distinguidas e não confundidas. O trabalho com os deslocados internos insere-se na segunda e a comunidade de refugiados talvez não seja o parceiro apropriado para esta intenção*” (Barutciski, 1998, p.14).

2.3 A protecção internacional concedida aos deslocados internos

Na realidade, a ausência de um mandato específico por parte das Nações Unidas para agilizar o problema dos deslocados internos, não significa, necessariamente, que estes não recebam apoio. Existe até quem se questione se a orientação para as actividades dos deslocados internos não terá desviado demasiados recursos destinados à protecção dos refugiados, o propósito central do ACNUR.

Num documento do ACNUR de 1994 podia ler-se que “milhões de deslocados internos em todo o mundo vivem segregados no meio da selva, esquecidos em campos ou escondidos no anonimato dos bairros urbanos degradados. As suas massas cobrem o lado negro do problema mundial dos

⁷ MOONEY, Erin (2005), “The concept of Internal Displacement and the Case for IDP’s as a Category of Concern” in *Refugee Survey Quarterly*, Geneva, Sept. 2005 (forthcoming) in COHEN, Roberta (s.d.).

refugiados. Como não atravessaram uma fronteira internacional, os deslocados internos não têm acesso ao mecanismo de protecção internacional concebido para os refugiados, no qual o ACNUR desempenha um papel chave. Isto não significa, contudo, que o ACNUR não esteja a contribuir directamente para o alívio do seu sofrimento (...) o envolvimento do ACNUR com as pessoas deslocadas internamente, que costumava ser excepcional, tem-se tornado cada vez mais significativo durante a última década”⁸.

O ACNUR encontrava-se, pois, encurralado entre a crítica às suas actividades - devido à falta de mandatos estatutários ou competências gerais para os deslocados internos - e a necessidade urgente de responder ao aumento dos pedidos, por parte da Assembleia Geral, para resolver as crescentes crises humanitárias. Os mais cépticos relativamente ao envolvimento do ACNUR com os deslocados internos, temiam que isso pudesse alterar o carácter da agência; que a defesa do “direito de permanecer” poderia ser confundida com o desincentivo ao asilo noutros países; e que a posição e autoridade legal do ACNUR saísse enfraquecida, por exemplo, nos casos em que teria que, simultaneamente, exigir a um Estado que ampliasse o asilo a refugiados de países vizinhos e criticar as suas políticas domésticas por produzirem deslocados internos.

No domínio da protecção dos deslocados internos, a rede orgânica da intervenção é a seguinte: em primeiro lugar surgem várias agências das Nações Unidas, desde o ACNUR, a UNICEF, a Comissão das Nações Unidas para os Direitos Humanos (CNUDH). Depois, no terreno, o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e muitas ONG’s. A resposta geral da ONU é da responsabilidade do Coordenador da Assistência de Emergência que lidera o CNUDH. Desde 1997 que este tem servido como “ponto focal” das Nações Unidas para as pessoas deslocadas internamente. Adicionalmente, o representante do Secretário-Geral

⁸ Discurso de Leonardo Franco, Director of International Protection of UNHCR, Foreword of the report “UNHCR’s Operational Experience With Internally Displaced Persons” (1994). Tradução livre da autora.

para os Direitos Humanos das Pessoas Deslocadas Internamente, serve como o principal actor de *lobbying* para os deslocados internos (Crisp, 2006, p.22).

O CICV, regido pelos seus sete princípios – humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, serviço voluntário, unidade e universalidade – possui algumas vantagens relativamente às agências operacionais das Nações Unidas. Primeiro, os seus serviços são estendidos a ambos os lados de um dado conflito e consegue chegar à totalidade das vítimas civis, mesmo em áreas difíceis onde outras organizações humanitárias não se aventuram, por força de condições perigosas ou obstáculos políticos⁹. Segundo, o CICV desenvolve actividades conjuntas de protecção e assistência, sem fazer uma distinção entre as duas e, normalmente, recebe a permissão geral do governo e dos grupos insurgentes para tal abordagem. Terceiro, enquanto organização independente, o CICV é directamente responsável por civis carenciados, enquanto as agências das Nações Unidas têm de prestar contas primeiramente aos Estados Membros (Crisp, 2006, p. 18).

Existe ainda a categoria de deslocados ditos “involuntários”, resultantes da prossecução de programas de desenvolvimento que implicam uma mudança no uso da terra - como a construção de barragens, auto-estradas, portos e aeroportos e ainda a concessão mineira ou a preparação de vastas áreas para exploração agrícola - levando à inevitável recolocação das populações que habitavam esses territórios e que, tipicamente, se mantêm dentro das fronteiras nacionais.

Nas duas últimas décadas cerca de 200 milhões de pessoas foram deslocadas nestas circunstâncias. Este tipo de deslocamento personifica uma contradição perversa (Cernea, 2000), por reflectir a desigual distribuição dos ganhos e perdas do desenvolvimento e por, conseqüentemente, esmorecer a bandeira da justiça social. Ao mesmo tempo que se reconhecem a necessidade dos projectos e os benefícios adjacentes para muitos indivíduos, desenvolvem-se estratégias para minorar a vulnerabilidade a que outros tantos ficam sujeitos.

⁹ Por exemplo na resolução da comissão 1994/68 o representante foi explicitamente mandatado para entrar em diálogo com os governos, mas não lhe foi dada autoridade explicita para estabelecer contactos directos com os insurgentes (WEISS, 1999, p. 368).

2.4 O enquadramento institucional possível

O aumento da atenção dada aos deslocados internos em termos globais levou a CNUDH a solicitar, em 1992, que o Secretário Geral nomeasse um Representante das Pessoas Deslocadas Internamente. Francis M. Deng, anterior Ministro de Estado para os Negócios Estrangeiros do Sudão, foi indicado para o cargo e levou-o a cabo de forma empenhada, desenvolvendo inúmeras actividades durante o seu mandato, apesar de ser uma posição sem autoridade operacional, em regime de *part-time*, com um estatuto voluntário e com recursos humanos e financeiros extremamente limitados. Conseguiu despertar a consciência internacional para o problema e mobilizar o apoio de governos, fundações, academia e ONG's (Hashimoto, 2003, p. 81; Cohen e Deng, 1998). As suas tarefas prendem-se com a monitorização do deslocamento mundial, a realização de missões de reconhecimento, o diálogo com os governos e a proposta de medidas de reforço da protecção legal e institucional dos deslocados internos.

A sua nomeação imprimiu algum ritmo à resposta humanitária e, desde aí, têm existido inúmeros desenvolvimentos normativos e institucionais dentro do enquadramento das Nações Unidas, relativamente aos deslocados internos. Em 1998 assistiu-se à formulação dos *Guiding Principles on Internal Displacement* e foi também criada (em Janeiro de 2002) a *Internal Displacement Unit*, ao abrigo da CNUDH (Hashimoto, 2003, p. 79).

Os *Guiding Principles* surgiram da vontade de preencher o *gap* que era sentido ao nível da legislação internacional, para actuar sobre o fenómeno dos deslocados internos, que conduzia a inúmeras falhas na intervenção sobre esta categoria de migrantes. Estes princípios resultam de uma analogia e da compilação das normas legais já existentes, a jusante, na legislação internacional dos direitos humanos, na legislação internacional humanitária e na legislação para os refugiados, convergindo a montante numa série de direitos (principalmente de não discriminação num conjunto de situações) e

necessidades específicas dos deslocados internos, bem como uma orientação para todos os actores envolvidos.

Dada a sua forte base legal, os princípios foram bem aceites e rapidamente disseminados, tendo sido adoptados pelas grandes agências humanitárias de defesa dos direitos humanos e de desenvolvimento, assim como por ONG's que os integraram nas suas actividades. Paralelamente, vários países os invocaram na redacção das suas legislações domésticas. As opiniões predominantes elogiam este instrumento e acreditam na sua importância, existindo também quem considere que estes princípios não têm capacidade para colmatar as lacunas legislativas (Barutciski, 1998). No entanto, ainda em 2006 se lamentava não existir nenhum estudo compreensivo para avaliar o seu verdadeiro impacto no terreno. Declarava-se que, apesar de bem aceite ao nível retórico, a sua implementação continuava a ser problemática e, muitas vezes, rudimentar (Crisp, 2006, p. 21).

A única solução consensual, na ausência de um mandato específico das Nações Unidas para a situação dos deslocados internos, foi o reforço da efectividade na cooperação e coordenação entre todas as agências envolvidas, em detrimento da criação de uma agência própria, ou da delegação de responsabilidades no ACNUR (Hashimoto, 2003, p. 84-85).

Assim sendo, em Dezembro de 1999 o *Inter-Agency Standing Committee* (IASC) delineou a *Collaborative Approach* como meio preferencial para o tratamento deste grupo-alvo, dada a abrangência e a natureza múltipla do fenómeno e o reconhecimento de que nenhuma organização sozinha conseguiria colmatar todas as necessidades e dar atenção a todos os factores em jogo. Esta abordagem consiste na partilha da responsabilidade de responder às situações dos deslocados internos, entre um largo conjunto de actores, pertencentes ou não às Nações Unidas, governamentais e não governamentais. Baseia-se na assumpção de que todos devem trabalhar em conjunto, na base

dos seus mandatos individuais e das suas especialidades¹⁰, assumindo como requisitos uma comunicação dinâmica e uma tomada de decisão transparente.

Constatado o desafio que esta abordagem coloca, na articulação de todos os esforços, compreendem-se as reservas com que os mais incautos a terão encarado. Efectivamente, o vazio que permanece ao nível da coordenação leva a que as diferentes acções realizadas neste âmbito desemboquem, frequentemente, em redundâncias e sobreposições. São várias as falhas apontadas nos relatórios sobre a acção das Nações Unidas em vários países.

Há quem defenda que a revitalização do sistema passará, pela introdução de uma abordagem de *clusters*, capaz de estabelecer um acordo sobre a divisão do trabalho entre as várias agências (Crisp, 2006, p. 23).

2.5 Panorama actual dos deslocados internos no mundo – uma descrição qualitativa e quantitativa das últimas tendências

Já em 1990, um estudo do Banco Mundial estimava que o continente africano continha cerca de 35 milhões de migrantes – metade da migração total mundial - e previa que o volume da migração internacional não iria ter uma tendência descendente no futuro (Russell, Jacobsen and Stanley, 1990¹¹). São relatórios como este que vêm alicerçar a ideia da necessidade de estudar o fenómeno das migrações de forma continuada, dando particular relevância ao continente africano. Aí era referido que muitos dos conflitos no continente têm uma dimensão regional mas são sustentados ou acirrados por factores externos, registando-se uma incidência particularmente forte em países ricos em recursos naturais.

No documento do *Norwegian Refugee Council* (2004), que faz uma caracterização das principais tendências mundiais em termos de deslocados

¹⁰ Para uma informação mais detalhada sobre esta abordagem, ver Inter-Agency Standing Committee (2004) “Implementing the Collaborative Response to Situations of Internal Displacement”, enquanto guia para as equipas humanitárias dos vários países. Tem uma descrição detalhada das funções das diferentes organizações, nas várias fases dos processos de protecção aos deslocados internos (period of conflict or ongoing generalized violence; immediate aftermath to conflict; transition towards development; prevention – pre and post-displacement).

¹¹ RUSSELL, S., K. Jacobsen and W. D. Stanley (1990) *International Migration and Development in Sub-Saharan Africa*. 2vols. Washington, D.C.:World Bank in CERNEA, Michael (1997), p. 2.

internos¹², é-nos dito, relativamente ao panorama geral da situação dos deslocados internos em 2003, que “com perto de 25 milhões de pessoas deslocadas dentro dos seus próprios países, por conflitos e violações dos direitos humanos, o deslocamento interno é uma das maiores tragédias do nosso tempo” (p. 4)¹³.

O relatório acrescenta que foi fraco o progresso da protecção e assistência concedidas aos deslocados internos, criticando as autoridades nacionais assim como a comunidade humanitária internacional, no deficiente cumprimento das suas obrigações e na afectação dos recursos necessários para esse fim.

Está bem patente a sede de visibilidade desta categoria de migrantes: “*A crise global do deslocamento interno, que afecta 52 países distribuídos por todos os continentes, não tem sido transmitida ao público em geral. A atenção da opinião pública internacional continua a centrar-se nos refugiados, isto é, pessoas que atravessaram fronteiras internacionais depois de fugirem de suas casas*” (Norwegian Refugee Council, 2004, p. 4).¹⁴

Embora se tenha assistido à concretização de processos de paz em vários países, estes, aparentemente, não se traduziram numa melhoria das condições de muitos deslocados. Ou porque não conseguiram regressar às suas regiões, ou porque, ao fazê-lo, continuaram a sofrer duros atentados à sua sobrevivência (por falta de meios para relançarem a sua actividade económica ou por continuarem a sofrer a hostilidade e discriminação locais).

Em muitos países, o sucesso no reassentamento após conflito foi ofuscado pelo eclodir ou intensificar de novas crises, que levaram a novas deslocações, como é o caso paradigmático do Darfur, que persiste até aos nossos dias.

Considerando apenas o continente africano, foram registadas, em 2003, mais de três milhões de pessoas deslocadas, a maioria devido a guerras civis e

¹² Como as autoridades nacionais não registam apropriadamente os deslocados internos, muitos dos valores deste relatório são baseados em estimativas das fontes públicas disponíveis.

¹³ Tradução livre da autora.

¹⁴ Tradução livre da autora.

violência inter-comunal. Este é o continente mais afectado, com 13 milhões de deslocados internos (dos 25 milhões mundiais), valor que ficou praticamente inalterado desde o ano anterior. Estão mais pessoas deslocadas internamente no continente africano do que no resto do mundo inteiro.

Quadro 1. Número de deslocados internos no Mundo (estimativa final de 2003)

Região	Países	Deslocados Internos
África	20	12,7
Ásia-Pacífico	11	3,6
Américas	4	3,3
Europa	12	3,0
Médio-Oriente	5	2,0
Global	52	24,6

Fonte: Norwegian Refugee Council, 2004

Em 2007, a situação era a seguinte: havia, em Dezembro, um total de 26 milhões de pessoas deslocadas internamente, devido a conflitos, estando, pelo menos, 52 países afectados. África, expectavelmente, continua a ser o continente mais afectado, com 12,7 milhões de deslocados internos em 19 países (Norwegian Refugee Council, 2008).

A “Guerra contra o terror” levada a cabo pelos Estados Unidos, e que se expandiu em diversas frentes durante 2003, fez reacear graves consequências nas crises de deslocamento, ao encorajar os governos a procurar soluções militares para os conflitos, ignorando os *standards* internacionais humanitários e de respeito pelos direitos humanos. No entanto, constatamos que essa propaganda recebeu eco em poucos países. A influência da assistência militar americana apenas conseguiu penetrar em regimes com uma longa história de instabilidade, golpes de Estado levados a cabo por militares e violação dos direitos humanos.

Importa recordar que estes dados são bastante recentes e que as questões levantadas, nestes relatórios e na literatura mais actual sobre o tema, remetem

para uma época em que Moçambique já não regista deslocados internos. Apesar do interesse, importância e actualidade da discussão sobre a necessidade de uma maior visibilidade e enquadramento legal e institucional para a protecção dos deslocados internos, não é nosso intuito continuar aqui a explorar esse aspecto, uma vez que a situação particular que iremos analisar diz respeito a pessoas que há muito deixaram de se encontrar nessa categoria.

Capítulo II

O REGRESSO ÀS ORIGENS

1. O que dizem os documentos oficiais sobre o reassentamento?

A dimensão da “reconstrução” dos modos de vida dos retornados tem sido uma das mais negligenciadas pelos analistas desta área de investigação. A maior parte da literatura centra-se na questão da protecção numa situação de migração forçada e não no regresso. Isso é, até certo ponto, explicável pelo facto de essa deslocação (e também a estadia nos campos de refugiados) implicar, na maioria dos casos, vários perigos como assaltos, violações, abuso de crianças, etc., aos quais a comunidade internacional é pressionada a dar resposta, ao abrigo do novo paradigma do desenvolvimento.

Encontrar referências bibliográficas directamente relacionadas com os processos de reassentamento tornou-se, portanto, uma tarefa relativamente complicada. Outro factor limitativo da pesquisa documental prende-se com o facto de a reflexão em torno desta temática se ter dedicado mais ao estudo das falhas do que dos sucessos, dificultando a disseminação de boas práticas e

ferramentas de resolução de problemas junto daqueles que actuam no terreno, no sentido de evitar erros trágicos.

Os documentos formais orientadores dos processos de reassentamento deliberam que, nessa fase, os ex-deslocados internos devem ser protegidos e os seus direitos devem ser salvaguardados e isentos de qualquer discriminação, nomeadamente: o direito de acesso aos mecanismos de protecção, incluindo a polícia e os tribunais; o acesso à documentação individual, que lhes permita aceder a serviços públicos e administrativos e exercer o direito do voto; o acesso a mecanismos de restituição da propriedade; o direito a condições de vida adequadas, incluindo habitação, cuidados médicos, alimentação, água e outros meios de sobrevivência; o acesso a oportunidades de trabalho (Internal Displacement Monitoring Centre, 2007).

Uma vez que o nosso estudo se foca no momento do reassentamento, no final da deslocação, a secção dos *Guiding Principles* que nos interessa destacar é aquela que diz respeito aos “Princípios referentes ao regresso, reinstalação e reintegração”. Para além do apelo à facilitação do exercício dos mandatos das organizações humanitárias internacionais, nessa secção pode-se ler que “*as autoridades competentes têm o dever e responsabilidade primárias de criar condições, bem como de fornecer meios que permitam o regresso voluntário, em segurança e com dignidade, dos deslocados internos às suas casas*” (Princípio 28) ao mesmo tempo que se deve zelar para que estes recuperem “*na medida do possível, as suas propriedades e bens que deixaram ou se viram privados aquando da sua deslocação*” (Princípio 29).

A maior parte dos relatórios sobre reassentamento, disponibilizados pelas Organizações Internacionais, dizem respeito ao repatriamento (regresso dos refugiados ao seu país de origem) ou ao reassentamento após deslocamentos induzidos por projectos de desenvolvimento (já apresentados no primeiro capítulo). No caso destes últimos, o objectivo é compensar todas as perdas das pessoas afectadas e até melhorar as suas condições de subsistência. Os dinamizadores dos projectos vêm-se na obrigação de, para além de tentar minimizar os estragos ambientais que os reassentamentos possam causar,

restituir todos os bens e condições de partida às pessoas a quem estão a retirar património contra a sua vontade e, por vezes, de forma tortuosa. Ora, essa é uma situação muito diferente da dos deslocamentos forçados pela guerra e que constituem o objecto desta tese.

A experiência dos migrantes forçados/deslocados involuntários devido a projectos de desenvolvimento pode ser útil enquanto referência comparativa, impondo-se contudo a ressalva de que a sua situação difere completamente da dos deslocados internos. São visadas condições de vida sustentáveis num novo local, onde têm de permanecer e adoptar como nova casa, e não na sua zona de origem, que foi devastada por um conflito.

1.1 Modelos de reassentamento

No final dos anos 60, Chambers (1969)¹⁵ identificou um modelo geral sobre a evolução dos esquemas de reassentamento de terras em África. Logo depois, Nelson (1973)¹⁶ confirmou esse padrão numa síntese de várias experiências na América Latina. Ambos conceptualizaram as dimensões organizacionais e institucionais da gestão dos programas de reassentamento. Scudder e Colson¹⁷ formularam, em 1982, um modelo composto por quatro fases: recrutamento, transição, desenvolvimento e incorporação, o qual foi concebido inicialmente para ser aplicado nas situações de reassentamento voluntário e depois alargado às situações de reassentamento involuntário, mas apenas nos casos de sucesso.

Na óptica de Cernea (2000), estes modelos ajudaram a encontrar regularidades e padrões, a interpretar a complexidade do fenómeno e a construir ferramentas. No entanto, nenhum deles considerava os impactos

¹⁵ CHAMBERS, R. (1969), *Settlement Schemes in Tropical Africa*, London, Routledge and Kegan Paul in CERNEA, Michael (2000), p.14

¹⁶ NELSON, M. (1973), *Development of Tropical Lands: Policy Issues in Latin America*, Baltimore, Maryland: John Hopkins University Press, in CERNEA, Michael (2000), p. 14.

¹⁷ SCUDDER, T. e E. Colson (1982), "From Welfare to Development: A conceptual Framework for the Analysis of Dislocated People" in A. Hansen e A. Oliver-Smith (eds.) (1982) *Involuntary Migration and Resettlement: The Problems and Responses of Dislocated People*, Boulder, Colorado, Westview Press in CERNEA, Michael (2000), p. 15.

cumulativos de uma deslocação colectiva, que promovem o empobrecimento. Por esse motivo, historicamente, as operações de reassentamento têm falhado.

Com o intuito de lograr aceder a um novo patamar, Cernea criou um modelo teórico designado de *impoverishment risks and reconstruction model for resettling displaced populations*. O objectivo final deste modelo passa pela definição de estratégias que conduzam a um “reassentamento socialmente responsável” (Cernea, 2000, p. 13)¹⁸, por se acreditar que as patologias advindas dos processos de deslocação involuntária não são uma fatalidade inexorável, a que este tenha que sucumbir. A ênfase no aspecto da implementação do modelo facilita a sua operacionalização e permite que funcione como guia de acção para todos os actores envolvidos nestes processos.

Segundo este modelo, o processo de empobrecimento é desconstruído nas suas componentes fundamentais/nos efeitos adversos que acarreta (e cuja presença regular é evidenciada por vários resultados empíricos): *landlessness, joblessness, homelessness marginalization, food insecurity, increased morbidity and mortality, loss of access to common property assets, and community disarticulation*. A reconstrução é vista como o reverso desse processo e, para a qual, é necessário trabalhar sobre a interacção de todas aquelas variáveis, mitigando os riscos de uma forma holística e integrada.

No que diz respeito às “componentes da reconstrução” – particularmente nas componentes “*landlessness*” e “*joblessness*”, que são aquelas que mais nos interessam, embora não menosprezemos a interdependência entre todas elas - este modelo advoga que o núcleo duro dos processos de reconstrução dos modos de vida das populações regressadas, deve assentar no acesso às terras cultiváveis e a trabalho gerador de rendimento. Em todo o mundo em desenvolvimento, a evidência empírica confirma que substituir terra por terra é uma estratégia mais eficaz do que a compensação em dinheiro, a qual, na maior parte das vezes falha no alcance da restauração do rendimento. No entanto,

¹⁸ O móbil deste texto é responder à questão: “será que este modelo, primeiramente designado para o estudo de deslocação induzida por projectos de desenvolvimento, pode também ser aplicado na análise da deslocação de refugiados?”

importa perceber que, se cedida sozinha, a terra não é suficiente para atingir o sucesso, mesmo no caso de um assentamento voluntário, devendo ser acompanhada de assistência técnica e medidas políticas socialmente favoráveis. Portanto, a combinação do fornecimento de terra com oportunidades de emprego é uma estratégia importante de recuperação, particularmente nas situações em que nenhuma das duas componentes, por si só, consegue assegurar o uso pleno dos recursos laborais das famílias (Cernea, 2000, p. 35-38).

Complementarmente, o modelo defende a consulta e participação activa dos indivíduos potencialmente afectados, sublinhando a faceta instrumental da informação e comunicação entre planificadores e deslocados. Uma comunicação disfuncional é, aliás, uma outra causa apontada para as falhas nos processos de reassentamento (Cernea, 2000, p. 51). Nos últimos anos, este modelo tem vindo a ser cada vez mais debatido e posto em prática em muitos projectos.

Vários estudos têm demonstrado as falhas dos programas oficiais na condução dos movimentos de repatriamento/reassentamento das populações. Chambers (Chambers, 1976¹⁹) considera que a maior parte dos programas não tiveram sucesso em África devido a uma pobre conceptualização dos mesmos, ao não envolvimento dos reassentados na tomada de decisão (impostos de cima para baixo, sem consulta dos beneficiários), problemas financeiros e económicos, falta de pessoal qualificado e com um conhecimento detalhado da população afectada. Existem outros autores que criticam a forma como os programas formais de repatriamento de refugiados são concebidos pelos governos e agências, com pouca referência ao padrão dos movimentos de fuga e regresso dos próprios refugiados (Wilson e Nunes, 1994), seguindo um modelo geral (por exemplo a convenção das Nações Unidas), sem ter em conta as especificidades locais, o contexto particular.

| ¹⁹ Chambers, 1976 in SILVA (1992)

É na tentativa de compreensão dos determinantes sociais locais do reassentamento que consideramos que o empreendimento rural em análise no nosso estudo de caso se diferencia destes programas formais.

1.2 Factores para o sucesso dos processos de reassentamento

O ACNUR e outras organizações humanitárias têm atribuído uma importância crescente à reintegração sustentável das populações regressadas, implementando projectos com base nas comunidades, planeados para reforçar as infra-estruturas e relançar a economia nessas áreas (Crisp, 2006, p.18). Estes processos têm, efectivamente, sido melhorados mas continuam aquém das expectativas.

Os processos mais bem sucedidos de retorno e reintegração foram aqueles onde foram criados *pull-factors* nas áreas de origem, através da melhoria dos serviços básicos, a criação de oportunidades de trabalho e o estabelecimento da lei e da ordem. Quando chega a paz e é restabelecida a segurança, pode haver muito pouco à espera dos deslocados. Em muitos casos, os deslocados internos e os refugiados viveram em campos onde tinham acesso a, pelo menos, níveis mínimos de serviços de saúde, educação, alimentação e água potável. Regressar para áreas onde não existe nenhuma destas redes de segurança torna a reintegração sustentável uma longa e árdua tarefa. O problema pode ser exacerbado pelo facto de os retornados se terem tornado dependentes e terem desenvolvido expectativas irrealistas de apoio no regresso (Rogge e Lippman, 2004).

É importante aludir ao facto de que em cerca de um terço dos países afectados, o acesso à terra e condições climatéricas favoráveis poderiam ter permitido que um grande número de deslocados produzisse a sua própria comida e estivesse menos dependente da ajuda humanitária. Porém, em todos estes casos, a falta de segurança impediu qualquer forma de agricultura de subsistência. Existem casos de deslocamento muito longos – em alguns países chegam a durar décadas – durante os quais são escassas as perspectivas de

praticar actividades geradoras de rendimento, pois o deslocamento ocorre maioritariamente em países em desenvolvimento, com fracas economias e infra-estruturas limitadas. É, assim, notório como o acesso a um punhado de terra fértil pode fazer toda a diferença (Norwegian Refugee Council, 2004).

Interessa mencionar que os deslocados internos não podem ser vistos como uma comunidade homogénea. Um estudo desenvolvido no Sri Lanka (Harris, 1999) é assertivo na demonstração da importância de considerar, não apenas os pontos de consenso, mas também os pontos de divergência (nesse caso entre classes e castas) pois o convívio entre grupos sociais diferentes pode ser, em certos casos, dificilmente tolerado. Os deslocados possuem normalmente capital humano e social acumulado: competências, experiência e estratégias de sobrevivência que adquiriram no exílio; redes familiares e comunitárias que podem ser reactivadas; e uma determinação colectiva para reconstruir as suas vidas e comunidades (Crisp, 2006, p.16).

Em síntese, o reassentamento apenas pode ser bem sucedido se providenciar, de forma célere, novas fontes de rendimento e oportunidade para as pessoas poderem usar o seu trabalho de forma produtiva. Os reassentados não devem ser transformados em recipientes passivos, sem data prevista para a emancipação, porquanto a assistência externa - embora necessária - será temporária e irá abandoná-los, se desprevenidos, sem meios de subsistência, pois sabemos que a assistência gratuita tende a promover a apatia (Cernea, 1997, p. 31). Não é razoável levar as pessoas para os seus locais de origem e dar-lhes algum material de construção, na medida em que, essa caridade não previne futuros deslocamentos.

Nos anos mais recentes, os deslocados internos constituíram a maior fatia de beneficiários dos esforços do *World Food Programme*. A comida é fornecida no contexto de programas de “comida-por trabalho” (Food-For-Work) para gerar um incentivo ao trabalho de reconstrução, nomeadamente dos edifícios públicos e privados, infra-estruturas comunitárias, etc. e, assim, contribuir para a reabilitação sócio-económica mais geral das sociedades pós-conflito. A novidade da nossa pesquisa, como veremos na parte final do

trabalho, dedicado ao estudo de caso em Chibonzane, Moçambique, está associada ao facto de este tipo de programas não costumam ser desenvolvido pelo sector privado, como aconteceu no caso do empreendimento agrícola que constitui o nosso objecto de investigação.

Síntese da Parte I

Nesta primeira parte do trabalho conhecemos a situação específica dos deslocados internos, os quais, por não terem atravessado uma fronteira, não beneficiam de nenhuma lei internacional ou organização mandatada para responder exclusivamente às suas necessidades (como acontece no caso dos refugiados). Os Estados são os principais responsáveis pela sua protecção e por isso, algumas vezes, o respeito pelos princípios da soberania, integridade territorial e não interferência nos seus assuntos internos, aparecem como obstáculos à intervenção das Organizações Internacionais e dificultam a aproximação a estas populações. Soubemos também que existem reservas quanto à abordagem *collaborative approach*, adoptada para responder às necessidades destes deslocados e muita preocupação quanto à ausência de uma real coordenação.

Assimilámos que, oficialmente existe uma série de direitos que devem ser salvaguardados no momento do reassentamento de populações obrigadas a deslocar-se. No entender de Cernea a reconstrução implica a actuação sobre a interacção das várias componentes do processo de empobrecimento advindo da deslocação. Isso pode ser realizado através do acesso a terras cultiváveis e trabalho gerador de rendimento - enquanto *pull-factors* e também através da consulta e participação activa dos indivíduos afectados. Este apelo de cernea tem particular interesse, quando sabemos que a comunicação disfuncional é apontada como uma das causas para a falha dos programas formais, normalmente impostos de cima para baixo, com pouca referência às especificidades locais e sem perspectiva de longo-prazo, os quais encaram os

beneficiários como recipientes passivos e dependentes que ficam sem meios de subsistência quando as agências partem.

Os programas formais são cada vez mais virados para o reforço das infra-estruturas e o relançamento da economia local, com vista a um reintegração sustentável. No entanto, ainda ficam muito ao nível da retórica e aquém das expectativas. Por exemplo, continuam a existir bastantes programas concebidos sem ter em conta o contexto particular e os padrões dos movimentos de fuga e regresso concretos, orientando-se apenas por indicadores quantitativos.

**PARTE II - GUERRA CIVIL E DESLOCAÇÕES EM
MOÇAMBIQUE**

“A única motivação da investigação é a vontade de conhecer e compreender. Mas a apresentação dos resultados assume um carácter tanto mais subversivo quanto o seu objecto, a guerra, palco de sofrimento e de riscos e desafios extremos, suscita as mais veementes e apaixonadas opiniões”

Christian Geffray

Capítulo III

GUERRA CIVIL EM MOÇAMBIQUE

Neste capítulo será primeiramente apresentada a súpula do percurso económico de Moçambique, desde o modelo centralizado, à intervenção das instituições de Bretton Woods e consequente liberalização do mercado. É também enunciada a evolução de alguns indicadores sociais no país.

Depois entraremos efectivamente no cenário da guerra civil, evocando os seus antecedentes e os factores determinantes para o seu aparecimento. No âmbito desses factores, tendem a surgir explicações ideologicamente opostas e apontando para causas, ora externas (com enfoque no nascimento da Renamo), ora internos (com enfoque nas falhas do programa da Frelimo, principalmente as políticas que afrontavam as autoridades tradicionais e os modos de vida da população rural). Veremos que as duas explicações se entrelaçam e analisaremos as dinâmicas de criação de simpatizantes por ambos os lados do conflito, até se desembocar no Acordo de Paz, em 1992.

1. Caracterização do País: do pré-guerra aos dias de hoje

Moçambique fica localizado na costa sudeste africana, com uma área de 799.330 quilómetros quadrados. Faz fronteira a Norte com a Tanzânia, a Noroeste com o Malawi e a Zâmbia, a Oeste com o Zimbabwe, a África do Sul e a Swazilândia e a Sul novamente com a África do Sul. A Este o país é

banhado pelo Oceano Índico, possuindo uma costa marítima com quase 3000 quilómetros.

Antes da guerra, Moçambique podia reclamar a categoria de país de rendimento médio, com rendimentos semelhantes aos dos seus congéneres da região, apesar das severas desigualdades de distribuição registadas e, conseqüentemente, dos graves problemas de pobreza manifestados.

Durante a década de 80 assistiu-se ao desmoronar do modelo económico centralizado. O nível e as condições de vida da grande maioria dos operários, dos camponeses e dos pequenos produtores deterioraram-se com a crise económica e com a guerra. Emergia a necessidade de uma nova política e de uma reformulação das prioridades em termos de relações internacionais, que se iriam consumir principalmente no Acordo de Nkomati, negociado entre a África do Sul e o governo Moçambicano. A consequência porventura mais importante deste Acordo foi a entrada de Moçambique no sistema financeiro internacional (Pavia, 2006). Na sequência deste Acordo, o Governo, sem alternativa, submeteu-se às recomendações das agências internacionais. Introduziu um Programa de Acção Económico em 1984 seguido, em 1987, por um programa de ajustamento estrutural, o Programa de Reabilitação Económica (ERP), com o apoio do Banco Mundial, o FMI e a comunidade de doadores. Em 1989 o ERP tornou-se ESRP, quando foi adicionado o termo “Social” à reabilitação económica, reflectindo uma maior ênfase dada ao alívio da pobreza, numa altura em que cresciam as preocupações em torno do impacto adverso das medidas de estabilização nos grupos mais vulneráveis.

Vinte anos depois de ter iniciado a luta armada, a Frelimo optou, assim, pela revitalização e reconstrução das mesmas estruturas e ligações que, enquanto movimento de libertação, tinha atacado. Moçambique foi, pois, um dos primeiros países comunistas – embora aqui “comunista” não signifique que se encontrava na órbita de Moscovo - a dirigir-se ao Ocidente em busca de ajuda – demonstrando a flexibilidade do seu posicionamento internacional - e fê-lo ainda em tempo de guerra.

No entanto, sabemos que o receituário económico apresentado pelas instituições de Bretton Woods, tendo em vista a reconstrução no pós-guerra em países em desenvolvimento é, na maior parte dos casos, condenado ao fracasso.

O Banco Mundial e o FMI tendem a encarar os conflitos armados nesses países como interrupções temporárias num padrão de desenvolvimento económico regular, cuja recuperação tem custos de curto prazo (desmobilização militar, reconstrução das infra-estruturas e reassentamento dos refugiados) que podem ser cobertos por um esforço de ajuda excepcional, de duração limitada, seguido de um regresso às regras dos programas de ajustamento estrutural e à plena integração nos mercados mundiais. No entanto, a reconstrução, na prática, tem durado muito mais tempo do que o esperado (pelo menos uma década no caso de Moçambique) apesar de grandes influxos de assistência internacional e repetidas tentativas para aplicar o enquadramento proposto (Bruck et al. 2000).

Na senda da apresentação do percurso das políticas económicas do país, e mesmo antes de entrarmos no cenário do conflito, cabe-nos expôr aqui também um pouco da evolução histórica dos Congressos da Frelimo, que foram acompanhando o passo desses desenvolvimentos económicos.

O III Congresso da Frelimo, em 1977, transbordou de euforia revolucionária, enquanto libelo de um novo degrau na construção do socialismo. Aí foi defendido o reforço do papel do Estado na direcção, planificação e controlo da economia nacional. Porém, como já vimos no início deste capítulo, as consequências destas novas políticas revelaram-se desastrosas.

No IV Congresso, em 1983, encetaram-se negociações entre Moçambique e o Clube de Paris com vista ao reescalonamento da dívida. Foi também reiterado um apoio concentrado e integrado ao sector da agricultura em pequena escala e ao sector de produção familiar. As despesas governamentais foram orientadas para o investimento, em detrimento do consumo, e essa orientação foi dada a toda a economia (Pavia, 2006).

Em 1989 realizou-se o V Congresso, onde se assistiu a uma viragem no discurso, que versava agora sobre a abertura à mudança e a moderação em termos de política externa, apartando-se assim do modelo marxista-leninista.

No VI Congresso, no ano de 1991, dá-se a cisão entre a ala “neo-liberal” e a ala “ortodoxa”. A primeira saíria claramente dominante, empenhada na defesa dos interesses do capital privado e na atracção do Investimento Directo Estrangeiro, propondo um rápido afastamento do Estado de algumas áreas, enquanto corolário de soluções de mercado mais eficientes (Pavia, 2006).

No final da guerra, em 1992, Moçambique foi classificado como o país mais pobre do mundo. Mas a transição de uma economia centralmente planeada para a economia de mercado revitalizou o crescimento, tornando o país num destino atractivo para o Investimento Directo Estrangeiro e projectos de desenvolvimento direccionados para as infra-estruturas. Mesmo assim, estes avanços não se traduziram em aumentos substanciais dos níveis de vida das populações rurais. O sistema de redistribuição tradicional, num ambiente liberal, deu azo a uma economia reflectora das estruturas neo-patrimoniais do Estado, o que acirrou a pobreza e as disparidades entre as províncias. Maputo manteve a concentração da actividade económica e apenas uma elite saiu beneficiada (Rgugumamu e Gbla, 2003).

Após a guerra, a prioridade da população passava pela segurança alimentar. Estima-se que a ajuda alimentar, juntamente com as importações alimentares, corresponderam a mais de 80% do total de mantimentos, no final da década de 80. A comida distribuída foi de 5.7000 toneladas em 1985, 180.000 toneladas em 1988 e cerca de 170.000 toneladas em 1989 (Lopes and Sacerdoti 1991²⁰). Simultaneamente, a produção alimentar doméstica cresceu residualmente no período de 1987-90 e a importação de comida continuou a ser vital.

²⁰ LOPES, P. S. and E. Sacerdoti (1991) “Mozambique: Economic Rehabilitation and the Poor”, Washington DC, International Monetary Fund, WP/91/101, in BRUCK et al., 2000.

Logo após os moçambicanos terem começado a regressar às suas casas, no final de 1992, o aumento da precipitação resultou na melhor estação agrícola, num período de vários anos. A produção de alimentos em 1993 atingiu as 533.000 toneladas, bem longe das 133.000 toneladas do ano anterior. Mesmo com o influxo dos retornados, o número de pessoas a solicitar ajuda alimentar caiu de 3,1 milhões no final de 1992, para uma média mensal de 1,8 milhões no período de 1993/1994. Este valor desceu para pouco mais de um milhão em 1994/1995 mas, mesmo assim, não permitia ao país ser auto-suficiente, em termos alimentares, carecendo ainda de um volume de importações significativo (United Nations, s.d.).

Depois de uma década de reconstrução, Moçambique apresenta-se, actualmente, como um país com rendimentos consideravelmente abaixo da média regional e sérios problemas de dívida externa.

2. Indicadores sociais

Na altura em que se realizaram as primeiras eleições democráticas no país (1994), dois anos após a assinatura do Acordo de Paz (1992), que pôs fim à Guerra civil, a população rondava os 15 milhões, a esperança de vida à nascença era de 44,7 anos e a taxa de literacia adulta era de 33,5%. A mortalidade infantil (antes dos cinco anos) era de 273 por 1000 nados vivos, mas a fertilidade era muito elevada (6,3). Estimava-se que mais de 46% da população tinha menos de 15 anos de idade (UNDP, 1995).

No quadro seguinte podemos observar alguns indicadores sociais, contando com os já referidos, que apresentam a radiografia do país após a guerra civil.

Quadro 2. Indicadores sociais em Moçambique no pós-guerra

	Year	Mozambique	Sub-Saharan Africa	Least Developed Countries	All Developing Countries
1 Population					
- Total population (million)	1993	15.6			
- Age structure (%)					
0 - 14 years	1993	45.9			
15 - 64 years		51.7			
> 65 years		2.4			
- Annual growth rate	1993	5.4			
- Crude birth rate (per 1000)	1993	45.5	46	44	30
- Total fertility rate	1993	6.3	6.5	6.1	3.8
- Life expectancy at birth	1993	44.7	51.1	50.1	63
- Infant mortality rate (per 1000 live births)	1993	133	101	112	69
- Under-five mortality rate (per 1000 live births)	1992	273	160	160	100
2 Health					
- Population (%) with access to:					
Health services	1985-91	39	59	54	81
Safe water	1988-91	24	45	45	70
Sanitation	1988-91	24	31	32	56
- Daily calorie supply (as % of requirement)	1988-90	77	92	91	109
- Population per doctor	1993	28333	35680	19110	6670
- Population per nurse	1993	6233	8190	7430	3390
- Public expenditure on health (as % of GDP or GNP)	1993	1.8	2.5	2.0	2.2
3 Education					
- Adult literacy rate					
Male	1992	34	51	46	69
Female	1992	46	63	58	79
Female	1992	21	40	34	58
- Literacy rate (as % of age 15 - 19)	1990	53	73	59	80
- Enrolment ratios (gross)					
Primary	1992	60	69	67	99
Secondary	1990	8	18	16	41
Tertiary	1990	0.2	2	2	7
- Completing primary level (as % of entrants)	1990	40	57	51	71
- Public expenditure on education (as % of GDP or GNP)	1993	3.2	4.6	3.0	3.9

Source: UNDP, *Human Development Report 1994* (latest year reported for comparative data regarding groups of countries).
Government of Mozambique and World Bank, "Revisão das Despesas Públicas do Sector Social, 1994" (Public Expenditure Review of the Social Sector), draft, October 1994.

Uma década depois, em 2005, a esperança de vida à nascença era de 42,8 anos (portanto mais baixa do que em 1994) e a taxa de literacia adulta subiu ligeiramente para 38,7% (UNDP, 2007/2008). A taxa de mortalidade infantil baixou para 96 em 1000 nados vivos (World Bank, 2007).

De acordo com os Censos de 2007, Moçambique conta actualmente com 20,5 milhões de habitantes, reflectindo um aumento desde os Censos de 1997, onde se tinham registado 16,7 milhões de habitantes.

3. As principais explicações (opostas) para o despoletar da guerra no país

Após a independência do país, com a assinatura dos Acordos de Lusaka, a Frelimo tomou o poder e colocou em marcha um programa económico socialista e um sistema político de partido único. Não demorou muito tempo para que a guerra civil estalasse.

As explicações para as causas da guerra tendem a polarizar-se entre duas posições ideologicamente opostas. A primeira realça que a guerra foi um projecto de desestabilização contra o governo da Frelimo, patrocinado externamente, no contexto da “estratégia total” do regime do *apartheid* da África do Sul para a região austral do continente. A crescente preocupação ocidental em torno de um governo inspirado na ideologia marxista-leninista, é outro argumento que se junta ao anterior. Nesta perspectiva, a Renamo é vista como uma força fantoche, mantida externamente, sem nenhum programa político real ou intenção governativa e nenhuma base de poder doméstico (Hanlon, 1984²¹;1989²²). Do lado oposto, isto é, dos opositores ao governo, é considerada uma força de liberdade e de democracia.

A segunda explicação advoga que as causas da guerra foram principalmente internas, produto da experiência socialista falhada da Frelimo e particularmente da alienação do apoio aos agricultores rurais, o desrespeito pelas autoridades tradicionais, religiosas ou não, a imposição de empresas agrícolas estatais e cooperativas, aldeias comunais e novas estruturas de poder que procuraram substituir a ordem social tradicional, apanágio da tentativa de eliminar todos os vestígios do “obscurantismo” e de forjar “um homem novo” na revolução moçambicana.

²¹ HANLON, J. (1984), *Mozambique: The Revolution under Fir*, London: Zed Press in RUGUMAMU, Severine e Osman Gbla (2003)

²² HANLON, J. (1989) *Mozambique: Who calls the Shots?*, London: Zed Press in RUGUMAMU, Severine e Osman Gbla (2003)

Existe um autor (Geffray²³,1991), contudo, que alia estas duas perspectivas. Sem negar as origens da formação da Renamo por incentivo dos serviços secretos sul-africanos, explica o conflito também do ponto de vista das falhas do projecto da Frelimo (nomeadamente as aldeias comunais) e analisa as estratégias sociais rurais através das quais a Renamo conseguiu granjear um forte apoio junto das populações (exactamente porque representava a renúncia às castrações da Frelimo), acabando, no entanto, por concluir que esta apenas possuía o projecto da continuidade da violência para se reproduzir, confluindo numa grande desilusão.

Geffray, através de uma análise da região Norte do país, onde se propôs aprofundar a complexidade dos processos sociais e políticos em curso nas zonas rurais, pretende ultrapassar a visão parcial de que a Renamo não passava de um bando de assassinos sanguinários, sem fé nem lei, que semeava o terror. Tendo em conta que o conflito paralisou as comunicações, a produção e circulação de bens a nível nacional, o autor argumenta que a causa dessa total desestruturação não pode ser apenas imputada a um punhado de bandidos armados. (Geffray, 1991)

Se a Renamo fosse “só” uma força criada e alimentada pelo exterior dificilmente se poderia explicar que tenha obtido quase metade dos votos nas eleições legislativas e presidenciais de 1994 e 1999 (Pavia, 2006).

O *bias* étnico, de classe e regional, é visto como tendo tido um papel central no conflito, devido à dominância de grupos particulares nas respectivas lideranças, com a Renamo ligada aos *Ndau* do Centro e Norte de Moçambique e a Frelimo dominada pelos intelectuais baseados ao Sul do rio Save, de etnia *Shangane*, com uma profunda desconfiança pelos primeiros e pela envolvente espiritual que lhes é associada (Baden, 2003²⁴; Roesch, 1992). O núcleo da

²³ E outros como Hanlon e Cahen. Hanlon, Joseph (1984) Mozambique: The Revolution Under Fire, Zed, London; Hanlon, Joseph (1987) Beggar Your Neighbours, James Currey, London; Hanlon, Joseph (1991) Who Calls the Shots, James Currey, London; Cahen, Michel (2002) Les Bandits: Un Historien au Mozambique, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris in PAVIA (2006).

²⁴ BADEN, S. (2003), Post-Conflict Mozambique: Women Special Situation, Issues and Gender Perspectives to be integrated into skills training and Employment Promotion, ILO <http://oit.org/public/english/employment/skills/training/publ/pub7.htm> in RUGUMAMU, Severine e Osman Gbla (2003)

motivação ideológica das bases da Renamo era expressa num idioma religioso, enraizado nas tradicionais adorações aos antepassados e, todo esse discurso, foi instrumentalizado como parte integral da luta e elemento central de mobilização (Roesch, 1992).

No Sul de Moçambique, a região onde se localiza o nosso estudo de caso, a ideologia tradicionalista dos *Ndau*, apesar de atractiva, era sempre encarada como estrangeira. Por isso, na sua maioria, a população tendeu a colocar-se do lado de uma Frelimo que, apesar de por vezes socialmente disruptiva, era etnicamente familiar.

3.1 Conjuntura política no pós-independência e surgimento da Renamo

A Frelimo, apesar da retórica marxista-leninista, gozava nos meios internacionais de uma certa aura de força moderada, colhendo simpatias a diversos interlocutores.

Eduardo Mondlane, até à sua morte (1969), assegurou algum equilíbrio entre o bloco de Leste e o Ocidente; e também uma posição equidistante no conflito ideológico e político sino-soviético. Com a liderança de Machel, assiste-se a uma clara preferência pela URSS e o seu espaço de influência.

Após a independência, a nova orientação política moçambicana preocupava os seus parceiros da África Austral e as potências ocidentais, devido ao seu poder estratégico em termos das infra-estruturas de transportes. Durante a época colonial, Moçambique tinha desenvolvido três grandes portos abertos ao comércio internacional: Maputo, Beira e Nacala. Destas cidades partiam caminhos-de-ferro que controlavam o trânsito de uma grande parte das mercadorias exportadas e importadas pelos países vizinhos, que se situavam no interior da região austral de África.

Numa primeira fase, Moçambique tentava não antagonizar o seu poderoso vizinho, até porque uma parte substancial das receitas do país era

proveniente das transferências de ouro que vinham da África do Sul em troca de mão-de-obra moçambicana.

O grande projecto sul-africano de incorporar os países vizinhos numa cintura de Estados satélites, materialmente dependentes do seu poder económico e submetidos à sua autoridade política, ficava a curto prazo comprometido pelo acesso de Moçambique (e de Angola) à independência. No entanto, a prosperidade do regime não estava ameaçada. A África do Sul dispunha de uma série de outras saídas marítimas, de recursos próprios e de uma indústria nacional desenvolvida e, paralelamente, contava com um poderoso dispositivo militar.

Existiam, essencialmente, duas posições no governo sul-africano. Uma, sob liderança do primeiro-ministro John Vorster, lançou em Outubro de 1974 a iniciativa CONSAS – Constellation of Southern African States - que tinha como objectivo estabelecer um acordo regional conducente a uma maior distensão, que prevenisse e assegurasse a defesa do regime do *apartheid*, contra qualquer tentativa dos Estados da região de se intrometerem nos assuntos internos da África do Sul (ou seja, contra o auxílio aos movimentos políticos oposicionistas naquele país), no âmbito de uma “Estratégia Total”. Outra era a posição dos militares que tinham como aliado o ministro da defesa P. W. Botha (que acabaria por subir ao poder), e advogavam uma política de confronto com os movimentos de libertação.

Foi neste impasse político e económico que nasceu a Resistência Nacional Moçambicana (RNM) que, mais tarde, deu origem à Renamo. Importa, por isso, conhecer melhor os contornos do contexto do seu surgimento.

O RNM congregou apoios de diferentes origens, que partilhavam os mesmos objectivos, beneficiando da situação delicada em que se encontrava a Rodésia, onde os colonos em rebelião contra a coroa britânica continuavam a ter dificuldades em ver o seu Estado – declarado independente de forma unilateral em 1965 – reconhecido pela maioria das nações. Ao invés, sofriam sanções económicas por parte da ONU, as quais Moçambique também aplicava

(nomeadamente, o fecho da fronteira com a Rodésia em 1976) de forma intransigente, contando que a comunidade internacional o ajudaria a compensar as pesadas consequências financeiras de tal decisão. O governo rodesiano retaliou, apoiando a criação da Renamo e recrudesceu o confronto com o regime da Frelimo.

A reunião, na capital rodesiana, de numerosos ex-colonos portugueses, para ali fugidos antes e após a independência de Moçambique, juntamente com grupos de soldados desmobilizados das unidades especiais do exército colonial e das milícias privadas dos grandes latifundiários, criou um *leit motiv* comum, enraizado no mesmo ódio intenso “contra o comunismo”. Daí a ideia de dar um conteúdo organizado a este “descontentamento”, a RNM.

As primeiras operações com alguma envergadura da RNM em território moçambicano tiveram lugar ainda antes da independência do Zimbabwe (1980), em 1977, por vezes com o apoio directo dos helicópteros do exército rodesiano. Em Fevereiro de 1980, as eleições organizadas na Rodésia levaram a ZANU (combatentes nacionalistas, para quem Moçambique constituía uma base estratégica para a guerrilha) ao poder de forma pacífica. A Rodésia desaparece com a proclamação da independência, internacionalmente reconhecida e surge o Zimbabwe, em 18 de Abril de 1980. A MNR abandona com armas e bagagens o território, que se tinha tornado perigosamente hostil às suas actividades, para encontrar refúgio junto do grande vizinho sul-africano, o qual se transformou numa sólida retaguarda, fornecendo um apoio logístico (armas, treino, meios de comunicação por rádio) decisivo para a sua expansão (Geffray, 1991).

3.2 Projecto falhado da Frelimo

Após a análise histórica do surgimento da Renamo e do apoio externo que esteve na base da sua génese, debruçemo-nos agora sobre as questões internas da governação da Frelimo, que Geffray apresenta como tendo

fortalecido uma atitude de resistência por parte de uma grande fatia da população.

Os grandes eixos da estratégia rural do jovem Estado moçambicano, liderado pela Frelimo, terão sido formulados sob a égide da ideologia marxista e, alegadamente, sem ter em conta a diversidade do país (Geffray, 1991). Falamos no projecto das aldeias comunais, que obrigou oitenta por cento da população, de Norte a Sul do país, de forma indiscriminada, a deixar as suas casas para se juntarem nas aldeias e se dedicarem aos trabalhos colectivos nos campos das cooperativas de produção. A acumulação de riqueza daí resultante deveria, por sua vez, permitir o investimento em bens de produção mais modernos, os quais permitiriam o financiamento de serviços sociais como a saúde, a educação, a cultura e ocupação de tempos livres, indispensáveis para a elevação do nível de vida no campo. Mais tarde viria a electricidade.

*“As aldeias comunais seriam uma forma de aglomerar em povoações as populações dispersas, o que permitiria uma assistência mais eficiente por parte do governo a fim de solucionar problemas de saúde, educação, abastecimento de água e luz, comunicação e outras. Teriam também objectivos de “socialização” das zonas rurais e de “consciencialização” revolucionária e de classe dos camponeses moçambicanos”.*²⁵

Ora, esta medida, baseada no imaginário marxista, ao pretender forçar a união sob uma mesma identidade de populações tão diversas em termos históricos e regionais, violentou os modos de vida dos habitantes rurais, encarando-os como uma massa apática. A resposta popular surgiu em jeito de dissimulação do acatamento das regras. Na verdade, ninguém destruiu a antiga habitação no território de origem e, quando a administração virava costas, as pessoas voltavam, muito simplesmente, para casa, para junto dos seus cemitérios, dos seus campos e árvores de fruto. As aldeias comunais tornam-se aldeias fantasma, caricaturando o absurdo de tal organização espacial (Geffray, 1991).

²⁵ ALMEIDA SERRA, A. M. (1993) Moçambique: da Independência à Actualidade, 1975-1990. CESA in PAVIA (2006).

Ao edificarem essas suas “aldeias de bonecas”, as populações mostravam a sua fidelidade e o desejo de se submeterem às exigências da Frelimo, revelando ao mesmo tempo, de forma trágico-cômica, a verdade política de tais aldeias (Geffray, 1991). “*Através deste simulacro, as autoridades locais podiam dizer aos seus superiores da administração central e do partido que as suas ordens tinham sido cumpridas*” (Geffray, 1991, p. 128). À medida que as populações foram sentindo que a Frelimo tolerava o seu novo *habitat* (desde que não fosse interpretado como traição) e que a Renamo o poupava (desde que não fosse visto como adesão ao regime), as *shoshorona* (aldeias onde realmente habitavam) acabaram por se transformar na matriz de um regresso ao seu antigo modo de vida. “*Este fenómeno é tanto mais espectacular quanto algumas dessas shoshorona opulentas ficavam, em certos casos, apenas a uma centena de metros das cabanas miseráveis das aldeias oficiais*” (Geffray, 1991, p. 129). Os habitantes contentavam assim os dois exércitos simultaneamente, alimentando junto de cada um deles uma imagem de neutralidade total.

Apesar desta encenação, oca em termos de materialização e significado, as estatísticas diziam que entre 1980 e 1984 o crescimento do número de aldeias e da percentagem da população agrupada tinha sido considerável.

Quando os notáveis locais – que constituíam a base da existência social no campo – foram marginalizados, ridicularizados e impedidos de se candidatarem às eleições de deputados às Assembleias do Povo de 1977, as populações sentiram-se vexadas. Essa proibição visou os antigos régulos e cabos (que eram considerados “lacaio” do poder colonial, por terem chefiado unidades administrativas cujas funções eram atribuídas pelos portugueses), sendo inclusivamente alargada a todos os chefes de chefaturas (*mapéwé*).

O projecto aldeão desmascarava assim a sua índole, mais política do que desenvolvimentista, com o intuito de edificar um aparelho administrativo do Estado hierarquizado, estendendo-se como uma malha por todo o território, sendo que, ironicamente, este processo foi levado a cabo em ruptura com os

elementos que eram investidos de uma autoridade reconhecida pelas populações.

3.3 Simpatia para com a Renamo. O deslumbramento juvenil.

A afronta à Frelimo e às medidas que esta preconizava não podem constituir a única explicação para o facto de muitos milhares de pessoas se terem insurgido, tendo-se colocado sob a protecção das armas da Renamo e devotando-lhe a sua confiança.

Há quem defenda que a generalização de uma atitude de desalento e suspeição para com a autoridade central e, ao mesmo tempo, a manifestação de uma vontade, por parte das populações, de minimizar a presença do Estado, também favoreceu uma natural e displicente simpatia pela Renamo, cuja violência era direccionada precisamente contra os símbolos da presença da autoridade central nos assuntos locais (Lubkemann, 2005).

Há, contudo, quem não partilhe desta visão de alienação dominante e adopte uma perspectiva contrária, que encara a população rural como bastante “engajada” politicamente e portadora de ideias claras acerca da estratégia dos dois actores em jogo e empenhada na transformação das suas comunidades. Esta perspectiva critica a literatura que celebra o lado conservador do meio rural e apresenta os agentes rurais enquanto meros objectos de políticas opressivas impostas de cima (Roesch, 1992).

A Renamo oferecia um espaço (os territórios geográficos que controlava) onde as pessoas podiam celebrar sem medo nem falsos artefactos, os acontecimentos importantes da sua vida social. Aí podiam praticar os preceitos ligados à herança, ao casamento ou a outras obrigações domésticas, assim como as cerimónias de iniciação e cerimónias fúnebres, condenadas pela Frelimo, que as considerava incorrectas, rotulando-as de “*vícios arcaicos e feudais*” (Geffray, 1991, p. 53). Constataremos, posteriormente, que a libertação dos grilhões que apertavam as suas normas sociais foram particularmente aliciantes para a juventude.

Para o sucesso contribuiu, também, a disciplina militar da Renamo. A força militar da Renamo era constituída por “*um grupo de soldados organizados e hierarquizados, relativamente bem equipados, treinados e disciplinados, dotados de instrumentos de comunicação eficazes via rádio que permitiam operações estratégicas de envergadura, e dependentes de um comando conhecedor das questões militares*” (Geffray, 1991, p. 63).

Os jovens, ressentidos com o poder por lhes ter vedado uma oportunidade no meio urbano²⁶, voltavam, frustrados e vulneráveis ao chamamento de uma vida de aventura, passada sob o comando da Renamo, mesmo sem encararem essa dissidência como um alinhamento político. A sua identidade social encontrava-se ferida, pela desconfiança manifestada por parte das autoridades das suas linhagens que, na maior parte das vezes, lhes exigiam obrigações familiares e dificultavam a sua participação na actividade agrícola, bloqueando as suas aspirações.

A recruta da Renamo vinha agitar a letargia do quotidiano dos jovens e trazia consigo a camaradagem, o acesso a gratificações (inclusive mulheres) e, principalmente, o respeito das populações civis que os rodeavam. A juventude, anteriormente marginalizada e vítima da aguda crise económica, era agora “*aliciada pela relativa estabilidade e segurança de subsistência de uma vida de pilhagem semi-nómada, preferível à pobreza e anomia*” (Roesch, 1992).

3.4 Uma grande desilusão

Seguimos, até agora, as considerações tecidas acerca das motivações da massiva adesão à Renamo, por parte de determinados sectores da população, por muitos encarada como uma força demasiado violenta e desregrada, sem um programa alternativo concreto e com dificuldades em transmitir às populações o propósito da sua revolta.

²⁶ A seguir à independência os jovens das zonas rurais procuraram avidamente as cidades em busca de melhores condições de vida, mas a quebra da actividade económica atirou-os para o desemprego nos subúrbios. Em 1983 o Estado forçou estes “improdutivos”, considerados “parasitas” ou mesmo “potenciais delinquentes” a regressar aos seus distritos de origem, na chamada “operação produção”.

Nesse sentido aponta Gersony (1988), por exemplo, num estudo sobre as percepções de deslocados e refugiados moçambicanos em países vizinhos, ao afirmar que *“a relação entre a Renamo e a população parecia basear-se apenas na extracção de recursos, pela força, sem explicação, sem tolerância à recusa e sem reciprocidade, tornando-se difícil para as populações discernir as suas pretensões”*. O relatório Gersony foi feito a pedido do Departamento de Estado norte-americano e aí é feita uma descrição muito negativa da Renamo, tendo sido, posteriormente, criticado devido a essa visão demasiado enviesada, que conduziu, na altura, a um apoio mais forte à Frelimo por parte dos diversos actores internacionais e, também, a uma condenação generalizada da Renamo.

Também Pavia (2006) fala num défice de objectividade, em certos momentos, por existir um total consenso em torno da ideia de que a Frelimo gozava do poder popular e lutava contra o colonialismo, o tribalismo e a opressão, levando a que qualquer dissidência fosse encarada como reacção.

No entanto, Geffray (1991), apesar da consistência da sua argumentação, elucidativa do interesse das populações pelos rebeldes, acaba por concluir, num rasgo de pensamento muito próximo do de Gersony, que a Renamo não tinha um projecto de sociedade concorrente com o do poder e não possuía credibilidade suficiente que lhe permitisse sequer angariar o apoio de países estrangeiros. Geffray baseia-se, então, na premissa de que o contrato entre a Renamo e as populações não passava de uma ilusão, sendo que a primeira possuía apenas o projecto de manutenção da guerra, enquanto veículo para a sua reprodução.

Os responsáveis da Frelimo, por seu lado, apercebendo-se que não lhes restava outra saída, recuaram relativamente aos dois eixos fundamentais da sua estratégia de edificação do Estado no campo: abandonaram o projecto das aldeias comunais e tomaram consciência da necessidade de reconhecer oficialmente a existência dos chefes tradicionais, que haviam desempenhado um importante papel na guerra civil.

3.5 As negociações de paz

No final da década de 80 importantes mudanças na cena nacional, regional e internacional – a morte do presidente Machel em circunstâncias misteriosas, a queda do regime do Apartheid, o desmembramento da União Soviética – forçaram ambas as partes a perceber que uma vitória militar seria inalcançável e que a guerra estava num impasse.

No V Congresso da Frelimo iniciaram-se as negociações de paz em Nairobi, que acolheram o mediador decisivo no processo – a Comunidade de Santo Egídio (CSE)– e proporcionaram a transferência das negociações para Roma. A CSE já vinha desenvolvendo um esforço de aproximação entre a Igreja Católica e a Frelimo, através das visitas de Samora Machel e, depois, Joaquim Chissano ao Vaticano. Nos princípios de 1988, a CSE de Roma e D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, haviam iniciado um processo de aproximação dos beligerantes (Pavia, 2006).

O Acordo de Paz concretizar-se-ia em Roma, em 1992²⁷.

Os doadores internacionais foram capazes de conceder um pacote de ajuda moderada à Renamo, o que tornou a disputa política pacífica uma opção atractiva aos olhos dos rebeldes (Collier, 2000²⁸). Outro factor, assaz importante, foi a promessa de conceder à Renamo, por parte dos italianos, entre 20 a 32 milhões de dólares (Venâncio e Chan, 1998²⁹).

²⁷ Num “Diário de Moçambique” do início de Janeiro de 1993 são apresentadas as principais considerações do discurso de final de ano proferido pelo Presidente da República: “*Joaquim Chissano disse na 5ª feira, em mensagem anual, que 1992 marcou o encerramento da violência cíclica no país e considera 1993 como sendo de exigir maiores esforços para a consolidação da paz e começo da reconstrução nacional. Joaquim Chissano determina ainda que a prioridade imediata em 1993 seja a de desminagem do país, reassentamento de populações deslocadas e refugiados em países vizinhos de Moçambique, para privilegiar a aceleração da reconstrução do país. O estadista, que no entanto adverte que em 1993 e nos anos subsequentes a sociedade que dirige continuará a enfrentar enormes problemas de pobreza e dependência externa, menciona que a ajuda externa doravante passará a ser apenas um complemento aos esforços internos para a recuperação e desenvolvimento do país. Para tanto ele incita a família moçambicana para maior empenho no trabalho e na eficiência*”.

²⁸ COLLIER, Paul, 2000, *Economic Causes of Civil Conflict and Their Implications for Policy*. Policopiado. World Bank, Washington D. C., p.18 in PAVIA (2006).

²⁹ VENÂNCIO Moisés e Chan, Stephen 1998, *War and Peace in Mozambique*, MacMillan Press, London in PAVIA (2006).

Capítulo IV

UM PAÍS EM FUGA: AS DESLOCAÇÕES QUE A GUERRA IMPLICOU

Este capítulo inicia com uma referência aos desafios existentes na pesquisa de bibliografia sobre o tema das migrações forçadas por conflitos e uma caracterização da evolução dos estudos dedicados aos deslocados em Moçambique.

São seguidamente apresentados os movimentos de retornados no pós-guerra, nomeadamente a sua representatividade numérica. Posteriormente é feita a descrição dos padrões de deslocação durante a guerra. Neste ponto é ainda abordada a questão do êxodo rural-urbano, um problema que persiste há muito tempo no país.

É então caracterizada a resposta humanitária interna (por parte do governo) e externa (por parte das Nações Unidas, particularmente o ACNUR), a qual terminou com a realização das primeiras eleições democráticas no país, realizadas em 1994. Veremos como a Frelimo domina as opções de voto em Gaza, a província do nosso estudo de caso. Embora não façam parte do nosso objecto de estudo, é aqui referida a assistência ao repatriamento dos refugiados, devido, à grandiosidade da operação que lhes foi dirigida, e devido à inquietação que causa em nós o facto de a maior parte deles ter decidido regressar fora dos esquemas formais de ajuda humanitária.

O capítulo termina com a exploração da crítica que foi dirigida ao governo moçambicano – e que é normalmente dirigida aos programas de assistência – por ter efectuado uma distinção entre as fases de emergência e de desenvolvimento, sem ter em conta o *continuum* que existe entre esses dois momentos.

1. Périple bibliográfico

Como já havíamos referido, as problemáticas das migrações em geral e dos deslocados de guerra em particular, foram negligenciadas durante muito tempo nas diversas áreas de estudo, devido em muito, também, à escassez de dados disponíveis e sistematizados sobre o tema. Têm vindo a ganhar uma crescente notoriedade na literatura recente, portadora de novas abordagens aos fenómenos, em particular no caso dos conflitos que têm decorrido nas últimas décadas no continente africano. Como chama a atenção Ricca (1989³⁰), “a migração africana surge, na maioria das vezes, de constrangimentos, não porque os indivíduos decidam após uma reflexão cuidadosa que essa é a sua melhor opção de futuro, mas porque a violência os força a fazê-lo”.

A necessidade de estudar as dinâmicas das populações deslocadas pela guerra torna-se clara no caso de Moçambique que tem assistido, desde há muito, a recorrentes e massivas movimentações populacionais, devido à sua fragilidade económica, social e climática (Raimundo, 2002).

Os estudos sobre os deslocados em Moçambique sofreram uma evolução no seu conteúdo e orientação. Inicialmente, a pesquisa tendia a encarar as migrações forçadas como consequência dos ataques dos rebeldes mas, gradualmente, os estudos de campo foram demonstrando que as causas dos movimentos residiam em aspectos mais complexos do que o terror da Renamo, considerada como instrumento de destabilização externa. A pesquisa reorientou-se, então, para as necessidades das pessoas em fuga. O agudizar do problema, que ultrapassava os interesses dos doadores e as capacidades institucionais, levou a pesquisa a debruçar-se sobre as fraquezas das políticas e programas criados para lidar com o fenómeno. Com o início das negociações de paz em Roma, a investigação passou a dedicar-se aos temas do repatriamento e da reconstrução (Wilson, 1992).

Embora o nosso escopo se restrinja às deslocações forçadas, e não àquelas que são motivadas por factores económicos, torna-se claro que o

³⁰ RICCA, S., (1989), *International Migration in África: Legal and Administrative Aspects*, Geneva: International Labour Office, in RAIMUNDO (2002), p.13.

campo de estudo das migrações é um universo que merece ser explorado, nas suas diversas cambiantes. É, portanto, também imperativo que a migração seja encarada como uma estratégia de sobrevivência rural, muitas vezes combinada com outras estratégias (McDowell e the Haan, 2000³¹).

2. Panorama das manchas de deslocação no pós-guerra

Em 1991, a maioria dos quinze milhões de moçambicanos rurais não vivia nas suas zonas de origem e muitos tinham sido deslocados várias vezes no decurso da guerra (Wilson e Nunes, 1994).

O deslocamento massivo em Moçambique ocorreu durante o período 1986-1992, quando o conflito armado atingiu o seu auge e o país foi devastado por secas consecutivas.

Quando foi assinado o Acordo de Paz, em Outubro de 1992, o país possuía uma das maiores populações mundiais de deslocados internos – uma estimativa de 3,5 milhões, de acordo com o World Refugee Survey 1993 (ACNUR, 1994). Adicionalmente, 1,5 milhões tinham procurado asilo nos países vizinhos.

Entre Outubro de 1992 e Dezembro de 1994, aproximadamente 4,3 milhões de moçambicanos reassentaram voluntariamente em diferentes partes do país, a maior parte deles nas suas zonas de origem. Foi uma das maiores operações em África.

O assunto dos soldados desmobilizados de guerra foi um dos principais pontos de debate no imediato pós-guerra por se recear que, se nada fosse feito rapidamente, havia um grande risco de retorno à violência. Cerca de 200.000 soldados (contando com os seus dependentes) regressaram, nessa altura, às suas casas. Embora o Acordo de Paz não previsse a criação de uma associação para os soldados desmobilizados, que defendesse os interesses dos seus membros, a estratégia para a paz passou pela aliança entre as associações dos soldados dos exércitos rivais que tinham, anteriormente, andado a degladiar-se

³¹ MCDOWELL, C. e De Haan, A., (2000), *Migration and Sustainable Livelihoods: A Critical Review of the Literature*, IDS working paper 65, in RAIMUNDO (2002).

(AMODEG e ADEMIMO). Conseguiram receber benefícios substanciais mas viram a sua inserção no mercado de trabalho dificultada pelo facto de serem associados a condutas de mau comportamento. Escorregaram, por assim dizer, de uma situação em que eram valorizados e vistos como indispensáveis, para a marginalização. As mulheres ficaram numa situação particularmente delicada (Jorge et al., s.d.).

A reintegração dos soldados nas suas comunidades é um aspecto complexo e meritório de atenção, que poderia até servir de base a toda uma nova investigação mas cujo interesse não cabe na exploração deste estudo.

3. Os padrões de deslocação durante a guerra e a ajuda refractada

Como observámos no terceiro capítulo, a guerra civil em Moçambique foi uma guerra de guerrilha, que se caracterizou pela procura de apoio das populações por parte de ambas as partes envolvidas, afectando, principalmente, as zonas rurais por serem zonas privilegiadas para o uso da estratégia militar.

A guerra, por durar cerca de 16 anos (1976 a 1992) e destruir as infra-estruturas económicas e sociais, obrigou a que grande parte da população se deslocasse para locais considerados mais seguros. Nas **zonas fronteiriças**, caracterizadas pelo fraco desenvolvimento, pela escassez de oportunidades de emprego e por uma frágil rede comercial (Neves,1998³²), a solução predominante foi a **fuga para os países vizinhos** como o Malawi, a Zâmbia, o Zimbabwe, a Swazilândia e a África do Sul. Nas **zonas rurais mais afastadas da fronteira**, aglomerados significativos da população em fuga abrigaram-se nas **idades e vilas**.

³² NEVES, J. M. (1998), *Economy, Society and Labour Migration in Central Mozambique, 1930-c. 1965: A Case study of Manica province*, Unpublished PhD. Dissertation. London, School of Oriental and African Studies, University of London, in RAIMUNDO (2002).

3.1 Rural-urbano: fluxos de um só sentido. Um problema já antigo.

Desde a independência que houve várias tentativas por parte do governo para estancar o êxodo para as cidades, com o fim de incentivar o desenvolvimento rural. A criação de aldeias comunais, descrita anteriormente, fez parte dessa estratégia de mitigação da migração interna.

Todavia, devido a vários factores como a guerra, a desigualdade de rendimentos, a redução do número de recrutamentos de trabalhadores para as minas da África do Sul, a instabilidade climática (as secas ou as cheias dos rios Incomati e Limpopo, por exemplo, no caso da região Sul) e a quebra de produção agrícola (e conseqüente surto de fome), estas iniciativas acabaram por falhar no alcance desse objectivo e as cidades foram ficando cada vez mais densamente povoadas e sem capacidade para lidar de forma apropriada com esse afluxo em massa de migrantes rurais (Araújo, 1988 e 1997³³).

Este aspecto assume crucial interesse nos países em desenvolvimento, onde o processo de urbanização se intensificou apenas nas últimas décadas do século XX, sendo que a maior parte destes países passou de uma configuração predominantemente rural para uma natureza essencialmente urbana no espaço de duas ou três décadas, sem um correspondente desenvolvimento industrial e económico, concomitantemente com uma incapacidade formal de resposta à pobreza, promovendo o alastramento dos reassentamentos informais e os problemas de saúde pública, sociais, económicos, habitacionais e ambientais a eles associados (Melo, 2008).

A informação estatística disponível para avaliar as movimentações populacionais e o desenho das várias trajectórias migratórias rural-urbano é muito limitada e o seu tratamento inconsistente. De acordo com os dados dos censos, a população urbana em Moçambique cresceu de 13,2% em 1980 para

³³ ARAÚJO, M. G. M. (1988), *O sistema das aldeias comunais em Moçambique: Transformações na organização do espaço residencial e produtivo*, Unpublished PhD. Dissertation, Lisboa, Universidade de Lisboa; Araújo, M. G. M. (1997) “Geografia dos povoamentos, assentamentos humanos rurais e urbanos”, Livraria Universitária, UEM/Maputo, in RAIMUNDO (2002).

27% em 1997 (Gabinete Central do Recenseamento, 1982; INE, 1999³⁴). Em 2003 essa percentagem atingia os 35,6% (PNUD, 2005).

Provavelmente havia, em 1991, pouco antes do Acordo de Paz, mais de um milhão de pessoas oriundas do meio rural a habitar em novos bairros de barracas em volta de cidades.

Num trabalho dedicado ao estudo da sustentabilidade de um bairro da área peri-urbana de Maputo, Melo (2008) fala-nos das questões abordadas pelo planeamento urbano que segue a corrente do desenvolvimento alternativo³⁵, que advoga uma estratégia *bottom-up*, alicerçada em processos de participação. Concluiu que o principal entrave ao sucesso da implementação deste bairro, foi a ausência de uma visão estratégica global e um objectivo definido, mesmo por parte de um aparelho estatal enfraquecido e sem uma linha de coerência clara entre princípios ideológicos e a sua aplicação prática (Forjaz, s.d.³⁶). Não foram seguidas as premissas de um desenvolvimento alternativo e sustentável, adoptando-se ao invés abordagens tipo *top-down*, pouco participativas ao nível das decisões e da execução e pouco orientadas para a capacitação social e política, circunstâncias estas que foram justificadas pela situação de emergência em que o bairro foi criado (Melo, 2008). Aqui, mais uma vez, se verifica às estratégias *top-down*, que parecem condenadas ao insucesso.

3.2 A Resposta humanitária

3.2.1 - Interna

A capacidade governamental moçambicana para prestar assistência aos deslocados internos e às populações afectadas e para lidar com a emergência,

³⁴ INE (1999) *II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997: Resultados Definitivos*, Maputo in RAIMUNDO (2002).

³⁵ Segundo Friedmann (1998) o desenvolvimento alternativo contrapõe-se ao sistema socioeconómico dominante neo-liberal, que progride de forma desigual e exclui uma parte significativa da população mundial, tendo por seu lado, como objectivo “a sua inclusão num sistema reestruturado que não a torna redundante”, através de processos de capacitação social e política das comunidades locais, mais centrados nas pessoas e no seu ambiente e menos na produção e no lucro, que permitam equilibrar a estrutura do poder in MELO (2008)

³⁶ FORJAZ, José. [s.d.]. *Gestão dos recursos naturais e política ambiental* [referência de 01 de Setembro de 2007]. Disponível na Internet em: <http://www.joseforjarquitectos.com> in MELO (2008).

de uma maneira geral, melhorou consideravelmente desde meados da década de 80, sob a coordenação da Comissão Executiva Nacional de Emergência (CENE) (CENE/DPCCN – Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais, 1988), que se tornou a principal agência operacional governamental responsável por coordenar o programa aos níveis nacional, provincial e distrital.

O governo identificou quatro categorias de pessoas com necessidades: “deslocados” (pessoas compelidas a abandonar as suas casas por razões que fogem ao seu controlo e que ainda não foram capazes de desenvolver nenhuma actividade produtiva que os sustente); “afectados” (pessoas a residir em áreas particularmente afectadas pela guerra ou por desastres naturais e que não têm capacidade para produzir ou comprar bens que colmatem as suas necessidades básicas); “recuperados” (pessoas em áreas recuperadas pela Frelimo ao controlo da Renamo); e “regressados” (refugiados que regressam ao país após o exílio no estrangeiro) (UNHCR, 1994).

3.2.2 -Externa

A assinatura do Acordo de Paz em 1992 desencadeou um convite imediato, da parte do governo de Moçambique, para que as Nações Unidas levassem a cabo uma operação de *peace-keeping*, que guiasse o país até às eleições democráticas. Este mandato (ONUMOZ) incluía quatro objectivos interligados: político, militar, eleitoral e humanitário (United Nations, s.d.) O prazo de um ano revelou-se, rapidamente, irrealista. Um mês depois do acordo foi nomeada uma *Supervisory and Monitoring Commission*, que estabeleceu a constituição de outras três comissões subsidiárias: *Cease-Fire Commission*, *Commission for Reintegration* e *Joint Commission for the Formation of the Mozambican Defence Force*. As Nações Unidas assumiram a liderança das três.

A principal preocupação era a de que as eleições não se realizassem enquanto não fossem alcançados os aspectos militares do acordo,

nomeadamente o controlo e entrega das armas de ambas as partes do conflito. E, de facto, este processo foi bastante protelado, devido a relutâncias de ambos os lados para proceder à verificação e também a exigências por parte da Renamo. Foi acordado, entre o presidente Chissano e Dhlakama, em Setembro de 1993, que todas as áreas anteriormente controladas pela Renamo seriam integradas na administração do Estado e que cada administração provincial teria conselheiros da Renamo.

O Núcleo de Apoio aos Refugiados e Movimentos de Libertação (NARML - Agência governamental responsável pelos refugiados e retornados), originalmente responsável pelos movimentos de libertação em Moçambique e por outros refugiados com asilo em Moçambique, continuou a sua ligação ao ACNUR, imiscuindo-se na questão do repatriamento dos refugiados moçambicanos fora do país. As Comissões Provinciais para a Emergência (CPEs) foram estabelecidas em meados dos anos 80 nas dez províncias e coordenavam, não apenas os corpos de emergência, mas também a sua interacção com alguns ministérios. Nas províncias mais afectadas pela guerra, as CPEs rapidamente passaram a tomar conta das actividades mais significativas nos distritos rurais e, também, controlavam a maioria dos recursos disponíveis (oriundos, sobretudo, da Ajuda Internacional).

Largamente devido à sua fraca capacidade institucional, o Estado moçambicano autorizou as agências internacionais a administrar de forma descentralizada a maioria das políticas, projectos e programas, com uma supervisão governamental mínima. O resultado foi, e em larga medida ainda o é, um mosaico de centenas de projectos baseados em diferentes filosofias e de diferentes qualidades (Rugumamu e Gbla, 2003).

Durante esta fase de emergência, as exigências dos vários doadores e da miríade de ONGs que frequentemente se contradiziam, tendiam, por vezes, a assemelhar-se mais a um desafio do que a um apoio (Hanlon, 1991³⁷) também

³⁷ HANLON, J. (1991) *Mozambique: Who calls the shots*, James Currey, London in WILSON e NUNES (1994)

porque as diferentes agências e doadores faziam alianças com diferentes instituições governamentais (Wilson e Nunes, 1994).

3.3 Assistência ao repatriamento dos refugiados

O repatriamento dos refugiados que se encontravam na África do Sul e no Malawi foi um grande desafio para o governo moçambicano. O repatriamento era encarado enquanto solução preferida devido a diversas pressões. Para os países doadores, era a opção mais barata. Além disso, libertava o governo anfitrião do peso de acolher refugiados e fornecia, ao governo do país de origem, a oportunidade de reduzir o criticismo internacional sobre o cumprimento dos direitos humanos (Koser, 1997).

O planeamento inicial do ACNUR para Moçambique previa: 1. A possibilidade de movimento da população “*para as suas áreas de origem ou áreas determinadas onde seriam alojados*”³⁸ (UNHCR-Geneva, 1989:9³⁹); 2. Os centros de recepção, que actuavam como “*pontos focais ou núcleos de recepção à integração [sic] e futuro desenvolvimento das populações retornadas*” (UNHCR-Geneva, 1989:3⁴⁰) e onde os refugiados só deveriam permanecer 24h, pois a permanência por longos períodos nos centros era vista como algo negativo pelas autoridades e doadores; 3. o ACNUR iria “*em colaboração com outras agências ... assistir à criação de condições para permitir aos retornados que iniciassem as suas actividades de auto-sustento*” (UNHCR_Geneva, 1989:2⁴¹). No entanto, neste último ponto, o papel do ACNUR estaria limitado ao fornecimento de sementes, ferramentas agrícolas e certos *items* domésticos a cada chefe de família antes da sua partida do centro (Wilson e Nunes, 1994).

³⁸ Embora a liberdade de movimentos não seja muito clara. Um Acordo assinado entre a ICRC/Red Crescent, a Renamo e o Governo a 1 de Dezembro de 1990, reafirmava explicitamente que os civis moçambicanos tinham liberdade de movimentos dentro do país e dos países vizinhos para as suas zonas de origem, quaisquer que fossem.

³⁹ UNHCR (1989) Emergency contingency plan for the Mozambican refugees, Geneva, Undated (late 1989) in Wilson e Nunes, 1994.

⁴⁰ UNHCR (1989) Op. Cit.

⁴¹ UNHCR (1989) Op. Cit.

Estas medidas eram encaradas com desconfiança e com a impressão generalizada de serem totalmente desajustadas à sociedade moçambicana. Para além do problema da liberdade de movimentos, a questão do transporte nunca foi adequadamente resolvida nos planos do ACNUR. Ademais, existia uma grande diversidade de opiniões sobre o processo de repatriamento dentro da comunidade de doadores e agências em Moçambique. Todos estes aspectos feriam a credibilidade do ACNUR e traziam a lume a sua inabilidade para se assumir enquanto força motriz do processo de apoio aos deslocados, a nível nacional. A sua actuação conheceu vários avanços e revezes ao longo do tempo, dependendo da credibilidade e confiança que ia sendo, ou não, associada à organização, com períodos de hostilidade patente por parte dos doadores e a consequente escassez na recolha de fundos.

É ao nível macro que a violência é normalmente estudada, sendo encarada enquanto expressão instrumental dos interesses daqueles que possuem os meios técnicos para a perpetrar. No sentido oposto, há autores que defendem que a organização social e demográfica das migrações forçadas em tempo de guerra resulta, essencialmente das acções dos actores locais, que tendem a apropriar-se dos meios de violência para servir as suas próprias agendas (Lubkemann, 2005) e os seus objectivos políticos nas lutas micro, culturalmente específicas, das comunidades e famílias. Segundo esta perspectiva, são as formas de luta social (negociação de direitos e obrigações) existentes anteriormente ao conflito, que irão moldar os significados e as possibilidades do uso de estratégias migratórias.

Esta perspectiva coloca a tónica na capacidade de acção dos refugiados, acreditando que o facto de existirem indivíduos que reassentam espontaneamente fora dos esquemas oficiais, ou então que insistem em não regressar apesar de acções coercivas para o fazerem, demonstra que estes são actores motivados pelos seus próprios interesses e não apenas produtos de forças exteriores a eles (Lubkemann, 2000).

Em Moçambique, a maioria dos refugiados preferiu o auto-repatriamento em detrimento dos programas oficiais (Koser, 1997),

conseguindo negociar silenciosamente a sua própria reinserção, preferindo o controlo sobre as suas próprias vidas e a preservação da sua autonomia, a uma proclamada “solução duradoura”.

3.4 Assistência aos deslocados internos

Quando o ACNUR estabeleceu um plano trianual em Abril de 1993, uma das suas premissas básicas era a de que seria impossível embarcar numa operação de repatriamento em larga escala sem ter simultaneamente em conta as necessidades de reassentamento dos deslocados internos.

Num documento do ACNUR (UNHCR,1994), é dada especial atenção à situação dos deslocados internos e reconhecida a sua situação vulnerável por não possuírem o estatuto de refugiados, que lhes permitiria ter acesso aos mecanismos de protecção internacionais.

Relatórios da OIM indicam que, entre Outubro de 92 e Fevereiro de 94, cerca de 75% da população de deslocados internos regressou e instalou-se na sua zona de origem ou noutra local, por iniciativa própria e sem recurso a programas específicos do governo ou das agências internacionais (UNHCR,1994).

3.5 A teia orgânica do apoio local em todo o território nacional

O programa do ACNUR focou-se em 30 distritos, nas províncias de Tete, Zambézia, Niassa, Cabo Delgado, Manica, Sofala, Gaza e Maputo, com o intuito de melhorar as estradas, as instalações de saúde, escolas, de fomentar a produção alimentar (através da distribuição de sementes e utensílios) e promover o acesso a água potável. Em 1994, 486 projectos de rápido-impacto foram implementados através de ONG's e do Governo. Mais de 30 ONG's prepararam programas com uma base territorial fixa para reintegrar os deslocados internos e os soldados desmobilizados⁴². As agências das Nações

⁴² A 13 de Janeiro de 1993 podia ler-se no Jornal “Diário de Moçambique”: “[de Abril a Outubro] a Cruz Vermelha de Moçambique atendeu um total de 1364 casos de moçambicanos que pedem ajuda

Unidas, os doadores bilaterais e as ONG's apoiaram muitas iniciativas para reabilitar as infra-estruturas sociais, enquanto fase primeira da reconstrução de longo-prazo.

O United Nations Office for Humanitarian Assistance Coordination (UNOHAC) coordenava mais de 20 agências diferentes envolvidas na distribuição de artigos como cobertores, roupas, sabão e utensílios de cozinha para 37 distritos diferentes, anteriormente sob o controlo da Renamo. Outro projecto, nas áreas quer do Governo, quer da Renamo, distribuía utensílios e materiais como folhas de zinco para os telhados, material de cozinha e tendas, assim como pequenos geradores e tanques de água. A UNICEF era a agência internacional líder no fornecimento de água para combater os efeitos das secas e apoiar o reassentamento.

Uma prioridade imediata foi a reactivação dos serviços de saúde nas áreas rurais para onde a população começava a regressar. Em Julho de 1994, pelo menos 37 agências e ONG's diferentes estavam a operar no sector da saúde nas antigas áreas da Renamo em 51 distritos. A UNICEF apoiou activamente o orçamento de Estado para a saúde em 1994, que cobriu a expansão da rede de cuidados médicos, para incluir as antigas áreas da Renamo.

As agências bilaterais e os doadores participaram também na desminagem de cerca de 2000 quilómetros de estrada, particularmente nas províncias do Centro e do Norte do país⁴³.

para a localização de seus familiares, algures no exterior. Das mensagens recebidas (...) a província de Sofala é a que mais se destaca ao registar 738 pedidos, seguida da Zambézia, com 641 e de Manica, com um total de 312 solicitações. As províncias de Manica e Sofala têm a responsabilidade de receber 130 mil refugiados moçambicanos que se encontram no vizinho Zimbabué (...) a província da Zambézia terá de acolher juntamente com Tete os 1,1 (milhões) de moçambicanos localizados no Malawi."

⁴³ No "Diário de Moçambique" de 7 de Janeiro de 1993 podia ler-se: "O processo de reassentamento de populações anteriormente deslocadas já se iniciou no distrito de Marracuene – cerca de 30km a norte de Maputo, em que as famílias preferem as zonas residenciais que haviam perdido por causa da Guerra. (...) A desminagem ainda não começou e as pessoas encontram dificuldades quando pretendem reactivar a agricultura de subsistência para reduzir a dependência em relação aos donativos e aos produtos da rede comercial. A fonte afirmou contudo que o Governo Distrital tem estado a orientar os regressados para zonas consideradas seguras e não minadas, para a prática da agricultura, nomeadamente junto ao Litoral. Enquanto isso agências internacionais de Ajuda ao Desenvolvimento, principalmente as de origem italiana, procedem em Marracuene à distribuição de sementes e instrumentos agrícolas, para acelerar o processo de reabilitação da agricultura."

4. Sufrágio desejado

As primeiras eleições democráticas no país tiveram lugar de 27 a 29 de Outubro de 1994 e foram conduzidas de forma pacífica e organizada, sem incidentes ou irregularidades de maior.

Joaquim Chissano, candidato da Frelimo, recebeu 53,3% dos votos nas **eleições presidenciais**, enquanto Afonso Dhlakama, candidato da Renamo, teve 33,73%. Um total de 5.402.940 pessoas, que representavam 87,9% do eleitorado, participaram nas eleições. Nas **eleições legislativas**, a Frelimo ganhou 44,3% dos votos, arcando com 129 assentos parlamentares, enquanto que a Renamo recebeu 37,78%, conquistando 112 lugares. A coligação tri-partidária UD (União Democrática, União Nacional Moçambicana e partido de Convenção Nacional) recebeu 5,15% dos votos, ficando com 9 lugares na Assembleia.

Na província de Gaza – a província onde foi realizado o nosso estudo de caso e, por isso, aqui destacada - do total de 16 assentos parlamentares, 15 ficaram nas mãos da Frelimo e 1 nas da União Democrática.

Quadro 3. Distribuição dos assentos parlamentares na Assembleia Nacional

Província	Total de assentos	FRELIMO	RENAMO	UD
Cidade de Maputo	18	17	1	0
Província de Maputo	13	12	1	0
Gaza	16	15	0	1
Inhambane	18	13	3	3
Sofala	21	3	18	0
Manica	13	4	9	0
Tete	15	5	9	1
Zambézia	49	18	29	2
Nampula	54	20	32	2
Niassa	11	7	4	0
Cabo Delgado	22	15	6	1
Total	250	129	112	9

Fonte: Comissão Eleições Nacionais

5. Crítica à compartimentação da ajuda e à negligência da capacitação

Em 1990-91 as preocupações do governo, relativas à ligação entre a emergência e o desenvolvimento nacional (CENE/DPCCN, 1988), encontraram eco nas agências das Nações Unidas e materializaram-se em diligências para tornar o repatriamento subordinado a programas mais vastos. A discussão encaminhou-se para a ligação dos programas dirigidos aos retornados, com o plano trienal de investimento público, uma vez que a agricultura, os transportes rurais e outras infra-estruturas assumiam um carácter absorvente no mesmo (Wilson e Nunes, 1994)⁴⁴. Estas inquietações vêm contradizer certas críticas que são endossadas à assistência internacional, segundo as quais a ajuda aos deslocados é apenas de curto-prazo e raramente incorporada nos planos de desenvolvimento mais gerais dos governos receptores.

No entanto, a demonstração de intenções por parte do Governo parece não ter sido suficiente para semear o contentamento. Muitas foram as vozes que surgiram em protesto contra o facto de o governo ter dividido, de uma forma geral, o planeamento do pós-guerra entre as fases de “reassentamento e reintegração” e de “reconstrução e desenvolvimento”, divisão essa que se revelou desastrosa e que dificultou o caminho para a reconstrução.

Se é certo que as agências de emergência e desenvolvimento reclamam que estão empenhadas na capacitação (*capacity building*) - como forma de tornar os indivíduos pró-activos e autónomos, capazes de garantir a sua subsistência aquando da retirada da ajuda - a realidade evidencia que a prática

⁴⁴ No “Diário de Moçambique”, no início de 1993 podia ler-se: “O plano de investimentos do governo prevê, para 1993 o aperfeiçoamento do Plano Trienal de Investimentos Públicos (PETIP) numa iniciativa visando assegurar, com prioridade, acções ligadas à reabilitação de infraestrutura e serviços que permitam a reactivação da economia rural destruída pela guerra. O referido plano trienal tem por objectivo aumentar o emprego e garantir a segurança alimentar, aliviar progressivamente a pobreza, que afecta actualmente cerca de 90% da população moçambicana e assegurar a reafixação das populações refugiadas nos países vizinhos (1,5 milhão) e deslocados no interior de Moçambique (cerca de seis milhões de pessoas). (...) [de acordo com este plano] dos Projectos inscritos no orçamento geral de Estado será dada preferência aos que garantam maior incidência de gastos em força de trabalho intensiva, bens e serviços de origem nacional, financiados com recursos doados. Merecerão particular atenção igualmente projectos relativos à assimilação de tecnologias por nacionais que assegurem em regra a continuidade do trabalho”.

fica muito aquém da retórica. A capacitação é uma actividade de trabalho intensivo que consome muito tempo e, por isso, especialmente problemática para as agências dedicadas à ajuda de emergência. Implica não só formar os residentes locais como também apoiar as instituições nacionais, que devem continuar a recrutá-los.

No seu esforço para atingir o máximo território possível e trazer benefícios a todas as áreas atingidas pela guerra e pelo regresso de refugiados, o ACNUR tentou maximizar a eficiência e devotou pouco tempo à capacitação e ao desenvolvimento dos recursos locais. Se os locais não tinham as competências exigidas, recorria-se a *staff* exterior. Se os materiais de construção eram de melhor qualidade e obtidos mais facilmente em fontes que não locais, eram comprados fora do país. Decisões sobre onde localizar os projectos eram tomadas rapidamente e envolviam uma participação local muito limitada. Muitas das escolas, clínicas e equipamentos de saneamento que o ACNUR deixou para trás estão deixados ao abandono. A maioria daqueles que sobrevivem, encontra-se em zonas onde continua o apoio externo.

O governo de Moçambique, aparentemente, encarou os projectos de manutenção da paz e reintegração como responsabilidade dos doadores e não como sua. A fadiga dos doadores começa a transpirar quando se percebe que a fase de emergência já terminou apesar de os resultados desejados continuarem desfasados da realidade. Sem o amparo dos doadores, os projectos de pequena escala que descum os objectivos de longo-prazo, tornam-se insustentáveis (Fagen, s.d.).

Capítulo V

O SECTOR AGRÍCOLA

Este capítulo começa com a menção ao reconhecimento tardio da importância dos pequenos proprietários rurais para a reconstrução no pós-guerra.

É então feita uma resenha da evolução das políticas agrícolas e seguidamente dá-se conta da luta travada no pós-guerra, entre os pequenos proprietários e os interesses privados comerciais, no acesso aos recursos, às infra-estruturas, aos mercados e transportes.

Seguidamente é afluído o confronto de interesses, durante o processo de elaboração da nova lei reguladora da propriedade e uso da terra (14/97), entre a agricultura familiar e os investidores privados e elite política.

1. O papel dos pequenos proprietários rurais no pós-guerra

Nem o sector agrícola de subsistência nem o sector orientado para as exportações foram positivamente afectados pelas políticas do programa de reajustamento e, portanto, a guerra tinha continuado a inibir a criação de mercados básicos, desde sempre escassos no país.

Eram as próprias infra-estruturas dos mercados que estavam em falta e que se tornaram na pedra de toque da recuperação da economia rural, até porque os direitos de propriedade não constituíam um grande entrave ao progresso rural moçambicano. Estes direitos eram considerados estáveis, independentemente das instituições oficiais, uma vez que as formas de propriedade colectiva tradicionais eram fortes.

Os indivíduos mais pobres, no final da década de 80, eram os agricultores deslocados em áreas rurais muito afectadas pela guerra e

inacessíveis, que sofriam ataques militares, desastres naturais e ausência de oportunidades agrícolas. Para além do isolamento geográfico, destaca-se o isolamento económico - baixo número de transacções de mercado ou outras, pelas quais as famílias comercializam *inputs*, *outputs* e bens de consumo- a que estas famílias estavam sujeitas (Désai and Chávarri 1996⁴⁵).

Contrariamente às zonas que estavam dependentes do mercado de bens ou de trabalho, ou mesmo do sector dos serviços, nas zonas onde existia um sector alimentar rural extensivo que não tivesse sido directamente destruído pela guerra, os agregados mais pobres conseguiam sobreviver através da subsistência. A agricultura de subsistência tornou-se, aliás, muitas das vezes uma alternativa forçada para produtores anteriormente afortunados (Bruck, 1998).

Há, por isso, quem evidencie em Moçambique a importância dos pequenos proprietários rurais na reconstrução do pós-guerra, particularmente na recuperação do sector privado e argumente que o estímulo à produção rural deveria estar no topo da agenda política (Bruck et. al., 2000), tese que nos interessa particularmente, tendo em conta o nosso objecto de estudo. Esta estratégia pode revelar-se bastante rápida se os pequenos proprietários tiverem capacidade para responder rapidamente ao acesso à terra e ao trabalho. Além disso, há uma grande probabilidade de possuir um efeito positivo na distribuição e, portanto, de reduzir a pobreza.

No entanto, não foi essa a prioridade do governo. A aposta na agricultura de pequenos proprietários, em detrimento da agricultura estatal, apenas ocorreu, como veremos, no final do conflito, o que se revelou demasiado tardio para se conseguir um esforço concentrado de apoio.

2. Evolução das políticas agrícolas

Na fase posterior à independência, o sector agrícola encontrava-se quase totalmente colapsado. Os bens de consumo e os *inputs* agrícolas não chegavam

⁴⁵ DÉSAI, J. and A. P. Chávarri (1996) "Economic Isolation and Poverty in Rural Mozambique", Maputo, in BRUCK et al. (2000).

às zonas rurais e havia pouca oferta de comida nas zonas urbanas. A Frelimo não teve escolha, senão adoptar aqui um papel de liderança.

Perseguindo uma estratégia socialista, e na ausência de um sector privado moçambicano, o Estado interveio na gestão de cooperativas e empresas, muitas delas instaladas nas grandes plantações abandonadas pelos portugueses. As propriedades estatais deveriam ser anexadas a aldeias comunais onde os serviços sociais – educação, saúde, cooperativas de consumo, etc. – estavam disponíveis para as populações rurais e através das quais o Estado poderia solidificar o seu poder, ao nomear os líderes das aldeias que eram, em última instância, sujeitos à hierarquia política com centro em Maputo. A intervenção da Frelimo era, como já havíamos constatado, económica e política (West e Myers, 1996).

Todavia, esta estratégia, que escamoteava a importância do sector familiar, não se revelou muito profícua. Por altura do IV Congresso da Frelimo em 1983, o sector das propriedades estatais estava numa situação tão desfavorecida que, o partido se apercebeu que teria que reformular a política para a agricultura. Declarou então, a sua intenção de virar a atenção do Estado para o sector familiar, ou seja, pequenos proprietários e agricultura cooperativa (West e Myers, 1996). Abandonaram-se os projectos de larga-escala, centralmente planificados e capital-intensivos, em favor de projectos mais descentralizados, de pequena escala e orientados para o mercado, tendo ficado decidida a reorganização do sector estatal e um maior apoio ao sector familiar e ao sector privado, em detrimento de formas colectivas de produção (Bowen, 1989).

Apesar da reorientação, os resultados práticos foram uma desilusão. A terra raramente foi concedida aos pequenos produtores, beneficiando as pessoas com um maior *know-how* político para as procurar, as quais têm sido incapazes (ou não têm tido interesse) de retirar da terra os seus reais benefícios (Hanlon, 2004).

3. A distribuição dos recursos fundiários

Apesar do aparente pacifismo no processo de distribuição das terras, atribuídas por direitos inquestionáveis, determinados por critérios culturais e históricos, a verdade é que foi amplamente documentado que no pós-guerra se verificaram vários problemas relacionados com a luta pelos recursos, em particular a posse da terra. Alguns autores criticaram o governo pela ineficácia na criação de uma legislação clara e transparente sobre a divisão dos recursos, acusando-o simultaneamente de olhar as autoridades tradicionais com desconfiança, considerando-as tribais e ineficientes e não lhes delegando autoridade suficiente para administrarem a adjudicação e a disputa das terras, nomeadamente nas aldeias comunais, onde os direitos de propriedade se tornaram demasiado confusos e fonte de tensões entre aqueles que reclamavam direitos históricos e aqueles que lá foram colocados pelo governo (Myers, 1994).

Myers documenta que muitos dos pequenos proprietários da província de Gaza, vinte meses após o final da guerra, não tinham direitos seguros de posse de terra e eram, por isso, obrigados a um contínuo e caótico movimento, tentando otimizar as suas oportunidades, competindo com interesses privados comerciais (que adquiriram concessões de terras) no acesso às infra-estruturas, aos mercados e aos transportes. O governo, julgando possuir a capacidade de distribuir as terras da melhor forma, ameaçava confiscar as parcelas não cultivadas e concedê-las às grandes empresas, com a justificação de que estas praticavam uma exploração mais eficiente das mesmas, processo que se desconfiava estar envolto em corrupção, motivo de grande frustração para os retornados de guerra (Myers, 1994).

A questão da distribuição das terras reveste-se de acutilante interesse no nosso estudo, uma vez que vamos analisar, mais pormenorizadamente, o caso de uma propriedade agrícola privada que também teve que jogar este jogo de interesses e dentro da qual os trabalhadores puderam adquirir alguma terra para cultivar as suas “machambas”.

Em Manjakaze os direitos de posse de terra são transmitidos geracionalmente. Os grandes lagos naturais situados nas terras baixas são a principal fonte de água do distrito. De resto, a agricultura está dependente da chuva. A falta de sistemas de rega é aliás um dos maiores problemas em Moçambique. A propriedade em estudo nesta dissertação constitui a primeira experiência de irrigação naquela zona⁴⁶.

3.1 Direitos de propriedade e nova legislação – a questão da privatização

O papel da terra, enquanto principal factor de riqueza, está profundamente alicerçado na história das sociedades africanas. Como salientou Moussa⁴⁷, escasseando outras alternativas para a subsistência e a produção de riqueza, o solo adquire uma importância económica da maior grandeza. Num distrito rural, onde escasseiam as infra-estruturas favoráveis ao investimento na indústria e sem riquezas minerais, a terra torna-se um recurso fundamental (Ribeiro, 2004).

Com o final da guerra e do projecto socialista, o discurso neoliberal, depois de liquidar o sector empresarial do Estado, começa a privilegiar a acumulação privada de capital e propriedade. E num cenário destes, parece que apenas fica a faltar a privatização da terra. Mas por enquanto a terra é propriedade do Estado, sendo por este cedida em exploração (Ribeiro, 2004).

Já na altura da elaboração da Constituição de 1990 havia quem reclamasse que a terra fosse privatizada. Mas, sob a pressão dos interesses dos agricultores assim como das cooperativas peri-urbanas, essas propostas foram rejeitadas e a Constituição manteve a formulação de que “*a terra pertence ao Estado e não pode ser vendida ou hipotecada*” (Hanlon, 2004).

Tendo em vista a aprovação de uma nova lei reguladora da propriedade e uso da terra, iniciou-se em meados dos anos 90 um debate intenso, envolto

⁴⁶ Entrevista com o empreendedor

⁴⁷ MOUSSA, Pierre (1966), *As nações proletárias*. Lisboa, Livraria Morais, in RIBEIRO (2004)

num grande processo participativo, que envolveu partidos políticos, associações camponesas e ONG.

Ficou claro desde o início que existiam dois tipos de interesses concorrentes: por um lado os dos camponeses e agricultura familiar e por outro os investidores privados e a elite política e capitalista. Estes últimos encaram os recursos fundiários como possibilidade de negócio, enquanto que os primeiros se dedicam sobretudo à produção para auto-consumo. Entre ambos se compete pelo direito à água, à madeira, às árvores e outros recursos ligados à terra e essenciais à reprodução social das comunidades rurais (v. Pitcher 2001⁴⁸).

Ribeiro (2004) considera que, em termos jurídicos, a lei 19/97 é um documento principalmente marcado pela prudência, ao alimentar simultaneamente os dois interesses em confronto. Ao mesmo tempo que zela pelos direitos dos camponeses que exploram a terra, atribui amplas garantias e possibilidades àqueles que queiram proceder à sua exploração comercial.

No debate anterior à lei de 1997, a hipótese da privatização foi sugerida pelo Banco Mundial e os Estados Unidos, assim como pelas elites moçambicanas, desejosas de obter concessões que aspiravam vender. As organizações de agricultores, preocupadas com a falta de terra, opuseram-se a esta ideia e ganharam a discussão.

Como princípio geral (art.º 3º), a terra é propriedade do Estado, não podendo ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada e penhorada. O direito de uso e aproveitamento da terra (art.º 12º) é adquirido por: (i) ocupação por pessoas singulares e pelas comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras. Neste caso os indivíduos têm o direito à terra que ocupam tradicionalmente e o direito de ocupação é permanente. (ii) ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos; (iii) indivíduos e empresas moçambicanas ou estrangeiras podem ser autorizados pelo governo a usar terra durante 50 anos,

⁴⁸ PITCHER, Anne (com Scott Kloeck-Jenson) (2001), “Homens, mulheres, memória e direitos aos recursos naturais na província da Zambézia” in Rachel Waterhouse e Carin Vijfhuizen (sob direcção de), *Estratégias das mulheres, proveito dos homens: género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique*. Maputo, Núcleo de Estudos da Terra e Faculdade de Agronomia e engenharia Florestal – UEM, 147-179, in Ribeiro, 2004.

podendo ser renovada a licença uma vez, por mais 50 anos. Neste caso trata-se de um aluguer (Ribeiro, 2004 e Hanlon, 2004).

Em termos sociais, a nova lei, contrariando a posição da Renamo, defensora da privatização da terra, dá primazia aos interesses dos camponeses, ao estabelecer que o processo de titulação do direito de uso e aproveitamento da terra inclui o parecer das autoridades locais, precedido de consulta às respectivas comunidades, para efeitos de confirmação de que a área está livre e não tem ocupantes (Ribeiro, 2004).

É, no entanto, preocupante perceber que os agricultores, desprovidos de competências próprias, vêm o seu poder de negociação drasticamente reduzido. As comunidades que estão a ser consultadas (nos processos de privatização de terras) muitas vezes não têm conhecimento de que estão a abrir mão da terra de forma permanente e também não entendem o valor daquilo de que estão a abdicar (Hanlon, 2004).

A lei tem estado, desde a sua aprovação, sujeita à crítica intensa das elites e das próprias instituições do Consenso de Washington. Em 2001, o Banco Mundial e os Estados Unidos sugeriram que a terra deveria ser usada como colateral, visando o uso da terra apenas pelos agricultores mais produtivos. As elites e o poder político entendem que a captação de IDE direccionado para a agricultura intensiva para exportação, apenas será possível se a propriedade privada da terra for restabelecida (Ribeiro, 2004).

Vários analistas sugerem que a redução da pobreza rural passaria pelo aumento dos rendimentos das famílias, através da troca de uma agricultura de subsistência por uma agricultura mais comercial (MADER, 1998).⁴⁹

O PARPA II, para a área do desenvolvimento rural (partindo da premissa de que a maioria dos pobres em Moçambique vive nas zonas rurais) prevê, entre outros objectivos, que se promovam políticas que contrariem o êxodo rural resultante da falta de oportunidades locais e também o “*apoio directo, explícito e massivo à pequena e média empresa capaz de transformar o campo*” (PARPA II 2006-2009: p. 70).

⁴⁹ MADER (1998) *Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário* (PROAGRI) in ARTUR (2005).

Síntese da Parte II

Nesta parte II do trabalho percebemos que as medidas impostas pelo BM e o FMI têm falhado na agilização do processo de reconstrução e também da distribuição dos ganhos advindos da liberalização, o que se reflecte numa fraca melhoria dos indicadores sociais desde o pós-guerra.

Sobre a guerra civil, soubemos que existiram duas perspectivas opostas sobre as motivações do conflito, que acabam por se aliar e complementar. A Renamo terá servido de catalisador do ressentimento e hostilidade contra a Frelimo sentida, por motivos diversos, por parte de vários sectores da população. Os habitantes do Sul do país (onde tem lugar o nosso estudo de caso) são na sua maioria fieis à Frelimo, vista como etnicamente familiar.

Durante a guerra, os deslocamentos populacionais massivos originaram uma das maiores populações mundiais de deslocados internos no ano do Acordo de Paz, para os quais foi montada uma das maiores operações da NU em África. No entanto, o apoio concedido limitou-se demasiado à oferta de comida e utensílios ou outros itens e a componente da capacitação foi negligenciada. Vários milhões de moçambicanos reasentaram voluntariamente nas suas zonas de origem. As zonas rurais foram as mais afectadas, tendo os habitantes se refugiado nas cidades ou vilas. O Governo moçambicano teve muita dificuldade em prestar assistência a toda essa gente – fê-lo através do DPCCN – e incorreu num grave erro ao distinguir entre a fase de “reassentamento e reintegração” e a fase de “reconstrução e desenvolvimento”. Em Chibonzane queixaram-se da ausência de apoio por parte do governo, Organizações Internacionais e ONG’s . Apenas em alguns locais foi referida a presença da Cruz Vermelha e a distribuição de comida e instrumentos agrícolas.

Foi-nos também permitido compreender que o reconhecimento de que o estímulo aos pequenos proprietários rurais poderia ser uma estratégia eficiente

no combate à pobreza e na reconstrução do pós-guerra, foi efectivado muito tardiamente. E constatámos que a nova legislação reguladora da propriedade e uso da terra acabou por simbolizar um patamar de compromisso entre os agricultores familiares e os investidores privados. Na prossecução da salvaguarda dos interesses dos camponeses o governo estipulou que a terra continua a ser propriedade alienável do Estado, podendo ser ocupada segundo as normas e práticas costumeiras e mediante a consulta às respectivas comunidades. Falámos nesses direitos de propriedade, visto que foram fonte de alguma tensão, apesar de determinados por critérios históricos e culturais fortes, transmitidos geracionalmente.

PARTE III - ESTUDO DE CASO

Camarada gosta Frelimo?

Gosta.

Porquê?

Causo que foi ele que mandou agente num pagar imposto.

Viva Frelimo que une e organiza povo de Rovuma até Maputo!

Vivaaaa!

Camarada Nhamandino pode sentar. Num temos milando consigo

Revolução resolve milando de gente?

(...) Resolve na maneira própria (...) Fazconta é tipo rio que está no enchimento, que deixa lixo nas suas margens que depois é levado com sua arrastagem.

Num vamos confusionar. Nós começamos com guerra para libertar nossa terra e desamarrar nosso povo que é vocês. Agora guerra acabou. Ficou trabalho. Viva trabalho que liberta

homem!

Vivvvaaa!

Abacha preguiça!

Abachaaaa!

Abacha dromir!

Abachaaa!

Para independência chegar bem é preciso trabalho camaradas.

Bahassan Adamodjy

Milandos de um Sonho

Capítulo VI

APRESENTAÇÃO DO OBJECTO E METODOLOGIA DE ESTUDO

Neste capítulo será feita a apresentação do empreendimento, perscrutando os motivos que levaram ao seu surgimento, as preocupações que lhe estiveram subjacentes e o *modus operandi* do mesmo, nomeadamente o primeiro contacto com as estruturas locais. Conheceremos os primeiros passos que foram dados na sua implementação, as dificuldades e desafios encontrados.

Iremos também traçar o caminho metodológico que foi percorrido e fundamentar as opções tomadas, adiantando também as limitações encontradas. Apresentaremos a estrutura do nosso modelo de análise, explicaremos porque

decidimos adoptar uma abordagem micro, com incidência num estudo de caso particular e caracterizaremos a nossa amostra.

1. O nascimento do empreendimento

Nas palavras do empreendedor do projecto⁵⁰ que nos propomos estudar, houve “dois factores de natureza não económica, puramente familiares” na origem a ideia da construção de uma propriedade naquela localização. “O primeiro factor é que aquele lugar era uma referência familiar. Era um lugar onde tenho os meus pais enterrados, aquilo foi do meu avô, etc. [e de vez em quando ia visitar as suas campas, pois esse ritual é uma componente muito importante em termos culturais] Mas eu não cresci lá. Eu próprio não tenho raízes ali. Pela profissão dos meus pais, eu nasci já fora, os meus pais eram funcionários públicos, saíram de lá e fui crescendo nos vários lugares para onde eles foram sendo transferidos. Mas os meus pais mantiveram sempre esta ligação e foram-me incentivando e foram dizendo ‘Nós temos uma terra’ (...) e tradicionalmente era um lugar sem disputa, portanto, aquele terreno todo, as populações locais sabiam que pertencia à minha família. O outro factor é que, com a guerra, uma grande parte da minha família, que não tinha posses, não tinha alternativas de vida, foi obrigada a migrar para Maputo (...) Interessava-me criar uma alternativa para lhes arranjar um lugar para trabalhar. E um lugar onde eles tivessem raízes, onde eles pudessem assentar e arranjar a sua vida”.

Além disso refere ainda mais dois factores, de carácter mais político, que se prenderam com a antevisão do final da guerra e com as prioridades estipuladas pelo governo. “O lugar onde eu trabalhava e a posição hierárquica que eu tinha permitia-me ter algum acesso à informação. E a própria análise da sequência dos eventos, fazia com que eu visse que efectivamente o país estava a caminhar para a paz (...) Um quarto factor (...) o próprio governo, começa a incentivar as pessoas a regressarem às suas origens”.

⁵⁰ Um moçambicano que tinha já desempenhado altos cargos na administração pública.

Posto isto, percebemos que não existia no início uma motivação económica para a concretização deste empreendimento. A semente germinadora da ideia era mais marcada por preocupações sociais do que pela vontade de retirar dividendos ou lucros do projecto.

2 - Os primeiros passos

A primeira visita ao local foi bastante atribulada: *“Um pouco antes do fim da guerra, lá para 1991, ainda não havia Acordos de Paz, ainda era perigoso viajar, mas eu fui. Enfim, fui porque podia ir também. Tomei os cuidados necessários. Eu não tinha mapa de minas, não tinha informação nenhuma da zona, mas um amigo meu que é um comandante do exército, emprestou-me o carro dele pessoal, que estava adaptado para aqueles terrenos. Tinha a prerrogativa de usar armas e podia ir. E fui com as armas. ‘Já agora vou conhecer o sítio’. Eu já tinha lá estado quando era muito criança. Naturalmente toda a configuração do terreno estava alterada e eu perdi-me. Não conseguia chegar lá, porque tudo era floresta, não havia estradas, não havia nada. Não havia população. Aquilo estava muito fechado mesmo. Só para dar uma ideia, o meu carro, que era um 4x4 adaptado e relativamente grande, se estivéssemos a cinco metros, já não víamos o carro. E eu recordo-me que disse ao meu primo mais velho ‘Vamos reconstruir isto tudo’ e o meu primo olhou para mim com uma cara muito espantada e pensou ‘Este é louco!’. E foi assim que tudo começou.”*

Seguiu-se uma segunda visita, já acompanhado da mulher, quando a guerra terminou efectivamente. Os habitantes locais, temerosos, escondiam-se à sua passagem e chegavam mesmo a fugir, até que um deles reconhece um dos seus primos e então, lentamente, várias pessoas começam a emergir do meio do mato. Eram por volta de dez pessoas. *“O aspecto era desolador. Era gente assustada. Era gente que tu vias o medo na cara. Nos olhos. O espanto. Alguns já não me viam há muitos anos. E depois apareceu um carro numa zona daquelas! Criou assim um ambiente.. um misto de espanto, de medo, de*

ansiedade. É preciso ressaltar que em 92 havia uma fome muito grande, por causa de uma seca. Nós trazíamos alguma coisa para comer. Então eles criaram confiança conosco e eu disse ‘Vamos voltar. Mas quero gente para trabalhar’”.

Começaram a fazer visitas mais regulares e a ficar lá a dormir, mas em condições muito precárias, em tendas. Ele e a mulher chegaram nessa altura a apanhar uma média de oito malárias por ano. Tornou-se assim fundamental a construção de uma infra-estrutura, uma casa. *“Então aí foram as maratonas. Foi toda a aventura. Fizemos de tudo. Carregámos o material de construção até onde o camião podia andar, descarregávamos nesse lugar. Depois a população começou a apoiar-nos, com juntas de bois, com pessoas que iam carregando”.*

3. O contacto com as estruturas locais

Nas aldeias mais próximas da propriedade, como Magaiza e Nhengueni, as pessoas com quem contactámos dizem ter tido conhecimento do projecto em reuniões onde veio alguém [que não sabem identificar] explicar a existência do empreendimento e a possibilidade que tinham de ir lá trabalhar. Em Vamangue, por exemplo, que é uma zona mais afastada, as pessoas dizem que a notícia lhes chegou de boca em boca, através de pessoas que tinham estado/conheciam alguém a trabalhar lá. Nessa localidade uma das entrevistadas, com 49 anos, confessou ser a primeira vez que estava a ouvir falar no projecto. Mas todos garantiram ter conhecimento que aquele terreno pertencia aos avós do empreendedor. No Anexo 1 apresenta-se a dispersão geográfica das várias aldeias visitadas.

O empreendedor comenta desta forma a aproximação ao poder local e a busca de mão-de-obra: *“As estruturas locais começaram a aperceber-se que aquilo era um local de concentração de pessoas. Entretanto nós tivemos que registar o terreno, por uma questão de formalização, fomos à capital provincial, metemos o processo para registar o terreno, o qual carece de consulta às comunidades. Então da província foi para o distrito e o chefe de*

distrito mandou para o chefe de posto. E então ele vem e vê a população toda ali e diz: 'Eu não sabia que havia tanta gente aqui!' (...) Eu sou membro do partido Frelimo e também usava um pouco isso para encontros da população. Sou uma figura pública conhecida. Mas as pessoas tinham dificuldade em associar. "Mas será o dr. Bule que vem fazer agricultura?". Porque os doutores não fazem agricultura. Os doutores ficam nos gabinetes. O próprio administrador também não tinha muita coragem de se aproximar. E a melhor forma de quebrar a barreira foi apoiá-los nessas reuniões que faziam. E nessas reuniões eu passava, não uma mensagem política, mas fundamentalmente uma mensagem de trabalho".

É importante referir que, apesar de esta – a realização de reuniões com a população – ter sido a estratégia mais evocada pelos inquiridos, no que diz respeito à divulgação do projecto, podemos adiantar que, numa fase inicial, os empreendedores não sentiram necessidade de recorrer a grandes estratégias de propaganda uma vez que, como já vimos em algumas declarações do empreendedor e como voltaremos a ver mais adiante, as pessoas começaram a acorrer ao local em massa e de forma espontânea, assim que lhes chegava aos ouvidos a novidade da existência de comida, dada a fome que grassava nessa altura.

4. Modelo de Análise

Como eixo fundamental do modelo (que pode ser visto no Anexo 2) surge a comparação entre o empreendimento que constitui o nosso objecto de pesquisa (e que pode ser encarado enquanto *pull-factor* de reassentamento de populações deslocadas de guerra) e os esquemas formais de reassentamento, programados pelas organizações internacionais, que apresentámos na primeira parte deste trabalho.

Essa comparação é feita através da ponderação de três elementos de diferenciação, adoptados por ambas as iniciativas, mas de forma distinta: o conceito de desenvolvimento, a estratégia e o financiamento. A cada um destes elementos estão associados conceitos: responsabilidade social, sustentabilidade

e viabilidade, respectivamente. Cada um desses conceitos constitui a fonte de onde provêm as dimensões de análise e os indicadores utilizados.

Será a articulação entre os vários conceitos que nos permitirá perceber o papel do empreendimento agrícola de Chibonzane, enquanto factor de atracção e também enquanto factor de estabilização dos modos de vida das populações regressadas àquela zona, no período posterior ao Acordo de Paz.

5. O porquê das abordagens micro

Entendemos que é importante fazer esta ligação entre as estruturas mais globais da edificação social e uma base de pesquisa local, onde as experiências são vividas ao nível pessoal e podem ser relatadas na primeira pessoa.

São estas abordagens de pequena escala que permitem ouvir as vozes dos protagonistas e perceber a complexidade das migrações forçadas, através de uma perspectiva multi-dimensional do fenómeno, configurando o problema em termos localmente mais inteligíveis. (Rodgers, 2004).

No fundo *“para entender a forma criativa como os deslocados encontram meios, individuais ou colectivos, de sobreviver fisicamente, economicamente, socialmente e psicologicamente”* (Hammar e Rodgers, 2008).

Esta postura remete-nos para o princípio da escola de Frankfurt, de que *“a análise de todos os fenómenos sociais específicos requer a interpretação do seu embeddedness na totalidade societal”* (Castles, 2003,p.22). Por um lado consideramos as relações sociais, ideias, instituições e estruturas que compõem as migrações forçadas a nível global, regional, nacional e local; e por outro lado somos estimulados pela curiosidade de conhecer também os processos de redefinição identitária e de reconstrução das comunidades após uma fuga forçada (Castles, 2003).

Queremos conhecer as histórias pessoais porque, tal como defendem Hammar e Rodgers (2008), torna-se imperativo descer à observação empírica, de forma a examinar o comportamento e os múltiplos e sobrepostos posicionamentos dos actores associados a deslocamentos específicos. Importa

identificar o conjunto de possibilidades e impossibilidades com que os deslocados se confrontam, e as estratégias postas em campo para ultrapassar as restrições, que muitas vezes se caracterizam por movimentos múltiplos e até contraditórios, sempre imbuídos de negociação. Não esquecendo que esta “descida” à empiria deve ter em conta aquilo que os autores denominam de “economias políticas do deslocamento”, novos tipos de relações político-económicas emergentes dos processos de deslocamento, que incluem as interligações dinâmicas e transversais entre um vasto número de actores e instituições políticas, económicas, sociais e culturais (Hammar e Rodgers, 2008).

6. Opções e limitações metodológicas

Devido a constrangimentos de vária ordem (que se prendem com a localização geográfica do objecto de estudo, os custos envolvidos na deslocação e o tempo limitado à conciliação possível com as responsabilidades profissionais), a minha estadia em Moçambique teve a duração de apenas um mês – do início de Abril ao início de Maio de 2008 – e a estadia em Chibonzane limitou-se a uma semana (pois muito do tempo passado no país foi também aproveitado para a pesquisa documental na cidade de Maputo).

Estas limitações determinaram a pesquisa em termos das pessoas contactadas, do agendamento dos encontros para o levantamento dos depoimentos da população e da reestruturação das técnicas de investigação. Todos estes passos tiveram que ser dados num ritmo muito acelerado, não existindo um período de reflexão, necessário nestas ocasiões, para a constante actualização dos instrumentos de pesquisa (neste caso o guião dos *focus group*), por forma a incluir os elementos resultantes do “embate” com a realidade.

O curto espaço de tempo programado para a exploração empírica apenas se revelou exequível por obra de vários factores que facilitaram a minha “intromissão” no terreno: 1) não tive, como seria expectável numa situação de visita, que pedir autorização aos líderes comunitários para me imiscuir na zona

e entabular conversações com a população; foram aliás os próprios líderes que marcaram as várias reuniões com os habitantes. Isso aconteceu devido à boa relação entre o empreendedor da propriedade agrícola e o chefe de Posto de Chibonzane, os quais alimentam uma relação cordial, também baseada nos interesses que ambos detêm naquela zona. Portanto, os chefes das várias aldeias tinham sido avisados de antemão sobre a minha chegada e já tudo estava organizado em termos da calendarização dos momentos de trabalho. 2) o transporte da propriedade, assim como o motorista foram colocados à minha disposição. Esse privilégio possibilitou-me a deslocação diária para as várias aldeias, mesmo desconhecendo o percurso. 3) Foram indicadas duas pessoas para me acompanhar na aplicação dos questionários, no sentido de me apoiarem com a tradução simultânea dos mesmos, de português para a língua local *shangaan*. De outra forma não teria sido possível um frutuoso entendimento com os meus interlocutores.

A minha proximidade com as estruturas locais e com um dos investidores privados mais importantes da zona podem ter acarretado algum peso intimidatório e algum enviesamento dos dados obtidos. No entanto essa influência não se fez sentir no momento das respostas ao questionário. Este foi construído com indicadores muito simples e pessoais (também devido às barreiras linguísticas), que pouco ou nada poderiam ser afectados pela vontade de querer agradar às autoridades ou ao empreendedor, para o qual, a maior parte deles nem chegou a trabalhar. Foram criadas as condições para as pessoas se poderem expressar de forma franca e livre, longe do olhar dos líderes e sem a intervenção de qualquer elemento de perturbação do seu discurso. Falaram-me das suas experiências de guerra e dos seus percursos de deslocação, revelando depois aquilo que conheciam sobre o projecto agrícola em estudo.

Apesar das características peculiares da minha aproximação ao terreno e dos eventuais elementos potenciadores de algum enviesamento dos dados recolhidos, esta foi a estratégia possível e aquela que me permitiu falar com tanta gente, num tão curto espaço de tempo. Esta velocidade meteórica não teria sido concretizável se eu tivesse aparecido solitária em busca de apoio para

o meu trabalho académico, sem nenhum enquadramento a suportar o meu intuito.

Beneficiei do facto de não terem existido recusas, pois havia como que uma “obrigação social” para que participassem, uma coerção subtil, visto que eram convocados pelo Chefe de Posto, cujo chamamento todos deviam respeitar. Não podia haver a desculpa de não comparência devido aos afazeres na machamba. No entanto em vários dias as pessoas chegaram atrasadas, por se orientarem pela posição do sol e por quererem ir espreitar as suas culturas logo pela manhã.

Tive um primeiro encontro de cortesia com o Chefe de Posto de Chibonzane e o Primeiro Secretário da Frelimo, representante do partido na zona. Combinámos um encontro com as estruturas das localidades mais próximas do empreendimento, para me conhecerem e saberem qual o propósito da minha visita e para serem envolvidos no processo. Nas palavras do Chefe de Posto, na ausência desta apresentação formal, as pessoas podiam começar a pensar “*Quem é esta branca? Vem dar comida? Vem construir uma escola? Afinal o que vem fazer?*”.

Como já foi referido, a agenda foi muito preenchida e extenuante, sendo visitada uma aldeia em cada dia: Magaiza, Nhengueni, Vamangue, Xikwatzu e Mubango, (a sua localização pode ser vista no Anexo 1) onde foram realizados vários *focus groups*. Foi também realizado um *focus group* no seguimento da realização do Conselho Consultivo⁵¹, reunido em Assembleia Extraordinária para efeitos de recepção à visita, para além da ordem de trabalhos habitual. Para além disso, realizaram-se entrevistas a quatro trabalhadores actuais da propriedade e também uma entrevista mais aprofundada, semi-directiva, ao próprio empreendedor.

A restante pesquisa documental foi realizada em Maputo, junto de vários serviços públicos onde foi possível encontrar dados sobre as temáticas abordadas e particularmente sobre os deslocamentos populacionais que

⁵¹ Conselho constituído pelos vários chefes das aldeias da zona e representantes de várias organizações, que reúne regularmente para a discussão de vários assuntos ligados à vida social e económica da comunidade.

aconteceram no pós-guerra (ministérios, bibliotecas, universidades, ONG's). Novamente a limitação temporal se revelou um entrave à recolha intensiva de documentação. Muitos destes serviços implicaram várias visitas às instalações, para o reconhecimento da bibliografia existente, escolha do material mais relevante e sua posterior cópia para poder transportá-lo para Portugal. A maioria dos dados sobre o período que me interessava não estão organizados nem informatizados e muitas vezes nem sequer existem. Por motivos de agenda dos meus interlocutores na Cruz Vermelha não me foi possível obter os relatórios desta organização, que tanto contribuiu para os movimentos de reassentamento das populações no pós-guerra. Estas contingências burocráticas e a incapacidade de recolha de alguns dados específicos, impediram-me de obter informação que poderia enriquecer a análise.

A distância abismal entre o local da recolha empírica e o da elaboração da dissertação, e a impossibilidade de novo contacto com o terreno para esclarecer dúvidas ou questões emergentes da análise posterior dos dados, foram também obstáculos presentes na formulação deste trabalho.

6.1 Caracterização da amostra e descrição dos momentos de entrevista

O número de entrevistas realizado em cada local divide-se da seguinte forma:

Quadro 4. Distribuição dos inquiridos por local e sexo

Local da entrevista	Homens	Mulheres	Total
Magaiza	9	9	18
Nhengueni	9	9	18
Vamangue	6	7	13
Xikwatzu	6	6	12
Mubango	6	7	13
Conselho Consultivo	3	3	6
Trabalhadores da propriedade	1	3	4
Total	40	44	84

No que diz respeito à variável “idade”, os inquiridos distribuem-se da seguinte forma:

Quadro 5. Distribuição dos inquiridos por idade⁵²

Idade dos Inquiridos	Frequência absoluta	%
30 a 50 anos	32	38,1
De 51 até 70 anos	25	29,8
Mais de 70 anos	15	17,9
Não sabe	12	14,3
Total	84	100

Quadro 6. Distribuição dos inquiridos por local e idade

Local da entrevista	Idade dos inquiridos							
	30 a 50 anos		De 51 até 70 anos		Mais de 70 anos		Não sabe	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Magaiza	2	0	2	2	5	3	0	4
Nhengueni	4	5	4	2	1	2	0	0
Vamangue	3	5	2	0	1	0	0	2
Xikwatzu	2	1	3	2	0	1	1	2
Mubango	1	4	4	0	1	0	0	3
Conselho consultivo	0	2	3	0	0	1	0	0
Trabalhadores da Propriedade	1	2	0	1	0	0	0	0
Total	13	19	18	7	8	7	1	11
Total	32		25		15		12	

⁵² Os grupos eram restritos, propositadamente, a pessoas com mais de trinta anos, para poderem ter uma recordação da vivência migratória do período da Guerra e do posterior regresso e para poderem avaliar a evolução das condições de vida da família.

Em cada aldeia eu era apresentada segundo as tradições locais de recepção às visitas (cantos, danças e oferendas) e explicava os objectivos da minha estadia. Eram infelizmente encontros demasiado efémeros para se poderem estabelecer relações de confiança. Não deixei de ser a branca doutora que vinha da Europa, curiosa pelas suas experiências, pois não fiquei o tempo suficiente para tornar a aproximação mais natural.

Esse ritual de apresentação desenrolava-se da seguinte forma: primeiro o Chefe de Posto explicava quem eu era, de onde vinha, referia o nome do meu mestrado e o objecto da minha investigação – a propriedade agrícola em causa. Depois eu era chamada a fazer uma pequena apresentação de mim própria. Não voltando a referir a propriedade, costumava apenas agradecer às pessoas a sua presença e dizer que teria muito gosto em falar com elas e aprender com elas as experiências que tiveram antes, durante e após a guerra. Seguidamente dirigíamo-nos para as imediações da reunião, num local onde houvesse uma mesa e várias cadeiras, onde pudéssemos ter uma conversa calma, longe da agitação do grupo alargado.

O sr. António e a Tia Tina foram tradutores incansáveis, que faziam repetidamente as mesmas perguntas, com o mesmo entusiasmo da primeira vez. Para não se perder informação que pudesse ser mal interpretada por preciosismos idiomáticos, as perguntas eram muito simples e directas.

O processo de selecção dos entrevistados, devido aos constrangimentos circunstanciais já enunciados, escaparam ao meu controlo. Os líderes sabiam que eu queria falar com grupos onde existisse paridade de género e consequentemente organizavam as pessoas segundo essa regra. Os grupos apareciam prontos à minha frente e eram normalmente formados por seis pessoas, três homens e três mulheres. Não assisti a nenhum caso em que os homens não tenham permitido que as mulheres fossem entrevistadas, tendo mesmo surgido grupos onde constavam a mulher e o homem do mesmo casal.

As pessoas tinham sido convocadas propositadamente para o evento e estavam na expectativa e ansiedade de contar as suas histórias. Não podiam ser

dispensadas, com a justificação da delimitação dos objectivos da pesquisa ou a fadiga da investigadora. Por isso, na parte final dos encontros, quando alguns grupos já estavam mais cansados, por terem ficado à espera muito tempo, procedia à organização de grupos mais alargados e tomava a opção de não repetir todas as perguntas, sempre que percebia que as respostas não iriam acrescentar conteúdo às regularidades já encontradas. Lamento o facto de não ter tido oportunidade de realizar entrevistas mais aprofundadas/histórias de vida com alguns intervenientes, reconhecendo contudo que a necessidade de tradução seria uma rígida limitação.

Normalmente o processo era o seguinte: Eu tinha uma grelha de perguntas e respostas, pronta a ser preenchida pelos relatos dos entrevistados (o Guião das Entrevistas original e as várias alterações que foi sofrendo podem ser consultadas no Anexo 3). Inicialmente pedia-lhes os seus nomes – tendo-lhes primeiramente assegurado que o anonimato iria ser salvaguardado - que colocava na parte superior de cada coluna de resposta. Depois fazia uma pergunta e cada um dos presentes respondia de forma individual, sendo que a ordem pela qual, à vez, detinham a palavra, obedecia normalmente à direcção dos ponteiros do relógio, da esquerda para a direita. E assim acontecia sucessivamente com todas as questões do questionário.

As dimensões de análise do questionário eram as seguintes: a caracterização sócio-económica dos agregados; a trajectória (migratória ou não) durante o conflito; a percepção do impacto do empreendimento.

Como já foi referido, tive o prazer de assistir, enquanto convidada de honra, à reunião do Conselho Consultivo. Estavam presentes: Representantes dos Assuntos Religiosos; Secretárias da Organização da Mulher Moçambicana (OMM); Presidentes de localidades; Membros do conselho consultivo do distrito; Primeiro secretário do Comité (do partido) da zona; Organização, Mobilização e Propaganda do Partido Frelimo; Fóruns das localidades; Directores das escolas e Grupo de jovens de combate contra a SIDA.

Tratava-se de uma sessão extraordinária, com apenas dois pontos de agenda – uma das mais curtas dos últimos dois anos: 1. Fome/seca – gado

bovino reduzido; cultura de arroz está perdida; 2. Uma visita muito importante vinda da Europa.

Fiz um grande agradecimento a todos os chefes das aldeias que tinha visitado, que me tinham tão bem recebido. Disse que antes de ter viajado para Moçambique, tinha lido muito sobre a guerra e sobre os movimentos das populações, mas onde eu mais tinha aprendido, tinha sido com os discursos dos habitantes daquela zona. Acrescentei que tinha ficado muito agradada e comovida por ver que as pessoas, apesar de estarem a passar por muitas dificuldades, mantêm uma força enorme e uma grande esperança no futuro. Transmiti às estruturas as principais preocupações dos meus interlocutores – a falta de hospital, escola e transportes.

Capítulo VII

ENQUADRAMENTO REGIONAL DO EMPREENHIMENTO EM ESTUDO

Neste capítulo fazemos a apresentação da província de Gaza e do distrito de Manjakaze, através de elementos históricos e também de indicadores sócio-demográficos que nos revelam os modos de vida da população, as características da agricultura, os serviços públicos existentes e os níveis de pobreza registados.

1. A província de Gaza

A província de Gaza (conhecida em tempos como o celeiro de Moçambique, pois a bacia do rio Limpopo era a região sul mais produtiva na era colonial), é a maior das três províncias do Sul de Moçambique e é uma das

Quadro 7: Indicadores populacionais por província

Província	Área da Província (Km ²)	População Recenseada em 1980	População Total 1992	Densidade Populacional 1992 (Habit/Km ²)
Niassa	122.176	514.100	717.486	6
Cabo Delgado	77.867	940.000	1.260.771	16
Nampula	78.197	2.402.700	2.957.130	38
Zambézia	103.127	2.500.196	2.985.020	29
Tete	100.724	831.000	748.159	7
Manica	61.661	641.200	659.359	11
Sofala	67.218	1.065.200	1.335.839	20
Inhambane	68.615	997.600	1.297.070	19
Gaza	75.450	990.900	1.168.044	16
Maputo	23.276	685.611	936.610	40
Maputo Cidade	300	561.489	970.650	3.236
Moçambique	778.611	12.129.996	15.036.138	19

Fonte: Direcção Nacional de Estatística

Banco de Dados: Comissão Nacional do Plano

Historicamente, a economia da província foi dominada pelas suas reservas de trabalho para a indústria mineira da África do Sul.

No período pós-independência, esta zona foi alvo de um grande esforço de criação de aldeias comunais. Em 1980 já tinham sido criadas 120 destas aldeias na província.

Ao contrário de outras regiões do país, o processo de colectivização foi pouco conflitual e os indivíduos tenderam a anuir a essa recolocação. Essa aceitação deveu-se a dois factores: por um lado, esta era uma zona dominada pelo respeito à liderança da Frelimo, na qual as populações depositavam confiança, por acreditarem que o partido estava empenhado na transformação das suas comunidades e da ordem colonial herdada (Roesch, 1992); por outro lado, as aldeias comunais nesta zona representavam uma quebra menos dramática com os padrões económico e de alojamento existentes, do que no caso de outras zonas de plantações extensivas (*hinterland areas*). Por exemplo

no Norte, as aldeias comunais foram criadas mais tarde, quando a euforia nacionalista pós-independência já tinha arrefecido e se começava a sentir cada vez mais a crise económica, tornando a população muito menos receptiva às políticas da Frelimo. Essa situação favoreceu a sedimentação de grandes bases da Renamo.

A maior parte das aldeias comunais estabilizaram enquanto formas de assentamento humano e tornaram-se numa parte fixa da paisagem rural na província de Gaza (Roesch 1988⁵³).

Durante a guerra, os deslocamentos populacionais seguiram diferentes padrões consoante as regiões. Em Gaza, estes eram guiados por tensões sociais alimentadas por dinâmicas inter-étnicas, já referidas anteriormente, que colocavam os *Ndaus* contra os *Shangaans* (Lubkemann, 2005). A história do antagonismo *Ndau versus Shangaan* remonta ao século XIX, durante as guerras de dominação do império de Gaza e persistiu durante o período colonial, como resultado das políticas de migração laboral que pretendiam proibir as populações do Norte do rio Save (os *Ndau*) a migrar para a África do Sul, passando conseqüentemente por dificuldades e acumulando um sentimento de vingança dessa discriminação.

Os relatos sobre os ataques das tropas da Renamo (predominantemente *Ndau*) contra civis (que nesta área eram predominantemente *Shangaan*) enfatizam a violência dos mesmos (Gersony, 1988; Roesch, 1992). Muita desta população estava já envolvida com a Frelimo desde os anos 60 e tinha construído a sua vida numa aliança com um estado moderno, tendo-se distanciado dos tipos de poderes “tradicionais” que a Renamo queria reforçar (Wilson e Nunes, 1994).

Como já havíamos constatado, ainda hoje o apoio desta zona à Frelimo é muito vincado. Um dos entrevistados no estudo de Raimundo (2002) – o qual pretende analisar as causas da migração interna na Província, através da exploração das estratégias de sobrevivência em meio rural, ultrapassando a

⁵³ ROESCH (1988), “Rural Mozambique and FRELIMO’s Fourth Congress Policies: The Situation in the Baixo Limpopo” *Review of African Political Economy*, No. 41: 73-91 in ROESCH (1992).

explicação dos meros motivos económicos - chega mesmo a afirmar que “*a Província de Gaza é propriedade do partido Frelimo e nenhum outro partido tem espaço para trabalhar com a população*” (Raimundo, 2002, p. 34). Nas eleições de 1999 a Frelimo conseguiu todos os assentos parlamentares correspondentes a esta região e o mesmo aconteceu em 2004 (17 contra 0 da Renamo⁵⁴). Em Manjakaze a Frelimo tem conservado a hegemonia eleitoral, com votações na ordem dos 90% (nas eleições legislativas e presidenciais em 1994 e 1999), bastante acima dos resultados obtidos a nível nacional. O distrito alinha assim com Gaza, a província onde a Frelimo obtém os seus melhores resultados e a Renamo os piores (Ribeiro, 2004). Nas eleições locais de 2003, a Frelimo conseguiu 95% dos votos, assegurando 13 mandatos em 13.

Quanto à população que foi reassentada no pós-guerra nesta província, o quadro seguinte indica-nos os valores por ditrito.

Quadro 8: População a reassentar por província 1993-1996

Província	Estimativa de refugiados a repatriar	Estimativa da população a reassentar
Niassa	127.367	330.000
Cabo Delgado	24.006	195.000
Nampula		604.363
Zambézia	244.231	1.051.000
Tete	692.098	920.000
Manica	102.117	300.000
Sofala	94.179	420.000
Inhambane	16.750	440.000
Gaza	137.117	610.938
Maputo	97.577	430.000
Maputo Cidade	0	0
Moçambique	1.535.442	5.301.301

Fonte: Com. Prov. Plano e NARML/ACNUR

Banco de Dados: Comissão Nacional do Plano

⁵⁴ Fonte: European Parliamentarians for Africa

2. O distrito de Manjakaze

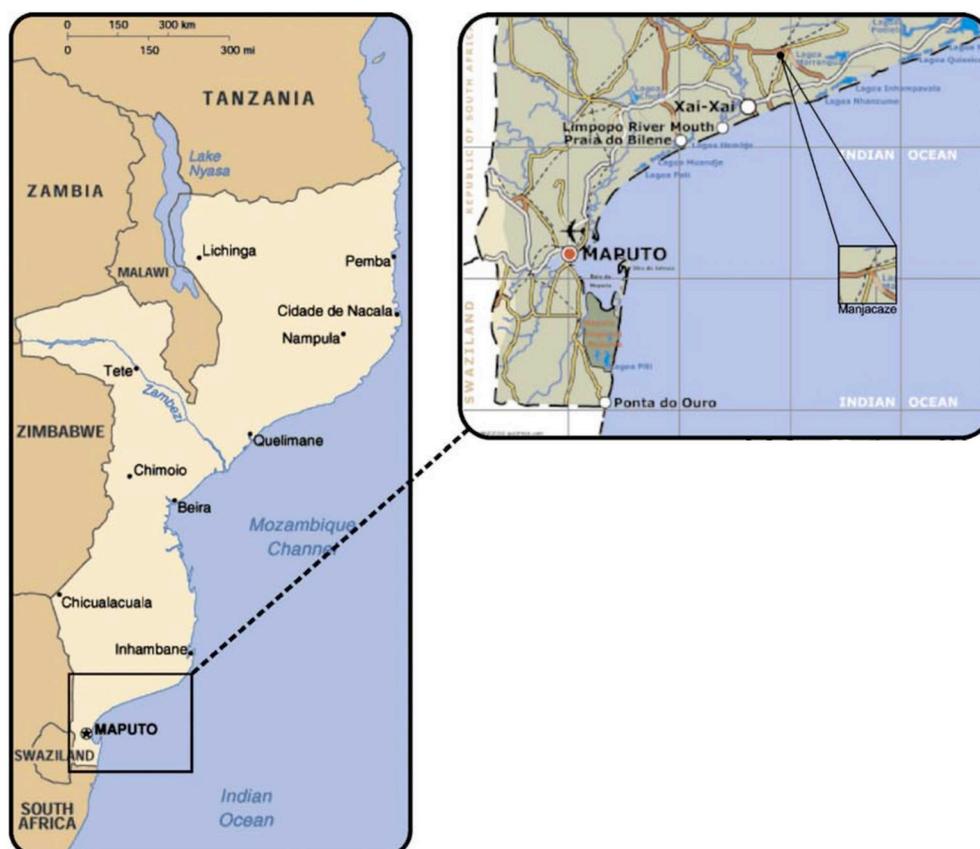
Para uma caracterização do distrito onde teve lugar o nosso estudo de caso, recorreremos à informação presente no Perfil Distrital de Manjakaze.

Os Perfis Distritais (publicados pelo Ministério da Administração Estatal) surgem no âmbito da Lei dos Órgãos Locais nº 8/2003 de 27 de Março, que reitera a importância estratégica da governação local e reconhece o distrito enquanto “*conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social*” (Ministério da Administração Estatal, 2005, p. 6).

O distrito de Manjakaze⁵⁵ foi um dos mais afectados pela guerra civil. Situa-se a cerca de 57 kms da capital provincial Xai-Xai. Faz fronteira a Sul com a capital provincial, a Norte com o distrito de Panda (província de Inhambane), a Este com os distritos de Zavala e Inharrime (província de Inhambane) e a Oeste com o distrito de Chibuto.

⁵⁵ “A palavra Mandlakazi é de origem zulu, tendo sido traduzida por Liengme por *grande força* ou *cidade forte e bela* (Liesegang, 1986:32). Teria como função designar a aldeia real [por ser o local onde Gungunhana se fixou]. Outros dão-lhe uma interpretação diferente, considerando que resulta da palavra “Va lhakazi” – *a quem golpearam com as lanças e mataram* [Tempo, nº 600 de 11/4/1982 (suplemento)]. Actualmente, este significado parece ter-se perdido, substituído por um outro que revela a sua condição de terra de lutas e de heróis, de mortes e sangue vertido. Assim, temos “mãos de sangue” – *mandla ya gázi* – expressão do forte derramamento de sangue que se verificou aquando da instalação de Ngungunhane nestes territórios do sul de Gaza (v. *Savana* de 1/9/1995), cuja versão corrente é ‘comer sangue’” (Ribeiro, 2004). Os portugueses, talvez por dificuldades de pronúncia do nome original, chamaram à terra oficialmente Manjakaze (Muianga, 1995). Para facilitar a leitura, e porque nos habituámos a chamar-lhe dessa forma, optou-se aqui por utilizar essa última nomenclatura.

Figura 2. Mapa da localização do Distrito de Manjacaze



Fonte: www.infoplease.com, www.go2africa.com e Dinageca in Ribeiro (2004)

O quadro seguinte traça um retrato populacional da província no momento do pós-guerra. Nele se pode perceber a evolução dos habitantes, desde o censo de 1980, até ao ano da assinatura do Acordo de Paz e a densidade populacional registada nessa altura.

Quadro 9: Indicadores populacionais por Distrito na Província de Gaza

Distrito	Área do Distrito (Km ²)	População Recenseada em 1980	População Total 1992	Densidade Populacional 1992 (Habit/Km ²)
Bilene	2.719	122.728	135.851	50
Guijá	3.589	64.454	87.535	24
Chibuto	5.878	226.772	241.874	41
Chicualacuala	16.035	27.068	38.472	2
Xai-Xai	1.749	124.247	105.966	61
Chókwé	1.856	101.839	182.940	99
Mandlakaze	3.748	182.157	142.876	38
Massingir	5.858	30.061	37.290	6
Mabalane	9.580	22.966	36.605	4
Massangena	10.351	11.126	19.669	2
Chigubo	13.952	33.318	40.891	3
Xai-Xai Cidade	135	44.164	98.075	727
Gaza	75.450	990.900	1.168.044	16

Fonte: Direcção Nacional de Estatística

Banco de Dados: Comissão Nacional do Plano

Em 1997 a população recenseada era de 161.147 habitantes dos quais somente 23.342 (9.888 homens e 13.454 mulheres) viviam na vila de Manjakaze⁵⁶) e o Censo de 2007 registou um total de 166.488 habitantes (93.038 mulheres e 73.450 homens).

O distrito é constituído por sete postos administrativos: Manjakaze, Chalala, Macuacua, Chibonzane, Mazucane, Nguze e Chidenguele. O posto administrativo de Chibonzane – onde fica localizado o empreendimento agrícola em estudo e onde foi efectivamente realizada a análise empírica - divide-se em três localidades: Chibonzane sede, Ponjuane e Machulane.

Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo (representante do Presidente da República naquela zona) e, consequentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de

⁵⁶ Trata-se de um dos distritos com maior peso demográfico em Gaza. Os habitantes distribuíam-se por 38.495 agregados familiares, dos quais 15.911 eram alargados e 8.046 nucleares - *II Recenseamento geral da população e habitação 1997 – Resultados definitivos* (1999), in RIBEIRO (2004)

Quarteirões e Chefes de Blocos. A relação entre a Administração e as autoridades comunitárias é positiva e tem contribuído para a solução de vários problemas locais.

A **população** é jovem (45% abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 42%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 14%). A maioria das famílias do distrito tem um ou mais parentes para além dos filhos e tem em média 3 a 5 membros.

Quadro 10. População por grupos etários no Distrito de Manjakaze e no Posto Administrativo de Chibonzane

	Grupos etários					
	Total	0-4	5-14	15-44	45-64	65 e mais
Mandlakazi	200.042	32.108	57.726	69.950	26.076	14.183
Homens	84.896	15.805	29.105	26.231	9.309	4.445
Mulheres	115.146	16.303	28.621	43.718	16.767	9.737
Chibondzane	35.150	5.574	9.901	12.159	5.059	2.458
Homens	14.840	2.763	4.987	4.483	1.795	813
Mulheres	20.310	2.810	4.915	7.677	3.264	1.645

Fonte: estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997 (1/1/2005)

A população economicamente activa é de 89 mil pessoas. Destas, 96% são trabalhadores familiares ou por conta própria e na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é de somente 4%, sendo neste caso dominada por homens.

A actividade base é a **agricultura**. As principais culturas alimentares são o milho, a mandioca, o arroz, o amendoim, a meixoeira e o feijão nhemba. As principais culturas comerciais são o caju, a mafurra, a copra⁵⁷, o algodão e a cana-de açúcar. A comercialização agrícola é fraca e ocorre nos mercados locais, nos distritos vizinhos e noutras cidades próximas.

Mais de metade das parcelas agrícolas em que estão divididas as explorações são tradicionalmente pertença das famílias da região, sendo

⁵⁷ Polpa seca do coco

transmitidas por herança aos filhos. Um terço das parcelas pertence às autoridades tradicionais e oficiais do distrito. Em média, as famílias camponesas exploram uma área próxima de 1 hectare. Metade da área cultivada pertence a somente 20% das explorações do distrito.

O **cajueiro** é particularmente valorizado por ser uma árvore bastante resistente à seca e por produzir simultaneamente o fruto – que serve para alimento e fabrico de bebidas alcoólicas – e a castanha – que serve para tempero e para venda e aquisição de outros produtos como sabão, açúcar, óleo e roupa (Muianga, 1995). Manjakaze tem cerca de metade dos cajueiros de toda a província, com um potencial de 68.000 toneladas anuais de castanha⁵⁸.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (2002), existiam em 2002 um total de 53.863.269 cajueiros, o que representa cerca de cinco vezes mais o número de mangueiras, segunda árvore também de valor comercial e agrícola de maior ocorrência no país.

A **precipitação** é distribuída irregularmente entre os meses de Novembro a Março. O principal recurso hídrico são as 63 lagoas existentes no distrito. O **acesso a água potável** é variável, havendo habitantes de muitas comunidades rurais que têm que caminhar oito a nove quilómetros para recolher água.

⁵⁸ Sobretudo no Sul, devido principalmente à emigração dos homens para a África do Sul, e ao facto de a mulher ser considerada estereotipadamente como tendo maior destreza para trabalhar com a castanha e amêndoa de caju, a mão-de-obra era maioritariamente feminina (ARTUR, 2005, p. 47-48).

Quadro 11: Serviços de Agricultura, Abastecimento de Água e Comércio por Distrito na Província de Gaza, 1992

Distrito	Regadio com infra-estrutura (Ha)	Taxa de cobertura de serviços de abastecimento de água	Nº de lojas e cantinas	Nº de habitantes por loja e cantina
Bilene	3.500	75,8	116	1.171
Guijá	4.500		5	17.507
Chibuto	3.847	22,9	197	1.228
Chicualacuala	650		29	1.327
Xai-Xai	12.170	124,1*	145	731
Chókwé	36.000	24,8	174	1.051
Mandlakaze	300	86,4	101	1.415
Massingir	1.825		5	7.458
Mabalane	1.570	1,4	5	7.321
Massangena	1.150		0	0
Chigubo	0		0	0
Xai-Xai Cidade	524		108	908
Gaza	66.054	45,0	885	1.320

Fonte: Direcção Provincial de Agricultura, Direcção Provincial Construção e Águas, Direcção Provincial de Comércio

Banco de Dados: Comissão Nacional do Plano

* como vem no original

Dados do levantamento dos “Médicos Sem Fronteiras” permitem estimar em 2,5 meses a média de **reservas alimentares** por agregado familiar de cereais e mandioca.

O **gado** é considerado uma das principais riquezas, pois “*para além da alimentação, tem as importantes funções de auxiliar no cultivo das machambas e basear as compensações matrimoniais (lobolo⁵⁹)*” (Muianga, 1995, p. 53).

⁵⁹ O lobolo é o valor pago à família da noiva na altura do casamento. Se o noivo não dispuser do valor estipulado e demonstrar interesse em ter a sua futura mulher em casa com estatuto de esposa, os familiares dela podem autorizar essa situação, desde que ele se comprometa a pagar a sua dívida logo que possível, para poder gozar de todos os poderes sobre a sua mulher. Este valor vai aumentando de acordo com o nível do custo de vida no país. Na altura da independência o lobolo exigia o pagamento de cerca de 2500 escudos mais uma cabeça de gado. Eram as condições financeiras dos homens que determinavam o número de mulheres com quem podiam casar. Era a obtenção de maiores recursos

A importância da posse de animais para ultrapassar momentos de crise ficou bem patente nos testemunhos dos nossos entrevistados. Muitos declararam que vendem algumas cabeças de gado, quando têm algum problema inesperado.

De acordo com os dados do Censo de 1997, para além de Chidenguele, praticamente só a vila de Manjakaze beneficiava de **energia eléctrica**, que cobria cerca de 9% da população do aglomerado, o que corresponde a 2% da população total do distrito. O fornecimento tem vindo a aumentar em termos geográficos e os planos de expansão do empreendimento agrícola analisado no nosso estudo de caso continuam dependentes da chegada da electricidade àquela propriedade, algo que está prometido para este ano.

Em 2003, o distrito possuía 126 **escolas** - das quais 99 do ensino primário nível 1, 25 do nível 2 e uma do ensino secundário geral - que eram frequentadas por cerca e 44 mil estudantes ensinados por 872 professores. O analfabetismo é bastante acentuado, sobretudo no caso das mulheres.

Quadro 12. População com 5 ou mais anos e alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
Distrito de Manjakaze	53,0%	42,8%	60,2%
Posto Administrativo de Chibonzane	60,7%	49,9%	68,1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997

económicos um dos principais motivos que levava os homens desta zona a imigrar para a África do Sul. São normalmente os mineiros que têm mais do que uma mulher. Com a independência, o resultante bloqueio económico promovido pela África do Sul e a redução do recrutamento de mão-de-obra para este país, este sistema foi alterado e o pagamento do lobolo passou a ser arbitrário, variando consoante as condições de cada família. Ultimamente, por diversos factores associados ao aumento do custo de vida, à falta de emprego e à diluição de certos valores culturais, começa a assistir-se às uniões de facto informais.

Quadro 13. População com 5 anos ou mais, e frequência escolar (percentagem)

	POPULAÇÃO QUE:								
	Frequenta			Frequentou			Nunca frequentou		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Manjakaze	28,1	15,0	13,1	30,6	13,9	16,8	41,3	12,3	29,0
Chibonzane	23,6	12,6	11,0	27,8	12,8	15,0	48,6	15,5	33,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997

Quanto à educação secundária, a situação ainda se torna mais problemática, uma vez que as escolas escasseiam. Por isso a taxa de transição do ensino primário para o secundário se afigura tão difícil.

Quadro 14: Cobertura de Serviços de Educação Secundária, por Distrito na Província de Gaza, 1992

Distrito	Nº de alunos Educação Secundária	Taxa de transição da Educação Primária para a Educação Secundária
Bilene	154	73,1
Guijá	0	0,0
Chibuto	287	62,1
Chicualacuala	0	0,0
Xai-Xai	0	0,0
Chókwé	343	102,6
Mandlakaze	66	28,1
Massingir	0	0,0
Mabalane	0	0,0
Massangena	0	0,0
Chigubo	0	0,0
Xai-Xai Cidade	698	88,1
Gaza	1.548	53,6

Fonte: Direcção Provincial de Educação

Banco de Dados: Comissão Nacional do Plano

Em termos de **cuidados de saúde**, o distrito está dotado de um Hospital Rural, um Centro de Saúde de nível I, catorze de nível II e III e cinco Postos de Saúde, com um total de 195 camas e 68 técnicos e assistentes de saúde, para além de um médico no hospital rural. Existe, portanto, uma unidade sanitária

por cada 9.500 pessoas; uma cama por mil habitantes; um profissional técnico para cada 3 mil residentes no distrito. O quadro epidemiológico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

Quadro 15: Cobertura de Serviços de Saúde, por Distrito na Província de Gaza, 1992

Distrito	Nº de médicos	Nº de habitantes por médico	Nº técnicos de Saúde Materno-Infantil (SMI)	Nº habitantes por técnico (SMI)	Nº unidades sanitárias do 1º nível	Nº habitantes por unidade sanitária do 1º nível
Bilene	0	0	8	16.981	5	27.170
Guijá	0	0	3	29.178	4	21.884
Chibuto	1	241.874	10	24.187	2	120.937
Chicualacuala	0	0	5	7.694	2	19.236
Xai-Xai	1	105.966	17	6.233	5	21.193
Chókwé	1	182.940	16	11.434	9	20.327
Mandlakaze	1	142.876	11	12.989	8	17.860
Massingir	0	0	3	12.430	1	37.290
Mabalane	0	0	3	12.202	4	9.151
Massangena	0	0	1	19.669	1	19.669
Chigubo	0	0	0	0	0	0
Xai-Xai Cidade	8	12.259	21	4.670	4	24.519
Gaza	12	97.337	98	11.919	45	25.957

Fonte: Direcção Provincial de Saúde

Banco de Dados: Comissão Nacional do Plano

A **religião** dominante é a religião Sião/Zione, praticada pela maioria da população do distrito.

Os **materiais usados na construção das casas** são materiais precários locais. O tipo de habitação modal do distrito é “*a palhota com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus*” (Ministério da Administração Estatal, 2005). As casas de madeira e zinco (4%) e de blocos de tijolos (10%) representam somente 14% do total das habitações.

O **padrão de consumo** está concentrado nos produtos alimentares (56%) e na habitação, água e energia e combustíveis (23%).

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de “comida pelo trabalho”, a recolha de frutos silvestres, a caça. As remessas de emigrantes na África do Sul são, porém, a principal fonte extra de rendimentos familiares na região.

Para uma caracterização mais aprofundada do distrito em termos dos **níveis de pobreza**, recorreremos ao documento “Mapeamento da Pobreza” (publicado pelo Ministério do Plano e Finanças), que utiliza uma metodologia que congrega os dados de duas bases: o Inquérito aos Agregados Familiares Sobre as Condições de Vida (IAF96/97) e o II Recenseamento Geral da População e Habitação (1997).

Segundo este relatório, existe uma grande variabilidade da incidência da pobreza (percentagem da população que se encontra abaixo da linha de pobreza absoluta) entre os distritos dentro da mesma província e dentro do mesmo distrito. O que significa que existem grandes diferenciações nas oportunidades de vida entre pessoas vivendo nos mesmos locais.

Encontra-se uma relação bastante forte entre a condição das estradas e a incidência da pobreza. No próprio documento é referido que se deve *“fortalecer a rede de estradas em boas condições de transitabilidade no país de modo a permitir maior circulação de pessoas e bens e aumentar os níveis de comercialização de produtos”* (Ministério do Plano e Finanças, 2002, p.3). Já o Perfil Distrital apontava o facto de muitas das estradas terciárias, de terra batida, só permitirem o acesso a viaturas com tracção às 4 rodas, o que, segundo os autores, dificulta o desenvolvimento.

No que diz respeito à incidência da pobreza, percebe-se da interpretação do relatório, que a faixa costeira de Gaza e Inhambane, a maior parte dos distritos das províncias de Nampula e Zambézia e as capitais provinciais são os locais que concentram o maior número de pobres, embora as taxas de

incidência da pobreza não sejam elevadas⁶⁰. No Censo de 1997 registou-se uma taxa de 58,8% de incidência da pobreza na província de Gaza.

Quadro 16. Comparação da incidência da pobreza absoluta usando dados do IAF96/97 e o Censo da População de 1997 ao nível da Província

Província		Incidência da pobreza	Profundidade da pobreza	Número de pobres
Gaza	Distrito			
	Manjakaze	57%	21%	87728
	Posto			
	Chibonzane	67%	26%	18148

Fonte: Ministério do Plano e Finanças (2002)

Os dois quadros seguintes traduzem a situação de emergência e a população a reassentar em números, por distrito.

Quadro 17: Situação de Emergência na Província de Gaza por Distrito, Setembro 1993

Distrito	Nº de refugiados repatriados até Setembro 1993	Nº de regressados	Nº de beneficiários emergência	Taxa de cobertura de emergência
Bilene	1	80.595	13.000	9,3
Guijá	6	49.162	12.000	12,8
Chibuto	3	50.572	27.000	10,7
Chicualacuala	5.834	8.884	15.000	33,5
Xai-Xai	9	65.738	15.000	13,4
Chókwé	92	57.125	20.000	9,8
Mandlakaze	4	95.000	60.000	40,1
Massingir	1.651	8.439	8.000	19,1
Mabalane	169	4.500	8.000	18,9
Massangena	6.513	10.176	10.000	37,6
Chigubo	27	1.170	12.000	25,8
Xai-Xai Cidade	0	0	0	0,0
Gaza	14.309	431.361	200.000	15,9

Fonte: Com. Prov. Emergência e NARML/ACNUR

Banco de Dados: Comissão Nacional do Plano

⁶⁰ Na maioria dos casos os locais com elevadas taxas de incidência da pobreza têm pouca população, o que faz com que o maior número de pobres não se encontre em locais com altas taxas de incidência da pobreza, mas sim em locais com maior concentração populacional

Quadro 18: População a Reassentar por Distrito na Província de Gaza 1993-1996

Distrito	Estimativa de refugiados a repatriar	Estimativa de população a reassentar
Bilene	2.193	45.577
Guijá	16.000	63.725
Chibuto	5.777	195.116
Chicualacuala	26.796	21.029
Xai-Xai	6.080	50.927
Chókwé	25.000	72.186
Mandlakaze	3.027	84.136
Massingir	17.000	22.031
Mabalane	10.093	23.019
Massangena	15.101	11.557
Chigubo	10.050	21.635
Xai-Xai Cidade	0	0
Gaza	137.117	610.938

Fonte: Com. Prov. Emergência e NARML/ACNUR

Banco de Dados: Comissão Nacional do Plano

Figura 3. Fotografia do trabalho de campo em Magaiza



Figura 4. Fotografia do trabalho de campo em Xikwatzu



Figura 5. Fotografia da reunião do Conselho Consultivo



Figura 6. Fotografia das estufas de cajueiros da propriedade



Figura 7. Fotografia de um poço em Chibonzane



Figura 8. Fotografia de uma habitação em Chibonzane



Capítulo VIII

A FASE INICIAL DE IMPLEMENTAÇÃO

Neste capítulo faremos primeiramente a exposição daqueles que julgamos ser os elementos que imputam ao projecto particularidades originais,

as quais o distinguem das abordagens que convencionalmente costumam ser dadas aos movimentos de reassentamento de populações deslocadas. Esses elementos são a antecipação às infra-estruturas que deveriam ser fornecidas pelo Estado, a consideração das especificidades locais, o incentivo à participação dos beneficiários, a oportunidade de acesso a terras de cultivo e a troca de comida por trabalho.

Falaremos também na cantina que foi construída quando o modo de pagamento passou a ser o salário.

Num último ponto, explicaremos porque existiu uma orientação do cultivo do bananal para o cultivo do cajual.

1. A antecipação ao Estado

Uma das particularidades do empreendimento aqui em causa, refere-se ao facto de este ter nascido num contexto de total ausência de apoios públicos, em termos de criação de infra-estruturas e condições favoráveis à implementação do mesmo.

O empreendedor foca este aspecto no seu discurso: *“as pessoas estão à espera que o Estado construa as estradas. É verdade e têm razão. Mas África é isto. África tem uma situação de um Estado.... em que o ambiente de investimento é caracterizado fundamentalmente por falhas de mercado. O Estado não está presente (...) das duas uma: ou espero 50 anos até que a empresa de electricidade ache que é viável, ou então eu forço essa situação. (...) por exemplo, na minha zona, se eu não tivesse o projecto, quando é que o Estado ia pensar meter lá electricidade? É preciso criar a necessidade. É preciso inverter. (...) porque o Estado tem que ter retorno (..) É a história do ovo e da galinha (...) [eu] tenho que investir naquilo que o Estado devia investir e não investe. Estradas, água, esse tipo de coisas tenho que fazer eu. Isso encarece o projecto. Mas pronto, criei infra-estruturas e vai funcionar. Agora podemos olhar para aquilo como um projecto económico. Todo o gasto do passado, temos que olhar para isso como um custo não recuperável (...) a*

gente pode fazer aí um pólo. E acredito que, se eu tiver sucesso e acho que vou ter, acredito que isto vai chamar outras pessoas. Outros investidores terão menos “medo” entre aspas, de ir para o campo”.

Portanto, num cenário de desresponsabilização da parte do Estado, no cumprimento das suas funções básicas, o empreendedor viu-se obrigado a adiantar investimento próprio, para conseguir atingir os seus objectivos. Esta situação aponta para a necessidade de uma maior intervenção estatal, no colmatar das barreiras que se erguem perante iniciativas do mesmo género.

2. A integração das especificidades sociais locais e o espaço aberto à participação dos beneficiários

Um outro aspecto que abona em favor do empreendimento, por contraponto às intervenções dirigidas pelas instituições formais de apoio aos deslocados, é o facto de este ter o cuidado de tomar em consideração as especificidades locais.

E o empreendedor não hesita em criticar aqueles que não têm essa dimensão em conta. Segundo ele “[os indicadores dos hábitos e da cultura são elementos que] *não podem ser descurados. Uma grande falha dos projectos industriais em zonas rurais é exactamente [o facto de ser elaborado] no gabinete, sem o elemento social incluído. Mandamos vir um sociólogo que não conhece a realidade. Fica durante três meses. Vai olha e tal, observa mas não sabe a razão porque é que as pessoas se comportam de tal maneira. Para isso tem que se viver lá. Nas entrevistas as pessoas não revelam tudo. Não chega. É preciso conhecer. Porque é que as pessoas dormem cedo? Porque é que as pessoas acordam cedo? E não pegarmos em modelos completamente estranhos à zona e introduzirmos ali. E não interpretarmos as realidades à luz de conceitos que nós trazemos. Porque não são esses conceitos. Às vezes a ordem das coisas pressupõe uma certa forma de sobrevivência. Se alteramos essa ordem, estamos a atacar o elemento base de sobrevivência. (...) somos levados muitas vezes por conceitos paternalistas, completamente estereotipados. E*

chegamos lá e violentamos uma realidade social. Temos que ir mais fundo. O que está por detrás?”

Além disso havia a preocupação de transformar aquele empreendimento num projecto colectivo, com o envolvimento de todos, para que cada um o sentisse seu desde o início. Os livros dedicados a esta matéria já nos alertam há bastante tempo para a necessidade da participação dos beneficiários desde a fase inicial dos projectos, quando o intuito é conhecer as suas necessidades e melhorar as suas condições de vida. Esta é no entanto uma componente raramente activada nos projectos desta natureza e a voz dos principais interessados tende a permanecer silenciada.

“A relação era de criação de confiança. Eu chamei a isso na altura ‘recriar a esperança’. Fazer um projecto aqui não tem sustentabilidade se não for um projecto rodeado de gente que confia no projecto e que absorve e que se apropria do projecto. Para que as pessoas olhem para nós, também como agentes que estão aqui com a intenção de também apoiar a vida deles”.

O que o empreendedor pretendia com este projecto era, não só a reconstrução económica, mas também a reconstrução social, ou seja, do capital social, das redes de solidariedade e padrões de cooperação. Quando não são acauteladas as condições para a interligação entre essas duas vertentes da reconstrução, uma pode não levar necessariamente à outra⁶¹.

3. O acesso à terra

Apesar de os trabalhadores possuírem as suas terras fora da propriedade, adquiridas por direito natural, todos tiveram direito a poder utilizar porções de terra da propriedade sem ter que pagar nada por isso. Isso deveu-se a vários factores: 1) a propriedade não estava a ocupar produtivamente toda a terra. Na parte baixa (mais húmida), as pessoas puderam utilizar a terra intermédia do compasso dado ao bananal (isto é, a distância de uma bananeira para a outra), desde que não prejudicasse a cultura. Na parte alta o mesmo aconteceu no

⁶¹ A este respeito ver ABUTTE, Wolde-Selassie (2000) *Social Re-Articulation After Resettlement: Observing the Belles-Valley Scheme in Ethiopia* in CERNEA e MC DOWELL (eds.) (2000).

compasso dado aos cajueiros (normalmente de 10x10 metros). Ambos os lados ficavam a ganhar, pois a rega abarcava toda a zona e além disso, ao limparem a terra intermédia, os agricultores ajudavam também a limpar o cajual. 2) em períodos de seca, os trabalhadores que têm machambas em terras que dependem da chuva (na parte alta) podiam usar as áreas improdutivas que têm alguma rega. 3) Aos trabalhadores que não eram originários do local, foram-lhes concedidas áreas para fazerem as suas machambas e posteriormente foi negociada com as autoridades a concessão de terras fora da propriedade⁶².

4. A troca de comida por trabalho

A primeira fase de implementação de um projecto agrícola no meio do mato adivinha-se bastante complicada. Este caso não foi excepção. Os primeiros tempos foram de azáfama. O empreendedor, em Maputo, dirigiu-se a uma cooperativa para comprar alguns utensílios agrícolas - catanas, machados, serrotes – e também comida não perecível (fundamentalmente amendoim, que é um condimento básico alimentar na zona visada, mas também peixe seco, sal, arroz, farinha, óleo, etc.). A primeira vez que decidiu transportar todos estes mantimentos, deslocou-se numa carrinha com uma tonelada. Terá chegado à zona do futuro empreendimento e terá dito ao grupo de dez pessoas que por lá aparecia: *“Estão aqui enxadas, estão aqui catanas, estão com muita fome, mas querem comer. Vamos trabalhar”*. E assim começou o embrião de um programa de comida por trabalho.

Nas palavras do empreendedor, esta era a modalidade de transacção mais adequada às circunstâncias. *“Não fazia sentido nenhum pagar. O dinheiro não tinha grande expressão. Não havia nenhuma estrutura comercial. As pessoas não iam comprar nada. Não havia nada à venda. As pessoas queriam era a comida. E pronto, chegámos a um acordo. Eu próprio não tinha experiência sobre .. qual a relação que podia estabelecer entre a comida e a quantidade de trabalho. Mas eles próprios por tradição já têm isso. Já têm*

⁶² Entrevista realizada ao empreendedor

aquilo que eles chamam a “porção”. A porção de terra para cultivar. Então uma porção de terra equivale a tantos copos de farinha (...) isto facilitou um pouco os acordos de transacção da comida pelo trabalho. Na fase inicial vinham famílias inteiras. Vinha o marido, a mulher e os filhos. E quantos mais viessem, mais comida levavam para casa naquele dia. E se calhar no dia seguinte já não vinham. Vinham outros”.

Um local com comida disponível em troca de trabalho, num contexto completamente vazio de oportunidades, torna-se um chamariz apelativo. A notícia começa a espalhar-se. *“E cada vez vem mais gente. E eu sou obrigado a comprar mais utensílios. E já não posso levar as coisas numa carrinha de uma tonelada, já tenho que comprar camiões. Então começo efectivamente a drenar comida. Durante um ano praticamente. Durante toda a seca de 92 e 93 eu fui alimentando a população daquela zona. Cheguei a ter quinhentas pessoas ali. A arrancar as árvores e a limpar o mato (...) [as pessoas tinham conhecimento através do] passa-palavra... enfim, alguns [deslocados] nesse movimento de voltar para a terra, iam lá ver o que estava a acontecer e ouviam dizer que há um projecto naquela zona e apareciam. Eu cheguei a ter gente que vinham dali a 30 ou 40 quilómetros. Era uma época de muita fome. Muita fome mesmo. Eu vi gente a andar, a cair e a morrer de fome”.*

Através da quantidade de pessoas referida, se pode ter uma noção da intensidade e amplitude desta oportunidade de trabalho naquela região. E também se depreende que as alternativas seriam escassas.

Como já havíamos mencionado, o projecto não tinha inicialmente uma perspectiva económica a suportá-lo. Se assim fosse, a forma mais fácil de “montar o negócio” e conseguir um retorno rápido do investimento, seria a introdução de maquinaria e mão-de-obra assalariada. No entanto, com base numa responsabilidade social de fundo, o funcionamento do empreendimento tomou outro rumo. O empreendedor explica o seu raciocínio da altura da seguinte forma: *“Eu queria uma reinserção ali (...) do ponto de vista técnico, se eu tivesse feito um projecto economicamente viável, o ideal era pegar numa máquina e em duas ou três semanas limpava o terreno todo, tinha tractores,*

tinha muito poucos trabalhadores e a coisa era muito mais rápida. Mas iria criar ali um pólo completamente desinserido do resto da população. Em vez de criar empatia em relação àquele pólo, iria criar antipatia. Na história daquela zona, a primeira vez que uma lâmpada eléctrica acendeu, que não fosse um carro, foi naquele projecto. A primeira vez que se abriu uma torneira e saiu água foi naquele projecto. As pessoas ficaram muito admiradas. Vinha gente para assistir a uma lâmpada acesa. Corriam. Acendia uma lâmpada e vinha todo o mundo para ver (...) à medida que as pessoas foram aparecendo, eu fui-me apercebendo da realidade. Fui vendo que as pessoas não tinham alternativas de fixação, não sabiam por onde começar. O que eu lhes estava a dar era meramente comida, portanto não ia ajudá-los em tudo. As pessoas comiam de facto. Mas não tinham mais nada, não podiam fazer mais nada (...) há aqui uma situação de deslocados de guerra, de refugiados que se foram embora e que vão reaparecendo. Esta gente toda está a vir por alguma razão (...) as pessoas foram aprendendo coisas novas, achavam piada, cantavam. Era uma maneira de se encontrarem, fazerem alguma coisa, terem comida garantida. Isso começou a criar algum ânimo. Então começou a haver o grupo de construção [da casa] e outro da destronca [das árvores]. A primeira separação do trabalho foi esta. Depois começou a haver um terceiro grupo, que era o da cozinha. Porque era tanta gente, tanta gente, que depois a minha mulher montou lá uma cozinha geral, com um grupo de mulheres, para evitar as deslocações que as pessoas tinham que fazer para casa, para almoçar. Então criou-se uma espécie de uma aldeia. Este processo deu um sinal de confiança às pessoas. 'Se este vem e constrói porque não nós?'. Então começaram também a fazer casas ali à volta. Um factor adverso naquela zona foi a mortalidade. A taxa de mortalidade era muito alta, provocada pela malária. Muita malária mesmo. Os nosso primeiros 25 trabalhadores, aqueles que ficaram efectivamente e que conhecem toda a história desde o princípio, neste momento creio que nos sobram dois".

A prioridade da população no pós-guerra era efectivamente, a segurança alimentar. E foi essa necessidade que o projecto que estamos a analisar tentou (e conseguiu de certa forma, ou pelo menos numa pequena escala) colmatar, através do transporte e entrega de comida a famílias vulneráveis, não enquanto caridade, mas através de um programa de comida por trabalho, enquadrado por uma clara estratégia de reintegração a longo-prazo.

5. A cantina

Ao fim de alguns anos, as pessoas começaram a ter alguma escolha e a solicitar outros bens para além da comida. “*Uns queriam zinco, outros queriam uma rede de pesca, outros queriam não sei o quê*”. Foi assim que foi sendo introduzido o princípio do salário. O camião que transportava o material de construção da casa começou a transportar também alguns bens para a população consumir.

“A introdução do dinheiro para mim era benéfica, porque eu deixava de movimentar o camião. E para eles também era benéfico, porque tinham uma maior liberdade de escolha. Ao invés de só consumir os produtos que o meu camião trazia, já podiam ir para o mercado e comprar roupa, pregos....”

Chegou uma altura em que a população pediu para que se criasse uma cantina, pois a loja mais próxima dali, na altura, estava a 30 km.

“Abrimos a cantina. Mas a cantina não era uma unidade geradora de lucro. Era uma unidade fundamentalmente de estabilização da força de trabalho. Eles faziam uma lista dos produtos básicos. [A minha mulher] também foi tendo uma maior interacção com as mulheres, foi visitando uma casa ou outra, foi compreendendo melhor o tipo de vida e o tipo de necessidades que tinham. E ela própria começou a comprar outras coisas que eles não pediam, como loiças de plástico, coisas baratas”.

É curioso salientar que, a partir de certa altura, os produtos pedidos já pertenciam a padrões de consumo urbanos - mechas de cabelo artificial, produto para desfrisar o cabelo, etc. – o que significa que já se tratavam de

gerações mais novas, que tinham estado nas cidades e que já tinham regressado àquela zona e queriam manter os seus hábitos citadinos. Esta mudança no tipo de bens consumidos permite-nos então inferir sobre o poder atractivo do empreendimento, que estava a conseguir seduzir, mesmo as populações mais novas que, eventualmente, nem teriam raízes na região.

“Quando o camião fosse, carregado de material para as construções e para a parte produtiva, havia um espaço que estava reservado para a cantina. Isso fazia com que nós (...) não sobre-carregávamos todo o custo do combustível nos produtos da cantina (...) então o produto ficava muito barato. E nós enfim, tínhamos a ilusão que ficávamos ressarcidos do esforço. Então eles compravam ali produto mais barato do que na vila. Isto criou um certo orgulho na zona e trabalhar no projecto já começou a ser símbolo de prestígio (...) e havia crédito na cantina, que era meio salário. Significava que a pessoa tinha um salário X mas podia comprar X mais ½ de X. Em vez de aumentar o salário em massa monetária (...) havia ali um constante consumo que as pessoas tinham, que estava acima do salário”.

Actualmente a cantina encontra-se encerrada, mas está planeada a sua reabertura. No Anexo 4 pode ser visto o esquema da propriedade.

6. Cheia de 2000 e mudança de cultura do bananal para o caju

Numa primeira fase o projecto dedicou-se ao cultivo do bananal, na parte mais baixa e húmida do terreno (existe depois toda a parte mais alta, dedicada a culturas de sequeiro). A obtenção das socas de bananas foi bafejada por um tiro de sorte. O empreendedor soube por acaso que um agricultor perto de Maputo estava a fazer as mudas das bananas e foram as socas antigas (que ele iria deitar para o lixo) que puderam ser levadas gratuitamente e que serviram de tubo de ensaio na propriedade. *“Eu não tinha feito estudos de viabilidade .. Já que está limpo o terreno faço o quê? Então fiz um bananal. Que acabou sendo um bananal com alguma dimensão. Fiz cerca de 43 mil pés de bananas. Quando o camião que ia para lá com materiais voltava, trazia*

bananas. Então encontrei esta forma de fechar o ciclo. A banana financiava a actividade e as coisas iam prosseguindo”

Mas em 2000 a grande cheia destrói o bananal por completo. Depois do relativo sucesso, esta destruição provocou fortes estragos na motivação do empreendedor. Apesar de uma enorme frustração, que apenas podia ser direccionada para as forças da natureza, venceu a vontade de ultrapassar os obstáculos e continuar a alimentar aquele projecto. Até porque a propriedade possuía também o encanto bucólico e romântico da vida rural, do qual não queria abdicar. *“Repara que nós ficámos confinados à cidade de Maputo durante muitos anos. Viajar durante a guerra era perigoso, ninguém queria correr o risco. Então a propriedade era também esse escape, ter uma vida diferente, pisar terra, respirar ar puro. Não queríamos largar”*.

No reatar da actividade, a colheita escolhida foi o cajueiro, pois era aquela que preenchia os requisitos da região. *“Então falámos com um amigo nosso que era do ministério da agricultura e ele disse que nos ia apoiar a produzir os cajueiros. Produzimos dois mil e quinhentos cajueiros”*.

Numa segunda fase o empreendedor decidiu introduzir alguns modelos de gestão, nomeadamente a especialização de equipas (com cinco pessoas cada) e a estipulação de metas diárias. *“Quando introduzimos este ritmo de actividade, o que fazíamos em dois anos, passámos a fazer em seis meses. Até que acabou a destronca e começámos a entrar no trabalho já de cuidar dos cajueiros. Aí reduzi o número de trabalhadores para sessenta. Para mim era muito caro isto”*.

O empreendedor disse-nos que *“Neste momento o problema das fábricas em Moçambique é um problema da disponibilidade da matéria-prima, devido aos cajueiros velhos, ao baixo ritmo de reposição das plantações, doenças e pragas como o “oídeo” e a “antracnose”*”. Para uma leitura mais aprofundada da evolução do sector do caju no país e das consequências que essa evolução teve no Distrito de Manjakaze, pode ser consultado o Anexo 5.

Capítulo IX

O DESENVOLVER DOS ACONTECIMENTOS

Dedicaremos agora aos dados específicos encontrados no nosso estudo de caso.

Em primeiro lugar falaremos na altura em que o conflito se intensificou na região em causa, levando à fuga e a várias opções de trajectos migratórios por parte das populações. Analisaremos então a evolução dos modos de vida dos residentes e os seus padrões de deslocamento e regresso.

Seguidamente, abordaremos as modalidades de participação no empreendimento, percorrendo as causas de desistência, a diferença entre as várias localidades visitadas e a perspectiva daqueles que ainda são lá trabalhadores.

Na parte final procederemos a uma interpretação daquele que é o papel actual do empreendimento naquela comunidade e traçaremos os planos futuros, que passarão sobretudo pela chegada da electricidade.

1. O despoletar do conflito na região

Na ausência de uma grande estabilidade da Renamo no Sul do país, a sua presença era bastante nómada nesta zona. *“Quando a Renamo se instalava numa zona com o consentimento do chefe local, a população era mobilizada para prestar apoio aos guerrilheiros, indo trabalhar nas suas machambas ou dando uma parte da sua produção”* (Muianga, 1995, p. 59)

Foi desta forma que foi fundada a primeira base da Renamo no distrito de Manjakaze, em Macuacua, com o apoio do régulo Fumane. Isso aconteceu em 1982, quando as tropas da Renamo chegaram ao Norte da província de Gaza, vindas da destruída base de Gorongosa e esgotadas as zonas secas do Norte de Inhambane (Muianga, 1995).

Contudo esta base não durou muito pois em 1983 foi destruída pelas tropas governamentais, ao que se seguiu um período de alguma serenidade, uma vez que foi logo montado o quartel de Macuacua, com um forte sistema defensivo. A partir de 1986 o distrito volta a ser afectado pelo conflito. É por isso que, como veremos, a maior parte das pessoas entrevistadas no nosso estudo de caso, fugiu de suas casas nessa altura. A sede do distrito e muitas aldeias sofreram vários ataques. No início a Renamo tinha alvos concretos, nomeadamente os chefes dos grupos dinamizadores e outros elementos que desenvolviam actividades para a Frelimo e para o governo. Depois os ataques tornaram-se mais indiscriminados. Foi nessa altura que muita gente construiu residências provisórias em Manjakaze, onde se refugiavam quando a situação estava difícil. Quando a calma regressava voltavam para a aldeia pois era lá que tinham as suas machambas (Muianga, 1995).

2. Contextualização dos modos de vida

O comportamento económico dos agentes agrícolas naquela zona durante a guerra não visava o lucro pois, ou não havia compradores para os produtos, ou não era possível produzir excedente. Os agricultores viam-se por isso forçados a limitar-se a uma produção de subsistência.

À pergunta “Como conseguia comprar material escolar para os filhos?”, referente ao período anterior à guerra, os respondentes revelaram as actividades que complementavam a machamba - a apanha de cocos, corte de lenha, ou culimar a machamba de alguém em troca de dinheiro. Mas é bom referir que estes esquemas de remuneração eram esporádicos e apenas exercidos quando surgia a necessidade de adquirir algum bem extra – neste caso o material escolar – ou algum problema inesperado.

Nos anos que se seguiram ao final da guerra alguns constrangimentos terminaram, mas no entanto muitos agricultores continuaram a não adoptar o comportamento da maximização, devido a uma série de motivos: ainda existiam constrangimentos da procura e da oferta em muitos distritos,

nomeadamente aqueles que se encontravam economicamente isolados devido ao estrago das suas infra-estruturas; nas áreas economicamente isoladas onde as cheias ou secas são recorrentes, ou onde os agregados são muito pobres, os agricultores tenderam a ser mais cautelosos relativamente ao risco. A evitação do risco leva à prática comum de troca de colheitas, reduzindo as actividades agrícolas. A tecnologia de armazenamento das famílias é na maioria das vezes bastante pobre, o que reforça a prevalência da fome no final das estações de crescimento das colheitas e reduz a tendência para um comportamento comercial anti-cíclico. As pessoas actuaram em situação de guerra durante muitos anos e a chegada de um mercado local não as induz facilmente a alterar as suas rotinas de cultivo (até porque muitos habitantes do campo temiam que a guerra regressasse aquando das eleições, se o lado perdedor não concordasse com os resultados) (Bruck et. al., 2000).

O ajustamento estrutural e o conseqüente aumento da necessidade de dinheiro, nomeadamente para despesas com a saúde e a educação, tem, de alguma forma, efectivado uma mudança de objectivos e o desvio para uma agricultura mais orientada para o lucro. Regista-se que os agregados têm vindo a aumentar o seu *output* para o comércio e a comprar mais comida na qual eles próprios não têm vantagens comparativas (Bruck et. al., 2000).

No entanto não podemos extrapolar essa situação para o distrito de Manjakaze, pois as entrevistas demonstraram que o excedente canalizado para o mercado local é muito reduzido e, na maior parte dos agregados familiares, mesmo inexistente, devido à época de seca que se vivia no momento da recolha empírica. Na altura da guerra, tal como agora, a sua principal fonte de subsistência é a machamba familiar, de onde tiram o sustento diário. Alguns, aquando das boas colheitas, conseguem vender parte da produção. Muito poucos indicaram possuir bois e aqueles que o fizeram referiam-se ao período anterior à guerra. A maior parte deles tem apenas algumas galinhas ou animais de pequeno porte.

Não tem sido feita uma análise dos padrões de diferenciação social no campo. O estudo melhor documentado (First, 1983⁶³) faz uma vaga distinção entre agricultores pobres e médios. Os agricultores pobres são aqueles que têm machambas familiares de pequena escala que ocasionalmente têm arados e bois. Produzem pouco para o mercado, consumindo a maior parte da sua produção. Os agricultores médios têm machambas maiores e tendem a possuir – ou ter acesso a – gado e arados. Por vezes contratam o trabalho de pessoas externas à família. Consomem a maior parte da sua produção, comercializando uma pequena percentagem. Podemos dizer que a maior parte dos agricultores que encontramos em Chibonzane pertencem à primeira destas categorias.

Segundo o empreendedor, que diz conhecer os modos de vida da população rural do sul do país, os indivíduos daquela zona não são muito ligados ao comércio. *“Enquanto que na vida urbana as pessoas vão ao mercado ou a uma mercearia e compram o que vão comer nesse dia; no campo não. No campo as pessoas acordam muito cedo, limpam o terreno à volta da casa, vão à machamba, acartam água, arranjam lenha e cuidam dos animais se os tiverem. Essas são tarefas fundamentais diárias”*.

Encontrámos, transversalmente a todas as famílias com quem falámos, uma quebra acentuada da bagagem económica, se tivermos em conta a comparação entre o período actual e aquele que precedeu a guerra civil. Na resposta às questões “que bens possuía antes da guerra?” e “que bens possui actualmente?” é notória uma redução clara dos recursos disponíveis, desde o primeiro momento até ao segundo.

Apresentamos aqui alguns percursos que evidenciam essa degradação das condições materiais.

J. L. tem 53 anos. Nasceu e sempre viveu em Nhengueni, não tendo fugido durante a guerra, apenas se escondendo no mato a partir de 1982. Vendia milho e arroz e com o dinheiro comprava porcos para reprodução. Já tinha 12, mas com a guerra tudo foi destruído. Actualmente o seu agregado familiar é composto pela esposa e três filhos, os quais apoia com o dinheiro recebido no trabalho nas minas da África do Sul, que complementa aquilo que é retirado da machamba. Já não possui animais.

(inquirido nº 25, Nhengueni)

⁶³ FIRST, Ruth (1983) *Black Gold: The Mozambican Miner, Proletarian and Peasant*, Sussex, Harvester Press in BOWEN (1989).

L. J. tem 38 anos. Antes da guerra vivia com o pai e sete irmãos. A sua família vendia o excedente da machamba para comprar roupas, mantas e material escolar. Costumava pastorear os 92 bois que os seus pais tinham e quando chegou a ameaça do primeiro ataque, tentou salvá-los, andando de um sítio para o outro, tentando ludibriar os bandidos. Mas nesse processo o seu pai desapareceu e os bois começaram à deriva. Acabou por desistir e fugir para Machulane já sem nenhum boi e teve que se contentar com a machamba emprestada que lhe coube, como todos os outros. Hoje em dia vive com a esposa e quatro filhos. Vende bananas e possui apenas 5 galinhas.

(inquirido nº 41, Vamangue)

J. M. tem 60 anos. Nasceu e sempre viveu em Machulane. Antes da guerra vivia com duas esposas e 14 filhos, mas estas zangaram-se durante o conflito e acabaram por abandoná-lo. Agora tem uma nova esposa e vive com mais três filhos. Os filhos mais velhos estão em Maputo. Antigamente tinha três tipos de machamba, 9 bois (que não conseguiram esconder e foram abatidos pelos bandidos) e 12 cabritos. Trabalhava na África do Sul, mas assim que se apercebe da guerra regressa para proteger a família. Como se encontrava já em Machulane, perto do quartel, quando a guerra atingiu o seu auge, não precisou de se deslocar. Apenas se escondia nas redondezas. Nesse período não podia fazer nada para se sustentar, pois qualquer movimento era risco de rapto. Apenas conseguiam arranjar verdura para comer quando sabiam que o inimigo estava longe. Actualmente possui uma machamba para auto-sustento, quatro cabritos e dois bois. Só vende na época fresca, quando planta hortícolas. De resto só planta cereais e não vende.

(inquirido nº 79, membro do Conselho Consultivo)

Apresentamos também um percurso ilustrativo dos casos de pessoas com muitas posses e cuja experiência de exílio se reveste de muitas facilidades, que advém desses recursos materiais e também do capital social que detinham. A estratificação social acabou por se esbater. No entanto demonstra a resiliência e determinação numa situação de desespero, por exemplo na experimentação de várias actividades económicas:

J. M. tem 78 anos. Teve um primeiro casamento no qual teve duas filhas. Depois ficou viúvo e casou uma segunda vez. Quando a guerra começou fugiu para Manjakaze e teve lá cinco filhos. Quando a guerra terminou regressou a Vamangue e arranjou uma nova mulher, com quem vive actualmente, com mais cinco filhos. O seu pai tinha uma machamba com 52 ha, 30 bois e 25 cabritos. Passa-lhe uma procuração e ele pede mais hectares e fica com um pouco mais de noventa hectares. Compra depois uma loja de um português que fugiu após a independência. No início dos ataques armados dormia apenas no mato à noite, mas quando lhe incendiaram um camião e lhe destruíram a loja, foge para Manjakaze, onde um amigo lhe cedeu um espaço, no qual montou um negocio de venda de cereais enquanto a mulher vendia bolos. Todavia o infortúnio continuou. A guerra agudizou-se e os ataques atingiram a vila, vitimizando a mulher do seu amigo. Então o governo cedeu-lhe um terreno numa zona de Manjakaze menos propensa a ataques, onde montou um negócio de lenha. No regresso o governo prometeu-lhe ajuda para recuperar o estabelecimento, mas até hoje essa promessa não foi cumprida. Tem que sobreviver apenas com o que a machamba lhe dá. Hoje em dia possui uma machamba, da qual vende parte da produção, cinco cabritos e dois bois. Apesar de não ter nenhum contacto com o empreendimento, diz ter a certeza que o projecto irá ajudar a desenvolver a região. Mesmo que eles não assistam aos resultados, os seus filhos e netos

certamente que os verão. Como se o projecto fosse “a gambiarra na caça que ilumina o caminho”.

(inquirido nº 42, Vamangue)

3. Os padrões de deslocamento encontrados em Chibonzane

Todos os entrevistados são deslocados internos, pois nenhum deles atravessou a fronteira nacional, no seu percurso de deslocação forçada pelo cenário de conflito armado.

A maior parte dos entrevistados refere a segunda metade da década de oitenta como o período de maior ebulição da guerra e no qual a maior parte deles resolveu abandonar as suas casas porque, como já vimos, foi nessa altura que o conflito se intensificou na região.

Encontrámos vários padrões de deslocação. A maior parte dos inquiridos não chegou a fugir, permanecendo ali na zona, escondendo-se à noite no mato e trabalhando na machamba em alturas calmas. Mas houve também muitos que se deslocaram para o quartel de Machulane, onde beneficiavam da protecção dos soldados da Frelimo; e alguns que decidiram partir para as cidades (Xai-Xai ou Maputo), onde residiam alguns parentes.

Em **Magaiza** nenhum dos inquiridos fugiu para outro local, permanecendo no mato das redondezas. Escondiam-se à noite e quando clareava e sentiam que estava tudo calmo, visitavam as suas machambas. Não pernoitavam muitas vezes no mesmo esconderijo para não deixar marcas de trilhos e evitavam (chegando mesmo a escorraçar) grupos de pessoas com crianças, pois o ruído do seu choro podia atrair o inimigo. O perigo era tão eminente que apenas era tolerado o silêncio absoluto. Ninguém podia tossir. O facto de saberem que existia defesa militar próxima (no quartel de Machulane) a protegê-los, tranquilizava-os um pouco.

O inimigo estava estabelecido num outro local (por exemplo “tinha bases com crianças a serem exploradas” nas palavras de um dos entrevistados) e só aparecia de vez em quando para aterrorizar e roubar. Se uma aldeia era atacada a notícia alastrava (Pois alguém que estava lá vinha a correr avisar, ou

apenas ouviam o tiroteio. O quartel também alertava quando sabia a direcção do inimigo) e todos fugiam. Havia alturas em que podiam permanecer vários dias nas suas casas, até novo ataque.

Receberam o apoio da Cruz Vermelha, que lhes forneceu comida e tiveram a sorte de conseguir sobreviver ilesos a todas as tentativas de ataque. Como no entender destes respondentes a mobilização social é muito segura – pois a voz de comando das estruturas é muito forte – eles sabiam sempre quando a comida era entregue num determinado local e podiam lá dirigir-se. Alguns recordaram episódios em que os bandidos roubavam esses produtos, usavam os civis como carregadores e matavam-nos.

Em **Nhengueni** quase todos ficaram também apenas escondidos no mato. Apenas um dos homens entrevistados mais velho estava em Maputo, pois era militar.

Em **Vamangue**, ao contrário de Magaiza e Nhengueni, quase todas as famílias com quem falámos se refugiaram noutros locais, principalmente no quartel de Machulane ou em Manjakaze, não deixando ninguém para trás. Isso aconteceu em 1983/84. No entanto, mesmo neste caso em que as pessoas procuraram protecção numa outra aldeia, era comum virem com alguma regularidade, na calada a noite, recolher os produtos das suas machambas. Todos viram os seus animais levados pela guerra e quase todos viram as suas casas queimadas. Todos declararam que não receberam apoio de nenhuma organização quando estavam no exílio.

Em **Xikwatu** os principais padrões de deslocação encontrados foram a fuga para Maputo (por diversas razões) e para Machulane.

Em **Mubango** a maior parte dos entrevistados também se deslocou durante a guerra, principalmente para Manjakaze e Xai-Xai e apenas uma minoria permaneceu no mato.

Fazendo um apanhado geral dos padrões de deslocamento encontrados nas várias aldeias visitadas, podemos dizer que em Magaiza e Nhengueni houve uma maior tendência para a permanência nos esconderijos do mato envolvente, enquanto que nas outras aldeias as pessoas recorreram

principalmente à fuga para outras localidades e, quando se proporcionava, mesmo para Maputo. Estas diferenças tenderão a reflectir as distintas condições económicas dos entrevistados, que os terão levado a optar por destinos mais ou menos afastados, consoante os seus interesses em permanecer na zona. Aparentemente, apenas aqueles que tinham algum suporte económico (e recursos que lhes conferiam a capacidade de se deslocar) se arriscavam a fugir para as localidades. Os outros preferiram o mato, para continuarem a supervisionar as suas machambas, que constituíam o seu único sustento.

Um outro factor que podemos apontar terá sido o sentimento de pertença às raízes, que abordaremos em seguida.

3.1 Os matizes do género nos padrões de deslocamento

Apesar de muito tempo negligenciada pela literatura, recentemente vários estudos colocam em evidência a importância do papel das mulheres no decurso da guerra e particularmente enquanto actores activos das migrações.

Apesar de a nossa pesquisa não pretender traçar uma análise das questões de género – nomeadamente da forma como o conflito afectou homens e mulheres de forma diferenciada e os levou a adoptar diferentes estratégias de deslocamento – a verdade é que estas assumem um lugar incontornável de reflexão, ao qual não podemos escapar. Até porque, devido à tradicional emigração masculina para as minas da África do Sul, há muito que nesta zona as mulheres são as principais responsáveis pela subsistência familiar e muitas delas certamente se encontravam sozinhas na altura em que eclodiu a guerra na região.

3.2 As cidades como núcleos de atracção dos deslocados

Nas zonas rurais mais afastadas das fronteiras, muita gente se abrigou nas cidades e vilas. Entre os inquiridos do nosso estudo de caso, como já vimos, aqueles que tinham possibilidade dirigiram-se a Xai-Xai - e também a Maputo, quando aí tinham familiares - por pensarem que aí estariam mais

protegidos e menos vulneráveis aos ataques dos rebeldes e encontrariam mais facilmente meios de subsistência.

Importa aliás referir – já não enquanto ilustração do período de guerra, mas relativamente à actualidade - que durante a aplicação das entrevistas realizadas no nosso estudo de caso, se tornou evidente que a maior parte da população jovem está ausente, pois partiu em busca de melhores oportunidades nas cidades. Os atractivos de Xai-Xai (situada a 210 km de Maputo) consistem no facto de ser a capital provincial e além do mais situada na zona costeira, beneficiando de chuvas mais regulares. Os níveis escolares são aí mais elevados e existem maiores oportunidades de emprego. Os habitantes têm aumentado de forma dramática (43.749 habitantes em 1980 para 99.442 em 1997, segundo os Censos), devido ao crescente investimento no ensino secundário, na indústria e no turismo (Raimundo, 2002).

A transferência de remessas e os laços de família não são geralmente quebrados com a zona de origem durante o exílio e normalmente em Moçambique os migrantes seguem a tendência de, no destino, se juntarem àqueles que eram seus vizinhos na zona de partida (Araújo, 1999⁶⁴ e Knauder, 2000⁶⁵). Ainda hoje as remessas dos familiares que se encontram nas zonas urbanas revestem-se de extrema importância para as populações rurais, até porque esses rendimentos não-agrícolas podem ser aplicados em actividades agrícolas. Nas entrevistas que realizámos, apesar de este aspecto das remessas não ter sido explorado, ficou subentendido que os entrevistados recebem alguns bens dos filhos que se encontram nas cidades – mesmo que não seja dinheiro, pelo menos bens de consumo. O apoio continua. Aliás, é ele que guia a migração.

⁶⁴ ARAÚJO, M. G. M. (1999), “Cidade de Maputo, Espaços Contrastantes: Do Urbano ao Rural”, *Finisterra*, XXXIV, 67-68, pp. 175-190 in RAIMUNDO (2002).

⁶⁵ KNAUDER, S. (2000), *Globalisation, Urban Progress, Urban Problems, Rural Disadvantages – Evidence from Mozambique*, University of Vienna, Ashgate in RAIMUNDO (2002).

3.3 O sentimento de pertença à terra de origem

O facto de muitos habitantes terem preferido permanecer no mato durante a guerra, continuando a cultivar as suas machambas à revelia dos grupos armados, em vez de se deslocarem para um local mais protegido, pode estar também relacionado com o grande sentimento de pertença àquela terra, que os motivou a desenvolver estratégias e a conseguir sobreviver, mesmo perante o declínio da economia rural e as dificuldades extremas (Raimundo, 2002), crendo que não estariam mais seguros em nenhum outro sítio.

Esta atitude é designada por Hammar e Rodgers (2008) como *displacement-in-place*. A verdade é que os indivíduos não abandonaram o local, mas abandonaram as suas casas, refugiando-se nos matos contíguos. Acabaram por se deslocar e a mudar radicalmente os seus modos de vida, apesar de permanecerem no mesmo sítio.

4. O regresso

O sentimento de pertença à terra natal, imbuído de fortes crenças e práticas culturais (como por exemplo o dever de zelar pelos parentes que estão lá enterrados), é também notório no facto de nenhum dos entrevistados em Manjakaze ter ponderado ficar no local onde se refugiou durante a guerra. Todos procuraram regressar o mais depressa possível às suas raízes, assim que foram bafejados pela confirmação real do sonho de paz, como que movidos por um desejo íntimo muito forte de reencontro com o sítio do qual guardavam recordações – já esbatidas – de momentos tranquilos e onde a sua própria identidade se diluía na identidade do território. Aquela terra pertencia-lhes e ao mesmo tempo pertenciam-lhe.

Aqueles cuja estadia no exílio se prolongou durante alguns anos após 1992 explicaram que isso se deveu a constrangimentos vários, que se prenderam com questões logísticas ligadas à reconstrução das suas casas, ao transporte, ou à ausência temporária do apoio dos seus familiares. A vontade de todos era regressar o quanto antes.

Esperávamos encontrar pessoas que teriam ficado deslumbradas com as condições mais vantajosas das cidades – por exemplo para as mulheres, o facto de se poderem envolver em actividades mais diversas e dinâmicas, como a venda na rua – mas isso não aconteceu. Todos os inquiridos declararam peremptoriamente que essa hipótese nunca se colocou, admirados e quase que fazendo troça da pergunta. Mesmo aqueles que foram ocupar a casa dos filhos nas cidades, apesar da insistência dos mesmos para não o fazerem, preferiram regressar e passar a sua velhice na terra onde têm raízes. As pessoas não queriam perder o seu estatuto e identidade e queriam manter as suas ligações. Aparentemente essa ânsia de regresso às origens terá sido determinada quer pelo sentimento de pertença, quer pelos laços familiares, quer pela busca de um meio de sobrevivência estável. As machambas nos locais de exílio eram predominantemente emprestadas e por isso forneciam produtos que não encaravam como seus. Não conseguiram apegar-se a elas. Uma das entrevistadas em Vamangue diz que chegou mesmo a plantar coqueiros no terreno emprestado que lhe foi cedido em Zavala (Inhambane) e que teve que os abandonar quando regressou.

H. J. não sabe a idade que tem, mas aparenta uma idade avançada. Antes da guerra vivia com o marido e quatro filhos. Tinha uma machamba e alguns cabritos e porcos. Vendia algum excedente quando precisava comprar algum extra, como material escolar, roupa, ou material para reparar a capoeira. Agora vive com um neto (o marido e os filhos estão em Maputo) e apenas cria duas galinhas, pois já não tem forças para cuidar de mais animais. Fugiu em 1987 para Maputo. Foi ter com os filhos, que tinham sido transferidos para lá, no âmbito dos seus serviços. Ficou em casa deles e não fazia nenhuma actividade. Eles vendiam cereais. Recorda-se que chegou a haver um período de inscrições para receber apoio do governo, mas ela não se inscreveu, pois os filhos podiam sustentá-la. Durante o exílio apenas tinha notícias da terra através da rádio. Não regressou logo após o Acordo de Paz (apenas voltou em 1995), pois os filhos decidiram que ela deveria permanecer mais uns tempos em Maputo e enquanto não lhe deram o dinheiro do transporte, ela não pôde regressar. Mas a vontade dela era regressar logo. Ainda agora os filhos querem que ela volte a juntar-se a eles, mas ela não cede a essa pressão, prefere ficar em Xikwatu. Acha que é ali que deve estar.

(inquirida nº 50, Xikwatu)

F. H. não sabe ao certo a sua idade. Foi um dos que fugiu directamente para Maputo, para casa da filha. Vivia das vendas dos produtos da machamba da filha. Regressou menos de um ano depois de acabar a guerra. Não gostava de ficar no Maputo porque lá não é vida para ele.

(inquirido nº 54, Xikwatu)

F. M. tem 32 anos. Antes da guerra vivia com os pais e sete irmãos. Tinham uma machamba, três cabritos e oito galinhas. Vendiam alguns animais quando precisavam comprar algum

extra, como material escolar. Em 1988 fogem para Manjakaze. No início ficou em casa de familiares, mas pouco tempo depois o governo cedeu talhões. O seu pai cortava lenha e vendia e também construía casas e recebia dinheiro. Recebeu algum apoio da Cruz Vermelha. Em 1991 foi para Maputo e ficou em casa do irmão. Não gostou da vida da cidade. Considera que a vida é mais fácil no campo. Regressou a Mubango em 1998. Possui uma junta de bois, dois porcos, 20 galinhas e dois cabritos e ainda vende uma parte da produção da machamba.
(inquirido nº 66, Mubango)

Estas pessoas depararam-se com os escombros deixados no rasto da destruição e, para piorar o infortúnio, tratava-se de um ano de seca extrema. Sem meios de subsistência e colocada de parte a hipótese de procurar outro local mais propício para a reconstrução das suas vidas, viram-se entregues à sorte e à caridade variável das organizações que nessa altura se encontravam no terreno para servir a missão de ajuda humanitária.

Em Magaiza disseram-nos que não receberam qualquer apoio do governo no regresso (o que entristece particularmente as viúvas de guerra), nem de nenhuma ONG. Cada um reconstruiu as suas casas pelos seus próprios meios. Em Nhengueni afirmaram ter recebido o apoio da Cruz Vermelha e do governo com alimentos e instrumentos agrícolas, mas quando essas instituições viram que a situação estava estabilizada retiraram-se. Em Vamangue a Cruz Vermelha procedeu a uma distribuição mensal de produtos alimentares (mas nenhuma ferramenta agrícola) durante aproximadamente um ano.

5. O envolvimento dos inquiridos no projecto

Foi apenas em Magaiza e em Nhengueni (as duas localidades mais próximas do empreendimento) que encontrámos pessoas que puderam falar da sua própria experiência no trabalho do empreendimento (para além dos quatro entrevistados que aí trabalham actualmente). Em **Magaiza** falámos com 7 pessoas que já tinham lá trabalhado. Afirmaram que, como estavam com fome foram lá, pois recebiam comida em vez de dinheiro e podiam escolher entre açúcar, arroz, farinha, petróleo, etc. Em **Nhengueni** foram quatro os inquiridos que contaram a sua experiência na primeira pessoa. Todos são unânimes em afirmar que as suas condições de vida melhoraram desde o final do conflito, lamentando o problema persistente da seca. A referência ao problema da falta

de chuva foi aliás comum a todos os contextos, encarado enquanto a única “traição” de que sofrem, agora que já podem circular livremente, sem a confusão do período da guerra e sem medo de serem mortos.

R. M. tem 78 anos. Na altura em que a guerra começou tinha uma machamba familiar, muitos porcos e cabritos. Conseguia vender algum excedente da produção e considera que vivia bem. Disse-nos que fugiu, não por temer a morte em si, mas pelo medo de ser baleada. Actualmente é viúva. Vive com um sobrinho de seis anos. Os filhos estão em Maputo. Só tem um cabrito e um porco. Trabalhou pouco tempo na propriedade pois adoeceu. Afirma que, caso não existisse o empreendimento, teria morrido com os filhos.

(inquirida nº 1, Magaiza)

A. B. tem 77 anos. No passado, antes da guerra, tinha uma machamba e alguns cabritos. Também vendia algum excedente e conseguia sustentar a família. Deixou de trabalhar na propriedade pois já não tem forças. Considera o trabalho muito pesado para a sua idade. Vive com a esposa e um sobrinho com 11 anos. Já não possui animais. Também imagina que, na ausência do empreendimento, teria padecido de fome e recorda o período imediatamente a seguir ao final do conflito, em que muita gente faleceu por não ter o que comer.

(inquirido nº 2, Magaiza)

H. G. tem 71 anos. Nos tempos anteriores à guerra possuía uma machamba apenas para auto-sustento, cuja produção nunca vendia. No entanto possuía muitos animais: quatro currais de bois e dois currais de caprinos. Um dos seus filhos esteve a trabalhar no empreendimento, mas agora está no Maputo. Trabalhava nas minas da África do Sul e costumava enviar remessas de comida para a família. Conta que a partir do momento que o projecto do empreendimento teve início, sabia que a alimentação tinha sido reforçada aqui e que, assim sendo, não tinha que enviar tantos alimentos. Actualmente vive com a esposa e dois filhos e possui uma machamba grande e dois cabritos.

(inquirido nº 11, Magaiza)

C. M. não sabe quantos anos tem, mas aparenta uma idade bastante avançada. Anteriormente ao despoletar do conflito possuía uma machamba e quatro bois. Trabalhou no empreendimento e saiu porque acabou o trabalho. Acha que a sua vida seria cheia de sofrimento caso não existisse o empreendimento. É viúva, vive só e apenas possui dois porcos. Considera o projecto muito importante devido à grande procura de emprego, pois permite que, a qualquer momento, os jovens se consigam encaixar no trabalho. Tem noção que o projecto não poderia dar trabalho a todos os desempregados, mas já é uma grande ajuda.

(inquirida nº 13, Magaiza)

Em Vamangue, Xikwatu e Mubango não encontramos ninguém que tivesse estado directamente ligado ao projecto. Em **Vamangue** as pessoas deixaram transparecer alguma dificuldade em falar sobre a importância do empreendimento, pois declaram não ter sentido qualquer apoio do mesmo na sua zona. Apenas mencionaram a formação sobre plantação de cajueiros de enxertia. Acrescentaram que não foram lá bater à porta, em busca de

oportunidades, pois não têm transporte e então sentem-se afastadas do sítio. Além disso as suas crianças frequentam a escola perto de Vamangue. Em **Mubango** os nossos interlocutores consideram que a continuação do projecto é de grande relevância para a comunidade e gostariam que aumentasse mais para dar oportunidade de trabalho aos mais novos.

F. C. tem 70 anos. Antes da guerra vivia com a sua esposa e os oito filhos. Agora vive apenas com a mulher, pois os filhos estão em Xai-Xai, Maputo e Inhambane. Trabalhou na África do Sul durante dez anos e além disso a família possuía três bois, cabritos, porcos e galinhas, que não precisava vender, tendo em conta o dinheiro proporcionado pelas minas. Em 1988 foi para Maputo, para casa do genro, onde trabalhou na Igreja Católica. Depois em 1991 foi para Xai-Xai e lá permaneceu até ao final da guerra. Ficou no início em casa de outro genro, mas depois construiu a sua própria casa num talhão atribuído pelo governo. Regressou em 1994. Nunca ponderou ficar em Xai-Xai pois afirma que apenas partiu porque estava a sofrer. Em Xai-Xai não lhe sobrava dinheiro. Não dava para sustentar a família. Prefere a machamba. Diz que não trabalhou no empreendimento porque o trabalho que estava a ser feito era muito pesado para a sua idade. Actualmente possui uma machamba para auto-sustento e nenhum animal. Devido à seca não tem havido muita produção.

(inquirido nº 62, Mubango)

I. C. tem 41 anos. Vivia com os sogros e o marido antes do despoletar do conflito. O marido trabalhava nas minas da África do Sul. Em 1988 foi para Chidenguele. Ficou lá dois anos, no início em casa de familiares e depois num terreno cedido pelo pai. Depois foi para Xai-Xai, onde construiu a sua casa num talhão cedido pelo governo. Apenas regressou a Mubango em 2000 pois o marido estava na África do Sul e não havia ninguém para construir a casa. O marido trabalhou no empreendimento três anos e sempre recebeu salário. Esteve lá até falecer. Hoje, viúva, vive com os seis filhos. Tem um porco, um cabrito e quatro galinhas e há pouco tempo vendeu um cabrito para conseguir enviar as crianças para a escola.

(inquirida nº 70, Mubango)

5.1 A perspectiva singular daqueles que ainda trabalham na propriedade

Aqueles que ainda hoje trabalham na propriedade contam-nos na primeira pessoa as suas histórias e as actividades que ainda continuam a desempenhar. Dois deles – Júlio Tovela e Laura Novela - são o testemunho vivo daqueles que acompanharam o projecto desde o início. Marta Timbe só o integrou desde 2005, quando soube da sua existência. Elisa Mondlane tem uma história de vida um pouco diferente. Antes da guerra vivia com quatro irmãos. Foi muito cedo para Maputo trabalhar como dactilógrafa e por isso passou incólume à guerra e nunca se sentiu afectada. Regressou à sua terra Natal, Machulane, em 1999, não por vontade (pois tinha toda a sua vida na cidade,

onde comprava bebidas e vendia nas barraquinhas do museu), mas porque o pai faleceu e ela teve que ir tomar conta da mãe.

Júlio Tovela (81) tem 49 anos. Nasceu e sempre viveu em Magaiza. Antes da guerra vivia com a esposa e quatro filhos. Hoje lá em casa continua a esposa, mas apenas três filhos, mais duas noras e dois netos. Antigamente trabalhava numa machamba em Marrague e em casa também tinha uma pequena machamba, quatro bois, dois cabritos e quatro porcos. A esposa por vezes também trabalhava na machamba de outras pessoas para ganhar algum dinheiro. Em 1983 fogem para Machulane e ficam instalados numa zona de mato, preparada para receber os deslocados. Como não havia trabalho, alimentava-se da cacana e da castanha dos cajueiros sem dono. De vez em quando aventuravam-se mato adentro para tentar perceber o estado da guerra e encontrar notícias da terra. Se ouviam tiros, apenas agarravam as crianças de colo. As restantes corriam em debandada. Sabiam que mais tarde se encontrariam. O governo deu-lhes milho e ervilha durante 3 anos. Regressou em 1992, numa altura em que começou a chover. Até essa altura as pessoas eram abastecidas no hospital. Havia muita fome, mas felizmente as pessoas deste posto administrativo não sofreram muito, pois podiam trocar comida por trabalho no empreendimento. Lembra-se que o Pedro Bule, quando veio, informou um vizinho – o sr. Timbe, que iria fazer um projecto e que precisava de trabalhadores e esse senhor anunciou a notícia aos outros. Esteve envolvido no projecto desde o início, na plantação da banana e da cebola. Depois dedicou-se à parte da drenagem da água.

Laura Novela (82) tem uma história idêntica à do Júlio Tovela. Tem 53 anos e vive em Massazene com os filhos mais novos. Os outros estão casados e vivem com as esposas, não muito longe. Antes da guerra tinha a machamba e dois bois. Cortava cana e vendia na vila. Em 1983 foi para Machulane. Acha que as condições de vida da sua família melhoraram, pois hoje já consegue dormir sossegada em casa e consegue comer o pouco que retira do trabalho. Conta que durante o conflito as pessoas comiam de pé, pois nunca sabiam quando iria surgir o perigo.

Marta Timbe (83) tem 43 anos. É viúva de guerra e vive só. Os filhos estão casados e em Maputo. Foi para Machulane durante a guerra. Soube do projecto em 2005, através de pessoas amigas que tinham ido lá trabalhar. De 1992 a 2005 sustentava-se apenas com a machamba e era muito difícil. Começou por fazer a limpeza do quintal e ficou até agora.

Elisa Mondlane (84) tem 42 anos. Teve conhecimento do empreendimento quando regressou a Machulane vinda de Maputo. A sua mãe tinha ouvido falar dele nos comentários dos vizinhos. Começou a trabalhar na propriedade em 2006. De 1999 a 2006 não fazia nada, apenas tratava da machamba. Trabalhou durante um ano no instituto de Acção Social, mas não recebia ordenado e acabou por desistir. Durante oito meses esteve como funcionária da cantina e depois passou para a limpeza da casa.

6. Alguma desmobilização dos trabalhadores que atingiam um certo nível de subsistência

À fase inicial da euforia, em que todos queriam cooperar, pois todos queriam comer, seguiu-se uma fase de algum esmorecimento, em que a participação começou a ser mais rotativa.

“À medida que as pessoas iam reconstruindo as suas casas, as pessoas saíam e iam fazer as suas machambas e vinham outros. Então começou a ser um processo rotativo. As pessoas vinham, trabalhavam no projecto por exemplo três meses, ou cinco meses, conforme o que precisassem, montavam a base, voltavam para sua casa e faziam a sua machamba. Vinham outros e faziam o mesmo. E foram reassentando.”

Nas entrevistas também descortinámos esta tendência para o abandono do projecto, assim que os indivíduos sentiam que tinham autonomia suficiente para sobreviver (principalmente em Magaiza – que foi onde encontramos mais ex-trabalhadores da propriedade). Ou seja, as pessoas em paralelo mantiveram sempre as suas próprias machambas e chegava a uma altura em que – suprida a fome – estas eram suficientes.

A. M. tem 78 anos. Antigamente possuía uma machamba de arroz, amendoim e milho e vendia parte da produção. Além disso detinha também dez cabeças de bois. Relata que quando trabalhou no empreendimento conseguiu aumentar o espaço de cultivo das suas próprias machambas, que ia mantendo em simultâneo. Conta que assim que atingiu o nível de sustento que desejava, deixou de sentir necessidade de trabalhar no empreendimento e abandonou o trabalho. Actualmente é viúva e vive com três netos. Tem dois porcos e pede emprestado um boi para fazer a lavoura. Assegura que, caso não existisse o empreendimento, teria partido para outro local em busca de comida, pois passou fome.

(inquirida nº 3, Magaiza).

R. V. trabalhou no empreendimento durante 3 meses e largou o trabalho para ir recuperar a sua machamba, quando começaram as chuvas. **I. V.** trabalhou na propriedade durante cinco meses. Saiu quando o trabalho diminuiu e ficou apenas um número reduzido de trabalhadores, que começou a receber salário.

(inquirida nº 20 e inquirido nº 22, Nhengueni)

A. M. tem 42 anos. Antes da guerra vivia com os avós, que possuíam uma machamba e muitos animais. Quando precisava de dinheiro extra, a avó ia culimar a machamba de alguém. Fugiu para Dane (uma outra localidade de Chibonzane) e só partiu para Xai-Xai quando a guerra se intensificou. Em Dane vivia da machamba e o marido era professor. Regressou em 1994 e não ponderou ficar em Xai-Xai pois o local não lhe agradou. Diz que não trabalhou no projecto, porque não podia fazer duas tarefas em simultâneo e então preferiu dedicar-se à sua machamba. Actualmente tem a machamba, um cabrito e cinco galinhas e não vende nada.

(inquirida nº 68, Mubango)

J. M. tem 65 anos. Nasceu em Vamangue e vivia em Marrangue quando começou o conflito, com a esposa e 13 filhos. Actualmente vive com a terceira esposa e seis filhos, quatro netos e uma nora. Dois filhos estão em Maputo, um em Xai-Xai e um na África do Sul. Antes da guerra trabalhava na África do Sul e tinha três machambas grandes. Além disso tinha 52 bois (que foram levados pelos bandidos em 1989), 17 cabritos, 5 porcos, 68 patos e mais ou menos 70 galinhas.

Agora só tem um boi (que teve recentemente um novilho) e apenas vende na época fresca, quando planta hortícolas. De resto só planta cereais e não vende. Por vezes também faz corte de caniço e vende. Em 1982 houve um ataque a Marrague e queimaram a aldeia toda. Refugiou-se nas redondezas e quando a guerra aqueceu, em 1988, foi para Machulane. Ficou numa zona de casas reservadas às missões, que nessa altura foram destinadas aos deslocados. Soube do projecto através das estruturas locais, às quais a notícia tinha sido transmitida pelas estruturas da zona da propriedade, onde o Pedro Bule tinha avisado que queria recuperar a casa dos avós e queria iniciar um projecto e precisava de pessoas para trabalhar. Teve uma cunhada que trabalhou lá quatro ou cinco meses na lavoura em troca de comida. Depois viu que a situação alimentar da sua família estava melhor e resolveu parar por aí. Pensa que as pessoas que têm grandes machambas poderiam ser uma fonte de rendimento e emprego, se houvesse equipamento. Porque há vontade de trabalhar.

(inquirido nº 78, membro do Conselho Consultivo)

Atrevemo-nos a inferir que as pessoas pretendem um local onde sabem que existe trabalho permanente, ao qual elas se possam dirigir periodicamente, em momentos de crise, para aliviarem as dificuldades através de alguns dias de trabalho. Parece que, assim que as necessidades básicas são supridas, as pessoas recolhem à sua machamba, até ao próximo período de seca ou cheias (ou guerra). Convém contudo lembrar que os empreendimentos agrícolas também sofrem com esses fenómenos climáticos e além disso têm trabalho sazonal.

Aqueles que trabalharam em tempos no empreendimento expressaram o desejo de que o projecto continuasse sempre a evoluir para criar sempre novas oportunidades de emprego, mesmo para eles próprios, se algum dia estiverem “enrascados”, poderem voltar. Dizem que o que é preciso é dinheiro (para mandar os filhos para a escola, comprar material e pagar o imposto de reconstrução nacional) e tanto as empresas privadas como o governo deveriam criar oportunidades. Notou-se de forma transversal esta vontade de ter ali uma âncora sempre presente, a que poderiam recorrer nos momentos de aperto.

Trata-se uma questão estrutural, pois aparentemente as pessoas não têm perspectiva económica futura, não pretendem ir aumentando sempre mais o seu rendimento, contentando-se com o auto-sustento. Ora uma sociedade apenas agrícola e vulnerável às mudanças climáticas terá um caminho tortuoso rumo ao desenvolvimento das condições de vida das suas populações.

7. O papel actual do empreendimento e os planos futuros – a gambiarra que ilumina o caminho

7.1 O momento presente

Apesar do âmagô do nosso estudo se focar no momento imediatamente ao pós-guerra, quando o projecto conseguiu mitigar a fome e ajudou no processo de reassentamento das populações oriundas das imediações, torna-se incontornável referirmos o papel que ainda detém actualmente, o qual se apresenta reflectido nos anseios da população, de que se mantenha e evolua. E por isso é também impossível fugir à menção das perspectivas de futuro, por parte do empreendedor, para aguçar a nossa curiosidade quanto aos desenvolvimentos dos próximos capítulos. Falaremos disso no próximo ponto.

O empreendedor dedica-se agora ao aluguer do tractor. “[as pessoas] pagam um ‘x’ e podem usá-lo nas suas áreas de cultivo. Este é um elemento novo. Há muita gente que nunca tinha visto um tractor a cultivar. Não tinham noção! Então foram assistir. Então viram que o que eles fazem com a mão ou com os bois durante uma semana, o tractor faz num dia”.

A perspectiva daqueles que trabalham actualmente na propriedade dá conta da importância que o desempenho daquele trabalho tem nas suas vidas:

Júlio Tovela sente que a sua vida está a melhorar. Para resolver o problema do desemprego jovem, Tovela defende a criação de empresas, a construção de hospitais e escolas. Na sua opinião os jovens estão a perder-se, pois uma das coisas que cria desemprego é o facto de não existirem escolas secundárias. Os jovens quando terminam o 7º ano já atingiram a escolaridade dos pais e não evoluem, mesmo em termos de ambição. Imagina que, se não existisse o projecto, a sua vida seria muito pesada, pois não está habituado a roubar. No empreendimento esforça-se para trabalhar e sustentar a vida. Hoje em dia tem duas cabeças de boi que comprou com o dinheiro que ganhou na propriedade, mais dois cabritos. Vende alguma produção sempre que surge algum problema. Ficarà satisfeito se o projecto evoluir, pois talvez venham outros projectos que precisem de mão-de-obra qualificada. Ele não estudou muito mas sente-se um dos fundadores desta empresa e quer continuar!

Laura Novela, à pergunta “Como seria a sua vida caso não existisse o projecto?” responde prontamente: “Coitada de mim! Nem sabão para ficar limpa haveria de ter! Quantos grupos já passaram por aqui! E eu cá estou desde o início!”.

Marta Timbe diz que desde que lá está que se consegue sustentar. No caso de não existir o projecto, imagina que a única solução seria talvez pedir emprego ao governo ou instalarem qualquer serviço público para poderem trabalhar. Considera que o projecto deveria evoluir, pois é uma forma de eles manterem a vida que têm e quem sabe outras pessoas empregarem-se.

Elisa Mondlane considera que uma das medidas para resolver o desemprego jovem, consistiria em espalhar vários empresários pela zona. Diz que as pessoas choram porque querem trabalhar e não há emprego. Para ela é muito importante a existência do empreendimento, pois consegue levar as crianças ao hospital e à escola e comprar-lhes roupa. Por vezes ficam muito tempo sem chuva e não conseguem tirar nada da machamba. Têm que comprar tudo nas lojas. Se não fosse o salário, passaria fome.

7.2 Prognósticos de um sonho

O empreendedor atribui uma importância primordial à componente da educação e um dos seus projectos passa pela construção de uma escola na zona. Mas uma escola que consiga rentabilizar as competências locais e gerar emprego. *“Preciso de fazer uma escola virada para o ensino primário e também para o aproveitamento do potencial local (...) o que é importante é que as pessoas tenham uma cultura básica para poder ler e escrever, tenham algumas noções gerais do ensino secundário, mas orientado para o campo profissional. Não é para formar doutores, mas sim pessoas que saibam o que fazer com o caju, a mafurra e ou outros produtos locais. Eu penso que desta forma a gente pode começar a gerar emprego.*

Uma das formas de financiamento da actividade futuras será a venda dos cajueiros ao governo. *“Já somos os maiores produtores do cajueiro na província neste momento em termos de sector privado. Temos uma produção de duzentas mil plantas por ano e vamos ampliar no próximo ano para quatrocentas mil. Porque já há um programa de fomento e há um mercado de compra de mudas. A partir deste ano o governo começou a fazer compras ao sector privado. Até aqui o governo é que produzia directamente o cajueiro”.*

Uma outra forma de financiamento passa pela aquisição de uma descascadora de arroz, que poderá ser usada pela população, em troca de contrapartidas. *“A população vai fazer o seu arroz e há-de vir descascar na minha descascadeira. E vão pagar a descascadeira com arroz. Se ele [um agricultor] trazer uma tonelada de arroz com casca, significa que eu fico com 200 quilos”.*

A concretização deste projecto da descascadora está, também ela, dependente da chegada da electricidade, prometida há mais de 3 anos. Na sua

ausência, a alternativa seria ligar a máquina à noite, quando os geradores estão a funcionar. Mas devido à preocupação constante com a preservação das especificidades locais e com os efeitos sociais advindos da introdução de inovações, essa hipótese fica descartada. *“Isso pode criar uma certa perturbação nas famílias, porque as mulheres e as filhas tinham que sair à noite para ir descascar o arroz. Não posso. No campo é preciso ter muito cuidado. Quando a gente quer fazer uma coisa, nós temos que pensar, não só nessa actividade directa, mas em todos os efeitos colaterais dessa actividade”*.

Os restantes planos de ampliação da capacidade produtiva do empreendimento, todos se prendem com a chegada da electricidade à zona. A energia eléctrica será efectivamente o grande motor de crescimento da propriedade. O principal objectivo é a canalização da electricidade para a criação de unidades industriais. *“Eu faço as fábricas dos concentrados, dos sumos e também do descasque da castanha. À medida que a fábrica for avançando, ao invés de se ampliar a fábrica e termos custos de ampliação, o que vamos fazer é potenciar as famílias para assarem a castanha nas suas casas e partirem-na e trazerem partida”*.

Para alimentar as fábricas, prevê-se a ampliação do plantio do caju e do ananás, as principais matérias-primas da propriedade. *“O projecto é essencialmente 100 mil pés de cajueiros e dois milhões de pés de ananás para fazermos os sumos. O total da propriedade é de 400 hectares. Neste momento estamos a utilizar 125”*.

Conclusões

Ao longo destas páginas discorremos sobre deslocados e reassentamento, desde uma perspectiva mais geral até ao exemplo local específico de um empreendimento privado agrícola do Sul de Moçambique, através do qual pudemos reflectir sobre as dinâmicas e estruturas globais das migrações.

Dedicámo-nos ao estudo da fase concreta do reassentamento após uma deslocação forçada, não por considerarmos que a análise desta fase seja mais interessante do que a da própria deslocação. Assim decidimos porque, numa altura em que cada vez mais pessoas são obrigadas a abandonar as suas casas devido a factores económicos, instabilidade política, social ou climática, consideramos que o seu regresso às regiões de origem constitui um passo fundamental para recuperarem a sua história e dignidade e, por consequência, começarem a construir o desenvolvimento local. Adicionalmente, intrigava-nos o facto de a maior parte dos deslocados e refugiados moçambicanos terem preferido o auto-repatriamento e o regresso autónomo às suas zonas de origem, de forma paralela aos programas formais, quando na altura era implementada no país uma das maiores operações de ajuda humanitária em África, coordenada pelo ACNUR.

Num contexto de fuga causada por uma guerra, como foi o caso dos actores da nossa história, o momento de regresso é um momento de confirmação da segurança e também de esperança no futuro. É por isso importante perceber de que meios dispuseram para fazer face aos escombros do conflito e lutar por melhores condições de vida. A novidade desta nossa análise prende-se com a tentativa de perceber como uma iniciativa privada teve sucesso num processo de reassentamento, comparativamente aos esquemas formais internacionais. Isto porque são poucos os casos documentados sobre a actuação dos sectores privados neste tipo de experiências. Com esse intuito, empreendemos o esforço de desenhar as ondas de aproximação ou afastamento, entre a experiência agrícola aqui ilustrada e os programas formais de

reassentamento levados a cabo pelas organizações internacionais na resposta às crises humanitárias.

Mais do que tirar conclusões definitivas, impõe-se nesta parte final do trabalho reflectir sobre os dados que fomos expondo, tendo em conta as nossas curiosidades iniciais. Sabendo que a satisfação nunca é plena, congratulamo-nos por apresentar o resultado de uma investigação que se esforçou por ultrapassar da melhor forma os constrangimentos metodológicos e espaço-temporais impostos, encarando-os enquanto estímulos, num caminho por vezes sinuoso, mas que atingiu um desfecho gratificante.

Agrada-nos o facto de podermos ter a oportunidade de apresentar uma perspectiva empírica, que traz a lume o diálogo directo com os protagonistas e torna a pesquisa mais rica. Através dos seus discursos conseguimos perscrutar a sua integração social e o seu bem-estar económico, as duas principais dimensões de análise dos nossos instrumentos de pesquisa.

Sabemos que a maioria dos indivíduos mais afectados pela guerra eram oriundos de zonas rurais muito pobres, os quais se depararam com a seca extrema e a fome no ano do Acordo de Paz (1992), aquando do seu regresso. Foi esse o cenário encontrado na província de Gaza e concretamente em Manjakaze, o distrito onde se situa o empreendimento agrícola aqui estudado. Em Chibonzane, o Posto Administrativo onde realizámos o levantamento dos depoimentos de habitantes de várias aldeias, percebemos que as pessoas adoptaram diversas estratégias de fuga e deslocação consoante os seus recursos materiais e sociais.

O apoio do ACNUR ficou demasiadamente limitado à melhoria de estradas, instalações de saúde e educação, distribuição de sementes e utensílios, esquecendo a componente da capacitação dos indivíduos, isto é, a garantia de que estes teriam autonomia para desenvolver meios de subsistência e condições de estabilidade a longo prazo, que se mantivessem depois do dispositivo de emergência ter partido. Esta e outras críticas apontadas à actuação das organizações humanitárias aguçaram a nossa curiosidade na busca de uma explicação para o sucesso do empreendimento de Chibonzane. Será que

conseguiu superar todas as lacunas apontadas na literatura? Através de que meios? Com que mecanismos inovadores? Quais as sua particularidades?

A propriedade agrícola aqui analisada foi construída com capital privado e partiu de motivações iniciais de natureza familiar, não económica. A responsabilidade social de fundo sobrepunha-se então à procura de lucro e foi ela que traçou o caminho a seguir. Se assim não fosse, o empreendedor poderia ter implementado o projecto com recurso a máquinas e mão-de-obra assalariada. Todo o processo de execução e retorno do investimento teriam sido mais rápidos, mas muito provavelmente a reintegração das populações não teria sido tão sólida. Houve também um grande investimento devido à desresponsabilização por parte do poder político. Todo o processo de introdução de uma nova unidade produtiva, num cenário caótico, marcado pela devastação da guerra e por um ano de seca intensa foi, lamentavelmente, desenvolvido na ausência de qualquer apoio público e, portanto, prejudicado pela falta das infra-estruturas mais básicas. O projecto teve que se antecipar ao Estado na construção das estradas e do sistema de irrigação, continuando ainda hoje a pressionar o governo para a instalação da electricidade, prometida há vários anos.

Um dos aspectos que contribuiu para o sucesso do empreendimento agrícola em Chibonzane foi o facto de ter sido dada a oportunidade de trabalho e também em alguns casos, a disponibilização de algumas parcelas de terra às famílias. Considerando aquilo que aprendemos com as experiências relatadas na literatura, sabemos que o acesso a terra cultivável é um dos principais factores de sucesso nas estratégias de reintegração de deslocados. A combinação do fornecimento de terra com oportunidades de emprego foi aqui determinante, num contexto em que os direitos de propriedade constituíam fonte de tensão, colocando frente a frente pequenos proprietários e interesses privados comerciais, competindo pelos mesmos mercados, transportes e infra-estruturas.

Uma outra novidade avançada por esta pesquisa é o facto de apresentar um programa de comida por trabalho desenvolvido pelo sector privado. Na

óptica do empreendedor não fazia sentido pagar em dinheiro, pois não havia nenhuma estrutura comercial, não havia nada à venda para as pessoas comprarem. Foi uma estratégia de reintegração a longo prazo, através, inicialmente, da segurança alimentar - num contexto de ausência de outras fontes de salário, estradas ou mercados - aliada à componente do trabalho braçal, em detrimento da utilização de maquinaria, a qual teria sido muito mais viável mas impeditiva de uma verdadeira reinserção. Quando as pessoas supriram a fome e começaram a solicitar outros bens para além da comida, foi introduzido o salário e aberta a cantina, onde os trabalhadores tinham algum crédito. As segundas gerações começaram a solicitar artigos consonantes com os modos de vida urbanos, evidenciando a afluência de pessoas vindas das cidades e atestando o poder atractivo do empreendimento.

O projecto da propriedade privada que nos dispusemos estudar possui, além disso, um outro aspecto merecedor de atenção, devido à sua capacidade inovadora. Enquanto que, como já vimos, por parte das Nações Unidas assistimos muitas vezes à compartimentação dos objectivos mediante as várias agências, cada uma com a sua área de especialidade e experiência - em que umas (ex. ACNUR) se dedicam à fase da emergência e outras (ex. UNDP) à fase posterior de estabilização das condições de vida e o fomento da capacitação local, este projecto conseguiu preparar aquela zona em que se situa para receber o influxo populacional e foi eficaz em aliar, num *continuum*, a fase da “emergência” à fase do “desenvolvimento”, adaptando-se gradualmente à evolução do cenário e dando resposta às necessidades, mutáveis ao longo do tempo.

Na prática, foi adoptado, mesmo que inconscientemente, o novo paradigma do desenvolvimento, que assenta na garantia de condições condignas, direitos humanos e liberdades individuais para os migrantes. E isso fica patente na integração, ao longo de todo o processo de implementação do projecto, de indicadores dos hábitos e da cultura local e dos aspectos sociais intrínsecos ao regresso de populações sobreviventes a um conflito, sem violentar as normas existentes. Os empreendedores do projecto esforçaram-se

por promover a reactivação das redes associativas e do capital social da comunidade, convictos na premissa de que são as estruturas sociais que servem de alicerces à viabilidade económica.

Existiu, ademais, a preocupação por conhecer as necessidades reais dos beneficiários e o incentivo para que estes participassem e se envolvessem desde o início no projecto, na tentativa de que se apropriassem também dele, através da promoção de uma relação de confiança e de uma comunicação transparente. Podemos por conseguinte dizer que foi aplicada a abordagem *bottom-up*, visto que se procurou compreender os determinantes sociais locais do reassentamento, por contraponto às operações de emergência formais, que costumam ser guiadas por soluções *top-down* que pouco ou nada têm em conta a opinião dos próprios deslocados. Acabaram por ser seguidas as orientações dos Guiding Principles (1998) e do Modelo Teórico de Cernea (2000) *impoverishment risks and reconstruction model for resettling displaced populations*, o qual preconizava que a reconstrução dos modos de vida deve assentar: 1) no acesso a terras cultiváveis e a trabalho gerador de rendimento (sobretudo nas situações em que nenhum dos dois por si só consegue assegurar o uso pleno dos recursos laborais das famílias); e 2) na consulta e participação activa dos indivíduos potencialmente afectados, sublinhando a faceta instrumental da informação e comunicação entre planificadores e deslocados. Tal como os processos bem sucedidos e documentados de reassentamento, também aqui foi criado um *pull-factor* que serviu como factor de atracção dos deslocados.

Todos os ex-trabalhadores e os actuais são unânimes em afirmar que as suas condições de vida melhoraram durante o período temporal em análise. Alguns afirmam mesmo que teriam morrido caso não existisse o empreendimento e lembram a quantidade de pessoas que faleceram devido à fome. Aqueles que trabalhavam nas minas da África do Sul recordam a diminuição do volume das remessas que enviavam para os seus familiares, a partir do momento da instalação do projecto. Aqueles que ainda lá trabalham regozijam-se por possuir alguns animais, conseguirem levar os familiares ao

hospital, proporcionarem a frequência escolar e o vestuário às crianças e comprar alguns produtos no mercado, quando a falta de chuva ameaça as suas machambas. Este empreendimento conseguiu funcionar numa dupla frente, quer em termos de pólo de atracção de comunidades que regressavam às suas raízes e se deparavam com um vazio em termos de meios de subsistência, quer em termos de factor de estabilização económica das famílias que ali encontraram um trampolim para uma dedicação segura às suas próprias machambas e para a melhoria das suas estratégias de sobrevivência.

Atrevemo-nos, portanto, a concluir que se tratou de um caso de sucesso. E quisemos fazer sobressair nesta parte final precisamente os aspectos merecedores de elogio. Não é nossa intenção apresentar este empreendimento como um exemplo perfeito ou com potencial para ser replicado em situações semelhantes. Consideramos todavia, que possui características peculiares que deveriam ser alvo de atenção por parte dos planificadores de operações de reassentamento. Através de uma abordagem audaciosa, este projecto conseguiu levar alguma esperança àquela zona de Manjakaze e não defraudou as expectativas daqueles que a ele recorreram. Reconhecemos contudo que se trata de uma iniciativa de pequena escala, que nunca poderia ter a pretensão de resolver sozinha a situação de pobreza que grassa na zona. Muitos mais projectos como este seriam necessários para colmatar todas as lacunas existentes.

Foi, aliás, notório o desejo – expresso pelos inquiridos - de que pudessem existir várias fonte de trabalho permanente, onde se pudessem dirigir periodicamente, em períodos de crise, como bóias de salvamento a que se pudessem agarrar em momentos de sufoco. A imagem desse cenário idealizado é todavia turvada pela inexistência de estradas apropriadas e transportes, a qual desmoraliza a vontade de procurar trabalho num local um pouco distante e efectuar longas caminhadas diariamente. A melhoria das estradas é por conseguinte um objectivo premente, quando já tínhamos constatado que níveis de pobreza acentuados estão intimamente relacionados com vias de circulação deficientes.

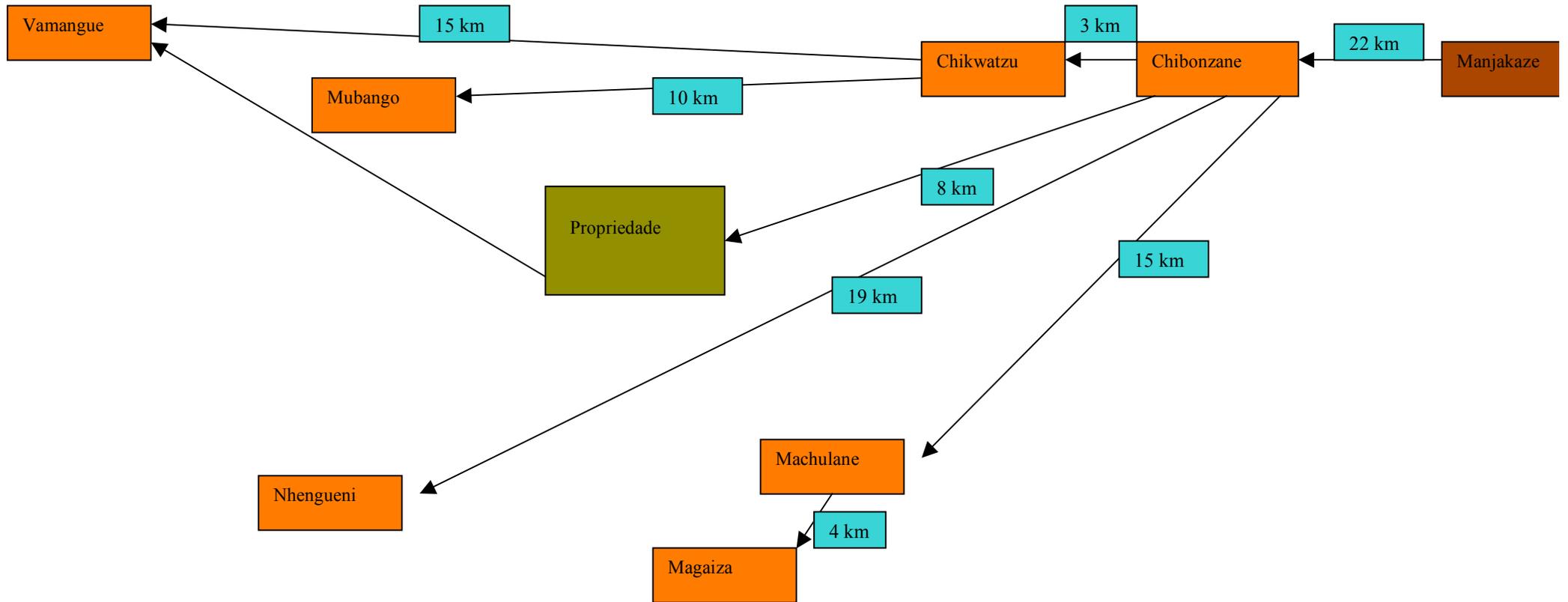
A ausência da população jovem, que migra para as zonas urbanas em busca de melhores condições de vida, é também ela reveladora da necessidade de projectos como este para criar oportunidades de emprego locais e estancar o êxodo rural-urbano e os consequentes problemas que este gera nas cidades. Terá sido esse, aliás, o objectivo do Governo quando, na Lei 19/97, preservou a terra nas mãos de quem nela vive e trabalha.

Nestas linhas finais apercebemo-nos que, apesar de muito ter sido dito, também muito ficou por responder. Durante o nosso périplo de investigação deparámo-nos com inúmeros elementos temáticos que vieram interceptar o nosso trilho de pensamento, mas aos quais não pudemos conceder a atenção devida, para não nos afastarmos demasiado do enfoque central da nossa linha de raciocínio. São pistas que vão sendo referidas ao longo dos textos e aqui ficam novamente lembradas, enquanto linhas soltas do novelo da investigação académica. A comparação com a situação dos refugiados é uma delas. Será que as situações de repatriamento podem ser comparáveis às do reassentamento de deslocados internos? Teria o empreendimento agrícola de Chibonzane tido sucesso numa situação de regresso de refugiados? Percebemos também, por exemplo, que a variável género é incontornável às pesquisas sobre migrações e reconhecemos a necessidade da sua introdução nas pesquisas sobre o reassentamento. Será que homens e mulheres encaram o regresso da mesma forma? Ou têm que desenvolver estratégias diferenciadas? E que outros moldes poderão assumir os programas de comida por trabalho para se tornarem sustentáveis?

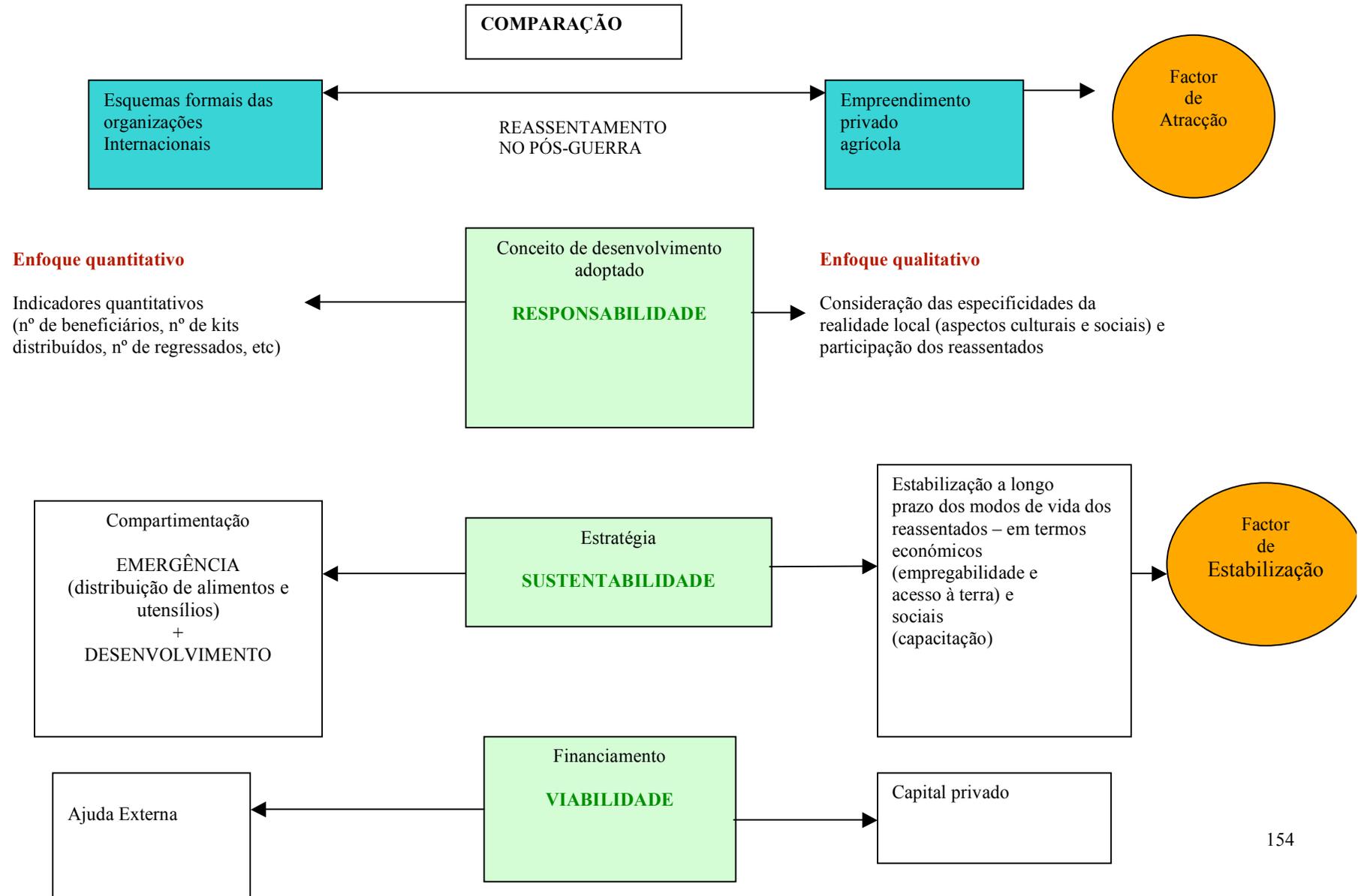
Terminamos com alguma angústia e emoção por estarmos a chegar ao fim, mas sobretudo ansiosos por conhecer os desenvolvimentos dos planos futuros do empreendimento, com a chegada da electricidade. Como irão reagir as populações locais ao processo de agro-industrialização e ao estabelecimento de um pólo de trabalho contínuo e aliciante para os jovens que tanto reclamavam? Findemos então com estas novas questões, sinal de que a investigação pode sempre encontrar diferentes e interessantes caminhos para percorrer.

ANEXOS

Anexo 1 – Localização da propriedade e dispersão das aldeias



Anexo 2 – Modelo de Análise



Anexo 3 – Guião das entrevistas original

1. De onde é? Onde nasceu? Onde vivia quando fugiu?
2. Vive com quem? (Pais, irmãos, filhos, etc./agregado directo)
3. Que idade tem? Que idade tinha quando teve que fugir daqui? Em que ano fugiu?
4. Como era a sua vida nessa altura? O que fazia? De que vivia a sua família? (actividade) E que bens possuíam (terra)? Os seus filhos iam à escola?
5. Qual o acontecimento que o fez tomar a decisão de partir?
6. Toda a sua família fugiu consigo ou ficou alguém para trás?
7. Para onde fugiu? Como foi o seu percurso de fuga? Já conhecia esses locais?
8. O que fazia nos vários locais por onde passou? Como se chamavam esses locais (nome das aldeias)? Como ganhava dinheiro para sobreviver? Teve ajuda de quem (populações locais/organizações)?
9. Quanto tempo ao todo passou deslocado(a)?
10. Quando a guerra acabou pensou logo em regressar para aqui? Porquê?
11. Pensou alguma vez regressar antes do final da guerra?
12. Chegou a ponderar ficar na região para onde tinha fugido? Porquê?
13. Qual foi o principal motivo que o/a trouxe de volta?
14. Teve o apoio de alguma organização durante o regresso?
15. Já sabia da construção deste empreendimento? Como recebeu/soube essa notícia? Tinha informantes que lhe transmitiam notícias sobre a situação em Chibondzane?
16. Quem? Como circulava essa informação? Também pelos meios de comunicação?

17. Quando regressou começou logo a trabalhar aqui? A fazer o quê? E porque deixou de trabalhar?
18. Tinha uma casa? Onde ficou instalado(a)?
19. As condições de vida da sua família melhoraram desde essa altura?
20. Está satisfeito por trabalhar aqui?
21. Como acha que seria a sua vida agora, caso não existisse este empreendimento?
22. Que bens possui actualmente?
23. Houve melhorias sociais (saúde/educação) desde que regressou?
24. Acha que o empreendimento teve alguma responsabilidade nisso?
25. Que importância (em quê?) teve o empreendimento para a sua vida e para a comunidade? Na altura ? E actualmente?
26. Acha importante que o empreendimento se desenvolva com mais actividades? Porquê?

Em Magaiza, apercebi-me de que não fazia sentido colocar certas questões como “Quanto tempo ficou deslocado?” ou “Ponderou ficar no outro local?” ou “Pensou logo em regressar?”. Estas populações regressariam com certeza no final da guerra. Não voltaram por causa do empreendimento. No entanto atestam a sua importância, pois afirmam que se não fosse o projecto teriam morrido à fome.

Todos declaravam ter machamba, mas perguntava se era uma machamba apenas dedicada ao sustento familiar ou se produziam/produzem para vender, adicionando a curiosidade sobre “O que compravam com esse dinheiro que ganhavam/ganham com a venda dos produtos da machamba?”, para captar a componente do consumo.

Decidi acrescentar a questão “Vivia com quem antes da guerra?” pois só estava a fazer a pergunta no presente e assim perdia a informação sobre a existência de filhos que entretanto saíram de casa. Muitas pessoas não sabem a própria idade. Uma forma de ajudar a apurar é perguntar a idade dos filhos, que muitos também desconhecem. Uma forma de perceber melhor o património da família foi perguntar o número concreto de animais que tinha antes da guerra e posteriormente repetir a questão, mas desta vez relativa ao momento actual.

Decidi além disso acrescentar a questão “Para além dos bens alimentares (açúcar, arroz, farinha) ou petróleo, chegou a receber dinheiro pelo trabalho no projecto?” para perceber a *décalage* temporal entre aqueles que apenas receberam alimento e aqueles que já auferiram um salário (o que só começou a acontecer alguns anos depois do início do empreendimento).

Em Nhengueni, ao contrário de Magaiza, já encontrámos uma população mais heterogénea, quer em termos de idade, quer em termos de experiência de deslocação e exílio, pois aqui as pessoas não permaneceram apenas escondidas no mato e já se dirigiram para localidades.

Quase nunca coloquei a questão “Qual o acontecimento que o fez tomar a decisão de partir?” pois não se revelou muito interessante. As pessoas fugiram quando sentiram que a sua segurança estava ameaçada e isso não implica necessariamente um acontecimento particular. Não dão mais explicações. Não coloquei a questão dos meios de comunicação (rádio) pois informaram-me que aqui não existe nem nunca existiu uma rádio comunitária.

A questão “Chegou a receber salário?” – colocada àqueles que disseram ter trabalhado no projecto - demonstrou que só aqueles que permaneceram no empreendimento enquanto trabalhadores permanentes e duradouros é que começaram a receber dinheiro. Todos os outros recebiam produtos. Alguns foram lá apenas alguns dias, quando sentiam necessidade.

Apercebi-me que tenho que insistir mais – no caso daqueles que se deslocaram para outros locais – no aspecto da recepção de notícias sobre a sua área de residência e tenho que tentar perceber também se, aqueles que regressaram um pouco depois de 1992, já tinham conhecimento do projecto.

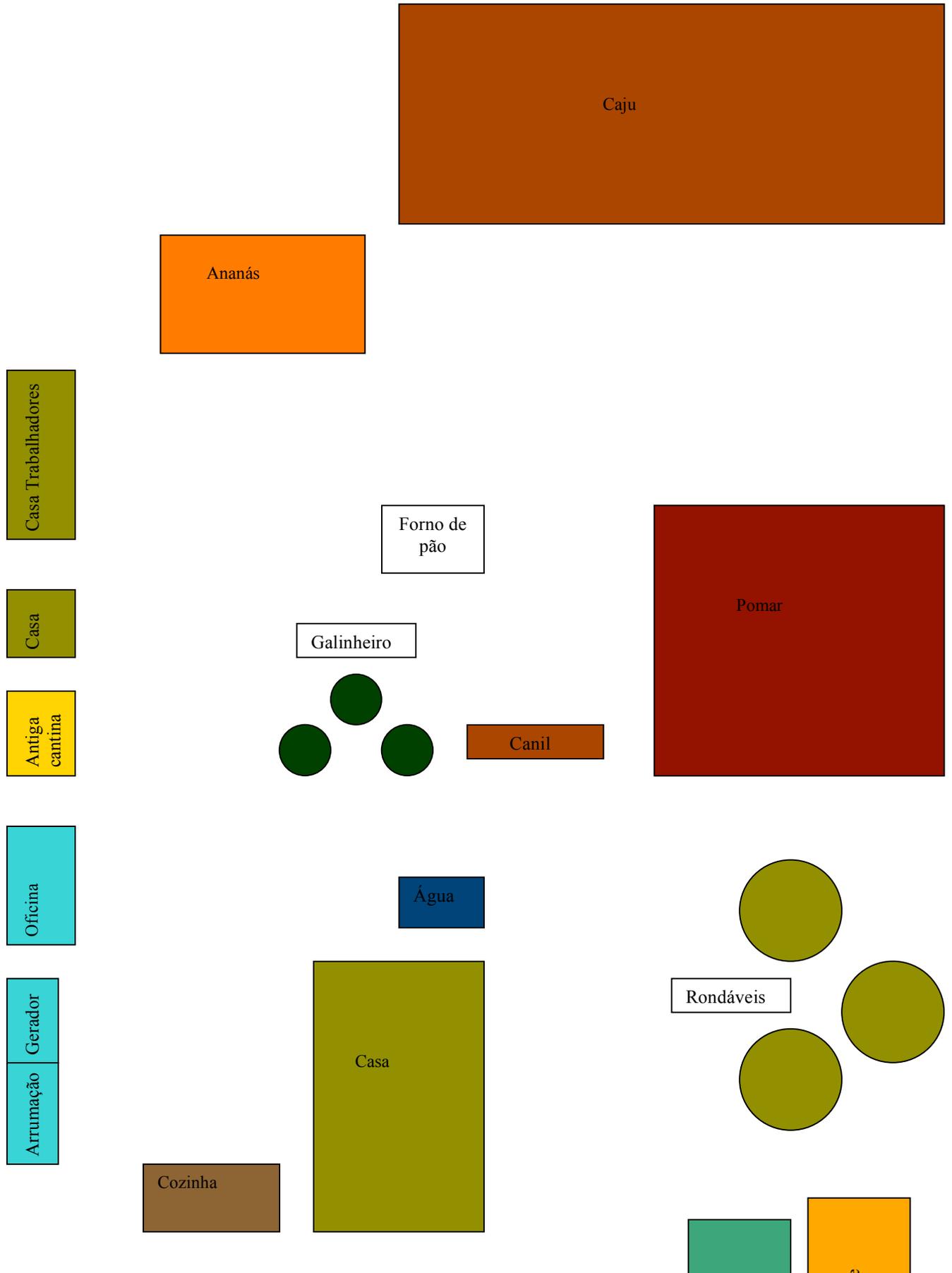
Em Vamangue os grupos foram muito demorados pois tinham experiências de vida muito diversas. Havia muitas histórias para contar. Uns fugiram para longe, outros fugiram para perto – na sua maioria para a vila de Manjakaze – e alguns ficaram no mato. Pela primeira vez se falou em aldeamentos construídos pelo governo para os deslocados. E pela primeira vez havia militares no grupo, os quais estavam na tropa na altura da guerra. No entanto não encontrei ninguém que tivesse trabalhado no projecto.

Acrescentei a questão provocatória “Se abrisse um projecto semelhante, onde o trabalho fosse garantido, mas num distrito um pouco distante, ponderavam ir viver para lá?” pois queria perceber o poder deste empreendimento (ou de um do mesmo género – até dei o exemplo de uma fábrica de arroz) na mobilização das pessoas. Mas sei que aqui as pessoas criam raízes fortes com a sua terra. E não estão dispostas a abdicar das suas machambas, mesmo que lhes ofereçam um salário estável. Apenas se lhes proporcionarem alojamento durante a semana.

Retirei a pergunta “Pensou alguma vez regressar antes do final da guerra?” porque esta foi uma zona muito atingida. Todos eles terão regressado logo que se tenham sentido seguros. Aqueles que não regressaram logo em 92/93 é que pergunto “Porquê?”. Retirei “Qual o principal motivo que o trouxe de volta?” pois perdeu o sentido.

Em Xikwatu e Mibango, o guião já estava estabilizado e a partir daí não procedi a mais nenhuma alteração.

Anexo 4 – Esquema da propriedade



Anexo 5 – A evolução do sector do caju e o seu reflexo em Manjakaze

Destacamos aqui o caju, por ser uma das principais matérias-primas produzida e exportada por Moçambique e, especialmente, por constituir um dos principais produtos produzidos no empreendimento agrícola que é analisado no nosso estudo de caso.

A importância do cajueiro pode ser entendida pelo facto de o PARPA ter tido como uma das estratégias para a redução da pobreza absoluta, a reabilitação do sector do caju visando atingir uma produção de 100.000 toneladas em 2005 (GOM, 2001⁶⁶).

Na década de 30 do século XX, quando o mercado interno indiano deixou de conseguir assegurar o necessário abastecimento de matéria-prima, para aquela que era a indústria detentora do monopólio de processamento e comercialização, a Índia começou a procurá-la noutras paragens, iniciando-se assim as importações de Moçambique. Esta nova procura levou a uma alteração profunda da posição do cajueiro na economia moçambicana, o qual tinha uma importância comercial marginal até então. O governo da colónia passou a incentivar abertamente a produção desta espécie, conseguindo envolver os régulos de algumas zonas na sua protecção e promoção, em troca de algumas compensações directas (Ribeiro, 2004).

Ciente de que a exportação da castanha *in natura* resultava desvantajoso, comparativamente ao seu processamento em territórios nacional e posterior colocação no mercado internacional, o poder político desencadeou apelos em prol do desenvolvimento industrial, concedendo nos anos 50 avultadas somas de dinheiro a investidores locais para produzirem equipamentos de descasque mecânico eficientes. Contudo, não obtiveram qualquer sucesso. Estas acções entravam em colisão com os interesses dos

⁶⁶ GOM (2001) *Plano de Acção para a redução da pobreza absoluta, 2001-2005*, Maputo, Moçambique in ARTUR (2005).

processadores indianos. Nessa década os europeus disputavam já a hegemonia comercial aos indianos. (Ribeiro, 2004).

A viragem decisiva deu-se em 1950, com a criação da sociedade anónima Caju Industrial de Moçambique. Esta fábrica foi a primeira unidade industrial a conseguir trabalhar sem interrupções ou falências em Moçambique, conseguindo até consolidar-se e expandir-se. Um pouco depois surgiu uma nova sociedade anónima e até inícios da década seguinte estas eram as duas únicas fábricas em funcionamento e revelar-se-iam basilares para a consolidação inicial deste sector industrial, apesar do volume diminuto de castanha processada. A expansão industrial dar-se-ia em meados da década de 60, em boa medida impulsionada pela entrada do grande capital nacional (Grupo CUF) e internacional (Anglo-American, sediada na África do Sul). Nesta década a fábrica de caju constituiu-se como a âncora de dinamização do comércio e da circulação de moeda e das trocas monetárias.

A partir de 1967, as novas fábricas foram consolidando as suas actividades produtivas, atingindo na entrada da década de 70 valores de produção quase dez vezes superiores aos registados no início da década anterior. Em 1971/72 registou-se a maior produção de sempre - 215.000 toneladas (INCAJU, 2007). Mais significativo ainda, é o peso relativo dos trabalhadores deste sector que em 1970 representava 37,1% da força de trabalho afectada às indústrias de exportação e 17,6% do total da força de trabalho (Ribeiro, 2004).

Com a independência partiram os portugueses, deixando as empresas a braços com a falta de técnicos, em especial dos sectores da produção e da gestão, levando a que, muitas vezes, a produção se reduzisse a quase metade. Em Novembro de 1975, o Estado assumiu o monopólio da exportação de caju, delegando o seu controlo no Fundo de Comercialização dos Serviços do Comércio. Em 1979 foi criada a Empresa Nacional de Caju, também designada por Caju de Moçambique (CM), que se tornaria a principal e mais importante empresa estatal de Moçambique, sendo principalmente consolidada na década de 80.

Conscientes da importância estratégica do caju e do papel insubstituível que a CM desempenhava na obtenção de divisas, essencial para assegurar o esforço de guerra de Moçambique na luta contra a Renamo, a elite dirigente fomentou a actividade das fábricas da empresa. Em 1982/83 foi a produção mais baixa de sempre (18.000 toneladas), devido ao envelhecimento do parque cajuícola e à prevalência de pragas e doenças (INCAJU, 2007).

Mediante a estratégia de liberalização da economia moçambicana, o BM avançou em meados da década de 90 para o sector do caju. Nesta óptica, seria necessário retirar ao sector a “protecção” da intervenção reguladora do aparelho estatal, a que estava sujeito desde os anos 50. E para além das fábricas, havia que liberalizar toda a cadeia comercial. Rompendo com uma estratégia que se mantinha inalterada desde os anos 50, passa-se a privilegiar os comerciantes exportadores em detrimento da indústria, o que iria conduzir o sector ao desastre (Ribeiro, 2004).

A CM assiste a um progressivo declínio e ao seu desmantelamento - iniciado em 1991 - por ordem do BM e do FMI, no seguimento das políticas de alienação do património do Estado. Depois da privatização em 1991, chega a finais de 1993 mergulhada numa crise sufocante de completa insolvência financeira (Ribeiro, 2004).

Em 1997 o governo criou o INCAJU – Instituto de Fomento do Caju - para promover o plantio de cajueiros e promover a indústria de caju e seus derivados, o que não impediu o colapso da indústria em 2000. Nos anos de 2000 a 2005 a média de castanha comercializada foi de 60 – 70000 toneladas por ano, conhecendo um pico de produção (104.000 toneladas) na época 2004/2005. Em 2005/06 iniciou-se um novo ciclo⁶⁷ e foram comercializadas apenas 62.821 toneladas. Neste momento assiste-se a uma tendência crescente de comercialização (INCAJU, 2007).

Em Manjakaze, a seguir à independência, alguns indianos tomaram a exploração dos negócios dos comerciantes portugueses, que tinham passado

⁶⁷ Estas variações cíclicas devem-se ao comportamento biológico próprio dos cajueiros e às condições climáticas

para as mãos do Estado, por abandono. Mais tarde, com a desnacionalização, esses indianos adquiriram a posse jurídica desse património. O caju era na altura o principal produto de exportação do país.

É na década de 80 que tudo se modifica. O sector havia ultrapassado a guerra civil, mas acaba por não conseguir resistir à privatização e liberalização do comércio.

Moçambique ficou assim, no cenário da economia mundial, numa posição de actor secundário, que apenas supria as necessidades variáveis da indústria indiana. Isto depois de já ter tido uma forte presença, primeiro enquanto exportador de castanha *in natura*, com um enorme potencial de produção, e depois enquanto processador, com uma grande capacidade de processamento instalada.

A fábrica velha paralisou a produção em Agosto de 1997. E em muitos outros lugares de Moçambique os encerramentos se multiplicavam. Os exportadores foram desaparecendo.

Com a Caju de Moçambique destroçada e as pequenas fábricas (baseadas em tecnologia simples) à beira da falência, com uma reduzida capacidade de produção e portanto incapazes de realizarem grandes volumes de compra de matéria-prima, o sector encerrou no ano de 2001, assistindo ao paradoxo de existir castanha por escoar. A *Mocita* (em Xai-Xai) fechou as portas em Abril desse ano.

Muitas das fábricas situavam-se em pequenas áreas urbanas fortemente ligadas às actividades agrícolas. Os salários auferidos nessas fábricas é que permitiam o acesso regular, embora sempre marginal, dos operários e das famílias a certos bens e serviços aos quais apenas se acede através da posse de moeda. A circulação monetária atenuava assim a dependência da terra e da venda dos pequenos excedentes da produção agrícola (Ribeiro, 2004).

Actualmente, face à irreversibilidade do encerramento da fábrica velha de Manjakaze – que, com quatro décadas de existência já se tinha enraizado no quotidiano local e em torno da qual se organizava a economia da vila - e ao funcionamento intermitente da fábrica nova, as autoridades locais tentam

encontrar soluções alternativas para a reanimação da economia local. Ora as suas diligências estão sufocadas pelos escassos recursos de que dispõem para responder a todas necessidades, incluindo infra-estruturas de água, saneamento, energia e rede viária.

No lugar de Jongué, a cerca de 25 quilómetros do centro de Manjacaze, uma família da elite moçambicana instalou em 1998 uma pequena unidade processadora. Conhecendo dificuldades desde o arranque das operações, a interrupção das ligações rodoviárias provocadas pelas cheias de 2000 levaram à sua paralisação (Ribeiro, 2004).

Bibliografia

ALLEN, Tim e Hubert Morsink (1994) *When refugees go home*, James Currey, Oxford.

ARTUR, Luís (2005) “O papel da mulher no combate à pobreza. O caso do caju em Manjakaze” in *Zimba e Castiano* (2005), pp. 45 – 59.

BARUTCISKI, Michael (1998) “Tensions between the refugee concept and the IDP debate”, *Forced Migration Review*, nº 3, December, pp. 11-14.

BOLESTA, Andrzej (ed.) (2003) *Forced Migration and the Contemporary World. Challenges to the International System*, Wydawnictwo i Drukarnia PPHU, Bialystok, Poland.

BRUCK, Tilman; Valpy FitzGerald e Arturo Grigsby (2000) *Enhancing the Private Sector Contribution to Post-War Recovery in Poor Countries*, Working Paper Number 45, University of Oxford International Development Centre, Queen Elizabeth House, Oxford.

CASTLES, Stephen (2003) “Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation”, *Sociology*, SAGE Publications, London, Volume 37, Number I, pp.13-34.

CERNEA, Michael (1997) *African Involuntary Population Resettlement in a Global Context*, Environment Department Papers, Social Assessment Series 045, World Bank.

CERNEA, Michael e Christopher McDowell (2000) “Reconstructing resettlers’ and refugees’ livelihoods” in *Cernea, Michael e Christopher McDowell (Eds) (2000)*, pp. 1 – 8.

CERNEA, Michael (2000) “Risks, safeguards and reconstruction: a model for population displacement and resettlement” in *Cernea, Michael and Christopher McDowell (Eds) (2000)*, pp. 11 – 55.

CERNEA, Michael e Christopher McDowell (Eds) (2000) *Risk and Reconstruction. Experiences of Resettlers and Refugees*, World Bank.

COHEN, Roberta (s.d.) “UNHCR: expanding its role with IDPs”, *Forced Migration Review*, IDP Supplement, pp. 9-11.

COHEN, Roberta e Francis DENG (1998) “Exodus within Borders: The uprooted who Never Left Home”, *Foreign Affairs*, Council on Foreign Relations, Volume 77, Numer 4, July/August.

CRISP, Jeff (2006) “Forced displacement in Africa: dimensions, difficulties and policy directions”, *New Issues in Refugee Research*, Research Paper n° 126, Policy Development and Evaluation Service, UNHCR.

FAGEN, Patrícia (s.d.), Post-conflict reintegration and reconstruction: doing it right takes a while,...

GEFFRAY, Christian (1991) *A causa das Armas*, Edições Afrontamento, Porto.

GERSONY, Robert (1988) “Summary of Mozambican Refugee Accounts of Principally Conflict-Related Experience in Mozambique”, Bureau for Refugee Programs. Department of State

GODZIACK, Elzbieta M. E Dianna J. Shandy (eds.) (2000) *Rethinking refuge and displacement : selected papers on refugees and immigrants*, Volume VIII, American Anthropological Association.

HAMMAR, Amanda e Graeme Rodgers (2008) “Introduction: Notes on political economies of displacement in southern Africa”, *Journal of Contemporary African Studies*, Vol. 26, No. 4, pp. 335-370.

HANLON, Joseph (2004) “Renewed land Debate and the ‘cargo cult’ in Mozambique”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 30, No. 3, pp. 603-625.

HARRIS, Simon (1999) “Homogeneising humanitarian assistance to IDP communities (a cautionary note from Sri Lanka)”, *Forced Migration Review*, n° 4, April.

HARRELL-BOND, Barbara E. (1988) “The sociology of Involuntary Migration: An introduction”, *Current Sociology*, Vol.36, n° 1.

HASHIMOTO, Naoko (2003) “The United Nations and Internally Displaced Persons: At the Crossroads of Human Rights and Humanitarian Affairs” in Bolesta, Andrzej (ed.) (2003), pp. 78 – 115.

HEAR, Nicholas Van (2000) “Locating internally displaced people in the field of forced migration”, *Norsk geografisk Tidsskrift_Norwegian Journal of Geography*, Vol. 54, pp. 90-95.

INCAJU (2007) “Subsector do caju em Moçambique: evolução e perspectivas”, comunicação apresentada na Reunião Anual da African Cashew Alliance (ACA), Maputo, Março.

Internal Displacement Monitoring Centre (2007) *Guidance on profiling internally displaced persons*, Norwegian Refugee Council and UN Office for the Coordination of Humanitarian Affairs – Displacement and Protection Support Section

JORGE, Jacinta; Armando Jaime Fulane e Salomão Tirso Mungoi (s.d.) *PROPAZ, Ex-combatentes: experiências de reconciliação e paz nas comunidades*, Vol.1, 1995-2001.

KOSER, Khalid (1997) “Information and Repatriation: The case of mozambican refugees in Malawi”, *Journal of Refugee Studies*, Vol. 10, nº 1, pp. 1 – 18.

LUBKEMANN, Stephen (2000) “Other motives, other struggles: gender politics and the shaping of wartime migration in Mozambique”, in *Godziack, Elzbieta M. and Dianna J. Shandy (eds.) (2000)*, pp. 343-268.

LUBKEMANN, Stephen (2005) “Migratory Coping in Wartime Mozambique: An Anthropology of Violence and Displacement in ‘Fragmented Wars’”, *Journal of Peace Research*, Vol. 42, No. 4, 2005, pp. 493–508.

PARPA (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta) I – 2001-2005

PARPA (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta) II – 2006-2009

PAVIA, José Lynce Zagallo (2006) *O processo de Transformação Política em Moçambique, o Sistema Internacional e a Actuação de Portugal: da Independência à Dimensão Externa da Democratização (1974-1994)*, Tese de Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.

Princípios orientadores relativos aos Deslocados Internos, www.unhcr.ch/html/menu2/7/b/principles_portug.htm

MELO, Vanessa Pacheco (2008) *Planeamento e Construção Sustentáveis na Periferia de Maputo: o bairro Mumeno 4 de Outubro no contexto da área peri-urbana da capital*, Tese de Mestrado em Planeamento e Construção Sustentável, Faculdade de Arquitectura e Artes, Universidade Lusíada de Lisboa.

Ministério da Administração Estatal (2005) *Perfil do Distrito de Mandlakaze, Província de Gaza*, Série Perfis Distritais.

Ministério do Plano e Finanças (2002) *Mapeamento da Pobreza em Moçambique: Desagregação das Estimativas da Pobreza e Desigualdade aos Níveis de Distrito e Posto Administrativo*, Direcção Nacional do Plano e Orçamento, Departamento de Programação Macroeconómica, Repartição de Estudos e Políticas Sectoriais.

MUIANGA, Elisa (1995) *Mulheres e Guerra: reintegração social das mulheres regressadas das “zonas da Renamo” no distrito de Mandlakazi*, ARQUIVO, Maputo (Moçambique), 18:47-92 (Dissertação para a obtenção do grau de licenciatura em História)

MYERS, Gregory (1994) “Competitive Rights, Competitive Claims: Land Access in post-War Mozambique”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 20, No. 4, pp. 603-632.

Norwegian Refugee Council (2004) *Internal Displacement: A Global Overview of Trends and Developments in 2003*, Global IDP Project, Geneva.

Norwegian Refugee Council (2008) *Internal Displacement: A Global Overview of Trends and Developments in 2007*, Global IDP Project, Geneva.

NUNES, Jovito (1992), *Peasants and Displacement: a study of displacement in Mocuba*, Oxford, 108p.

RAIMUNDO, Inês Macamo (2002) *From civil war to floods: implications for internal migration in Gaza Province of Mozambique*, University of the Witwatersrand, Masters of Arts, Department of Geography and Environmental Studies, Johannesburg.

RIBEIRO, Fernando Bessa (2004) *Sistema Mundial, Manjakaze e fábricas de caju: uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique*, Dissertação de Doutoramento em Antropologia Social, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Economia e Gestão, Vila Real.

ROESCH, Otto (1992) “Renamo and the Peasantry in Southern Mozambique: A View from Gaza Province”, *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol. 26, No. 3., pp. 462-484.

RODGERS, Graeme (2004) “‘Hanging out’ with forced migrants: methodological and ethical challenges”, *Forced Migration Review*, No. 21 Home for good? Challenges of Return and Reintegration, pp. 48-49.

ROGGE, John E Betsy Lippman (2004) “Making return and reintegration sustainable, transparent and participatory”, *Forced Migration Review*, Issue 21, September, pp. 4-5.

RUGUMAMU, Severine e Osman Gbla (2003) “*Studies in Reconstruction and capacity building in post-conflict countries in Africa. Some lessons of experience from Mozambique*”, The African Capacity Building Foundation.

RUTINWA, Bonaventure (1999) “How tense is the tension between the refugee concept and the IDP debate?”, *Forced Migration Review*, No. 4, April.

SILVA, Teresinha da (1992) *Post-war resettlement strategies: a case study of Mozambique*, M. Sc. Degree in Social Policy and Planning in Developing Countries, Department of Social Science and Administration, London School of Economics and Political Science, University of London, 50 p.

UNDP (1995) *Mozambique Development Co-operation 1992-1993 Report*

UNDP (2007/2008) Human Development Report

UN (United Nations) (s.d.) *The United Nations and Mozambique 1992-1995*, The United Nations Blue Books Series, Volume V, Department of Public Information, New York.

UNHCR (1994) *UNHCR’s Operational Experience with Internally Displaced Persons*, Office of the United Nations High Commissioner for Refugees, Division of International Protection, September, 1994.

WEISS, Thomas (1999) “Whiter International Efforts for Internally Displaced Persons?”, *Journal of Peace Research*, Vol. 36, No. 3, pp. 363-373.

WEST, Harry e Gregory Myers (1996) “A Piece of Land in a Land of Peace? State Farm Divestiture in Mozambique”, *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 34 N°1, pp. 27-51.

WHITESIDE, Martin (1996) “Realistic Rehabilitation: Linking Relief and Development in Mozambique”, *Development in Practice*, Vol. 6 No 2, pp. 121-128.

WILSON, K. B. (1992) *A State of the Art Review of Research on Internally Displaced, Refugees and Returnees from and in Mozambique*, Report prepared for the Swedish International Development Authority (SIDA/ASDI), Refugee Studies Programme, Queen Elizabeth House, University of Oxford.

WILSON, K. B. e J. Nunes (1994) “Repatriation to Mozambique. Refugee initiative and agency planning in Milange District 1988-1991” in Allen, Tim and Hubert Morsink (1994)

WORLD BANK (2007) “World Development Indicators”, in Mozambique Quick Facts (<http://web.worldbank.org>)

ZIMBA, Benigna e José P. Castiano (2005) *As ciências sociais na luta contra a pobreza em Moçambique*, FILSOM Entretainment